

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO E DOUTORADO**

Antonio Esmerahdson de Pinho da Silva

**A INVENÇÃO DO MARANHÃO DO SUL
ENQUANTO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Santa Cruz do Sul
2011

Antonio Esmerahdson de Pinho da Silva

**A INVENÇÃO DO MARANHÃO DO SUL
ENQUANTO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – da Universidade Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito para a conclusão do curso e obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Artemio Fischborn Ferreira.

Santa Cruz do Sul
2011

Antonio Esmerahdson de Pinho da Silva

**A INVENÇÃO DO MARANHÃO DO SUL
ENQUANTO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Esta Tese foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – da Universidade Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito para a conclusão do curso e obtenção do grau de Doutor em Desenvolvimento Regional.

Dr. Marcos Artemio Fischborn Ferreira
Orientador

Dra. Heleniza Ávila Campos

Dr. Rogério Leandro Lima da Silveira

Dr. Mario Riedl

Dr. Dieter Rugard Siedenberg

À minha mãe, in memória Mary Araújo de Pinho pela inspiração, amor incondicional, afeto e cumplicidade durante todos os momentos que passamos juntos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiro a Deus pelo dom da vida, aos meus familiares em especial a minha irmã Emanuelle de Pinho pelo apoio, à minha namorada Sandna Noletto pela paciência, aos amigos Professores Ribamar Silva e Wanderson Lô pelos debates que muito enriqueceram meu trabalho, à Fapema pelo incentivo financeiro, ao Prefeito Sebastião Madeira pelo apoio muito importante, a Fama Faculdade Atenas Maranhense também pelo incentivo, a todos os funcionários da Unisc em especial aos colaboradores do Programa de mestrado/doutorado, (Cássia, Ju, Dany e Douglas) a todos os colegas da turma de mestrado/doutorado 2007 com destaque para o Tiago Martins, Marcos Paulo, Carlos, Ronaldo Sérgio, Michele Aracaty, Amélia, Hélio Issa, Leonel, Neury, Andyara, Danubia e Rita pelo companheirismo e apoio nos momentos mais difíceis, agradeço ainda à todos os Professores do programa pelos ensinamentos e um destaque especial vai para o Professor, amigo e orientador Marcos Artêmio Fischborn Ferreira pela dedicação, empenho, sabedoria e apoio nesta caminhada, fatores que realmente contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho e por fim agradeço à todos aqueles que direta e indiretamente de alguma forma deram uma contribuição na concretização desse sonho.

Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.

(HOBSBAWM, Eric.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.)

RESUMO

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa com caráter descritivo e exploratório. Para tanto, este trabalho teve como objetivo geral investigar o conteúdo de propostas, a definição de estratégias e a dinâmica do movimento emancipacionista pró-criação do Estado do Maranhão do Sul, sua repercussão regional e estadual e os efeitos de sua difusão perante a sociedade maranhense e ao poder público estadual. Especificamente buscou-se identificar e classificar os principais argumentos prós e contra o processo emancipacionista; verificar e qualificar a contribuição da mídia local/regional para a difusão das teses emancipacionistas, analisar a recepção das teses e dos movimentos emancipacionistas pró Maranhão do Sul e por setores da sociedade maranhense não incluídos no projeto de emancipação e analisar se as diferenças quanto ao povoamento, cultura e até as etnias que vivem no Norte e no Sul do Estado contribuem para o sentimento emancipacionista. Foram entrevistados 25 atores envolvendo prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, representantes do governo estadual e secretários municipais. Também foram ouvidos representantes da sociedade civil organizada tais como empresários dos mais variados ramos, religiosos, líderes de entidades representativas, Universidades Estadual do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão, profissionais liberais, maçonaria, professores universitários, historiadores, academia imperatrizense de letras, jornalistas, um representante da frente popular pela criação do Maranhão do Sul e outro do comitê pró-criação do Maranhão do Sul. Os dados evidenciaram que ocorrendo a emancipação, há a possibilidade da região Sul do Maranhão desencadear um processo de desenvolvimento regional que resulte em melhoria da qualidade de vida da população e no surgimento de novas lideranças políticas e econômicas. Apesar de sua importância para o desenvolvimento do processo de emancipação, a atuação da mídia local e regional é tímida e ambivalente. Grande parte da população das duas regiões ainda não tomou conhecimento da dimensão do movimento emancipacionista, o que pode concorrer para um resultado incerto quanto aos desdobramentos acerca da consulta plebiscitária.

Palavras-chave: Maranhão do Sul. Redivisão territorial. Emancipação política. Desenvolvimento regional.

ABSTRACT

This is a qualitative study of a social and political movement, conducted by a qualitative strategical research with descriptive and exploratory character. For this, this work has the general objective to investigate the content of proposes, the definition of strategies and the dynamic of South Maranhao State's emancipation movement, its regional and state repercussion, its diffusion effects on the maranhense society and state political power. Specifically, this work aimed to identify e classify the main arguments and against emancipation process; Verify and qualify the local/regional media contribution for the diffusion of emancipation ideas and to analyze the reception of emancipation theses and South Maranhao State's emancipation movement by non included sectors from Maranhão society. The field work enclosed 25 people, including mayors, aldermen, Federal and State Deputies, members of state government and city secretaries. also heard representants of civil organized society were also heard, such as businessmen from the most varied areas, Religious, leaders of representative entities from several social classes, Maranhao State University, Liberal Professionals, Masonry, college professors, historians, Imperatriz's Academy of Letters, journalists, and also pioneers from this areas of state, a representative of Popular Front For South Maranhao Creation and other South Maranhao's Pro-creation Committee. The data showed that occurring emancipation, there is the possibility of a regional development process in South Maranhao. This development can improve the population's life quality and can also enable the appearance of new political and economic leaders. About its importance for the development of emancipation process, the local and regional media actuation was shy and ambivalent. A big part of population from both regions did not take knowledge about the dimension of emancipation movement, what can concur to a negative result, when in a plebiscitary consultation.

Key-Words: South Maranhao. Territorial Redivision. Political Emancipation. Regional development.

LISTA DE FIGURAS

1 Maranhão do sul destacado do Brasil.....	13
2 Localização dos 5 maiores PIBs do Maranhão.....	14
3 Primeiro povoamento do Maranhão.....	39
4 Região de Pastos Bons.....	40
5 Estrada que liga Imperatriz a Grajaú.....	42
6 Tambor de Crioula do Maranhão.....	45
7 Distribuição dos municípios representados na pesquisa.....	68
8 Representações dos tópicos para análise.....	70
9 Argumentos pró e contra o processo emancipacionista.....	72
10 Aspectos sobre a necessidade de se criar o Maranhão do Sul.....	74
11 Conseqüências positivas e negativas com a criação do Maranhão do Sul.....	75
12 Contribuição da mídia para o processo emancipacionista.....	77
13 Envolvimento da mídia com o processo emancipacionista.....	78
14 Envolvimento da mídia na visão de alguns atores.....	80
15 Participação da mídia no processo emancipatório.....	81
16 Recepção das teses emancipacionista por setores não envolvidos no movimento pró Maranhão do Sul.....	83
17 Perspectivas de organização pós criação do novo Estado.....	84
18 Nível de expectativa.....	85
19 Perspectivas/possibilidades de desenvolvimento do Maranhão do Sul pós Emancipação.....	86
20 Avaliação das propostas dos movimentos emancipacionistas.....	87
21 Propostas dos movimentos emancipacionistas nas visão dos atores.....	88
22 Credibilidade nas lideranças dos movimentos emancipacionistas.....	90
23 Credibilidade nas lideranças na visão dos atores.....	90
24 Atores que desacreditam nas lideranças.....	91
25 Acreditam parcialmente nas lideranças.....	92
26 Quanto ao sentimento emancipacionista.....	92
27 Fator cultural.....	93
28 Etnias e povoamento.....	94
29 As questões culturais não contribuem para o sentimento emancipacionista.....	95

LISTA DE TABELAS

1 População e número de eleitores dos municípios do Sul do Maranhão.....	15
2 Características dos atores entrevistados.....	71

SUMÁRIO

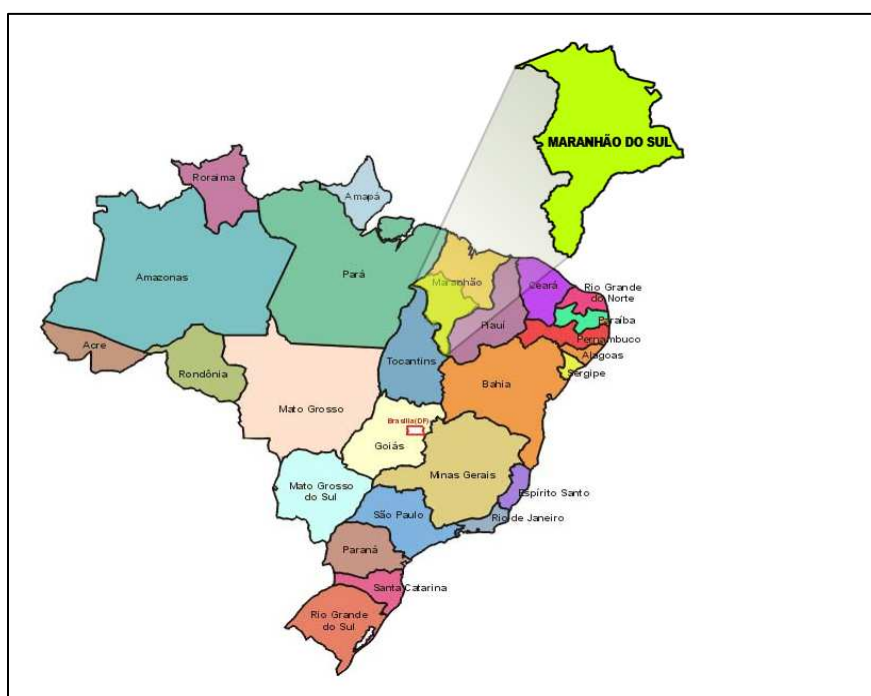
INTRODUÇÃO.....	13
1 QUADRO TEÓRICO.....	19
1.1 As oligarquias e a hegemonia política no Maranhão.....	19
1.2 Fundamentos do patrimonialismo.....	29
1.3 Clientelismo, personalismo e assistencialismo no Maranhão.....	31
1.4 Contextualização histórica do Maranhão do Sul.....	38
1.4.1 A formação da cultura sulmaranhense.....	43
1.4.2 Desenvolvimento local e regional.....	53
1.4.3 O Maranhão do Sul enquanto uma invenção simbólica.....	56
1.4.3.1 Maranhão do Sul: os partidos políticos face ao processo emancipatório.....	58
2 NATUREZA DA PESQUISA E REFERENCIAL METODOLÓGICO.....	64
2.1 Formulação e delimitação do problema da pesquisa.....	64
2.2 Objetivos.....	64
2.2.1 Objetivo geral.....	64
2.2.2 Objetivos específicos.....	64
2.3 Referencial metodológico.....	65
2.3.1 Atores/participantes: amostra e critério de seleção.....	65
2.3.2 Tipo de pesquisa.....	65
2.3.3 Métodos e instrumentos.....	66
2.3.4 procedimentos.....	67
2.3.5 Estratégia de análise dos dados.....	69
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	70
3.1 Entrevistas semiestruturadas.....	70
3.2 Tópicos e análises.....	70
3.3 Caracterização dos (as) entrevistados (as).....	71
3.4 Primeiro tópico – (Argumentos pró e contra à emancipação).....	71
3.5 Segundo tópico – (Contribuição da mídia).....	76
3.6 Terceiro tópico – (Recepção: das teses e movimentos emancipacionistas pró Maranhão do Sul por setores da sociedade não incluídos no projeto de emancipação: a região Norte do Maranhão).....	83

3.7 Quarto tópico: Sentimento emancipacionista - Aspectos: cultura, etnias e Povoamento.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS.....	102
APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	108
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	109
ANEXO A - RELAÇÃO DO PIB DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES.....	111
ANEXO B - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 947, DE 2001.....	121
ANEXO C - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2, DE 2007.....	124
ANEXO D - MANIFESTAÇÕES PRÓ CRIAÇÃO DO MARANHÃO DO SUL.....	133
ANEXO E - MANIFESTAÇÕES CONTRA A CRIAÇÃO DO MARANHÃO DO SUL.....	135

INTRODUÇÃO

Escolher como tema de investigação o projeto de emancipação político-administrativa do Maranhão do Sul (figura 1) implica uma tarefa complexa, de modo especial quando se lança um olhar mais aprofundado sobre esta realidade regional. O desejo de emancipação parece não se prender apenas a questões de antagonismo entre o Sul e a parte Norte do Estado do Maranhão, mas há aspectos que apontam para uma idéia de desenvolvimento regional, o qual, pelo menos do ponto de vista regional, não se viabilizaria sem a emancipação político-administrativa da região.

Figura 1: Maranhão do Sul destacado do Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor 2011.

Esta idéia ou concepção de desenvolvimento que parece se constituir como o princípio causal do desejo de emancipação e que se configura como sua tese justificadora, é proveniente do distanciamento existente desde o período colonial entre o Sul e a capital do Maranhão. Há registros históricos que remontam ao século XVIII, conforme Meireles (apud DINO 2006) dando conta de que já naquela época houveram iniciativas visando o mesmo fim, ou seja, a emancipação em face da insatisfação dos sulmaranhenses com a suposta situação de abandono e mesmo de esquecimento do governo do Estado, cujo centro administrativo situa-se no Norte. Além disso, há traços diferenciadores das duas regiões, inclusive de ordem cultural que

poderiam contribuir para a cimentação do desejo separatista. Embora os contrastes entre as regiões Norte e Sul do Maranhão, por si só não legitimem a divisão do ente federativo, mas podem servir como ponto de partida para a discussão sobre a emancipação da região Sul.

Independente da possibilidade de tal separação se traduzir como desenvolvimento regional, inclusive porque quando se analisa a situação dos municípios do Estado do Maranhão, se pode verificar que a tese de que a região Sul sustenta economicamente o restante do Estado é falaciosa. Isso é demonstrado por dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o Produto Interno Bruto (PIB) de 2009, por exemplo, relativo aos 49 municípios que fazem parte do Maranhão do Sul quando confrontados com a realidade dos demais municípios maranhense.

Quando esta comparação é feita com todo o Maranhão (Figura 2), a realidade é a seguinte: São Luís (1º), Imperatriz (2º), Açailândia (3º), Balsas (4º) e Caxias (5º). Ou seja, dos cinco municípios maranhenses que apresentam maior PIB (IMESC, 2009) e concentram 51,65% da economia maranhense, três, Imperatriz, Açailândia e Balsas, estão localizados na região Sul, mas isto se constitui com uma vantagem apenas aparente, uma vez que os demais 46 municípios da mesma região (Sul) apresentam PIB igual ou inferior ao dos demais municípios do Estado segundo o mesmo Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos - Imesc. (Anexo A)

Figura 2: Localização dos 5 maiores PIBs do Maranhão



Fonte: Adaptação do Perfil Sócio-Econômico dos Municípios do Estado do Maranhão 2011

Para objeto de estudo desta tese, o Maranhão do Sul se constitui como o recorte do real que foi pesquisado, se trata de um fenômeno social, político e cultural, para tanto, este fenômeno, a invenção do Maranhão do Sul, foi discutido à luz do pensamento de teóricos como Hobsbawm e Ranger (1997), Oliven (2006), Boisier (2006), Bourdieu (2007), Weber (1998) dentre outros.

A região que compreende o Maranhão do Sul de acordo com o Projeto de Lei 947/01 de autoria do então deputado federal Sebastião Torres Madeira (PSDB-MA) que tramita na câmara dos deputados (Anexo B), assim como o Projeto 02/07 (Anexo C) desta feita tramitando no senado federal, de autoria do Senador licenciado e atual ministro das minas e energia Edison Lobão (PMDB-MA) é composta por 49 municípios com uma população de um pouco mais de 1,2 milhões de habitantes em conformidade com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censo de 2010, o que corresponde a 19,33% da população total do Maranhão que é de 6.574.789 habitantes (Censo 2010), sua área é de 146.539 quilômetros quadrados (km²) destes, 62% da população estão nas cidades e 38% na zona rural. E possui ainda 801.322 eleitores aptos a votar, a densidade demográfica é de pouco mais 7,5 habitantes por km² conforme tabela 1 abaixo.

Tabela 1: Informações sobre os municípios do Maranhão do Sul

	MUNICÍPIOS	População em 2010	População urbana	População rural	Eleitores em 2010
01	Açailândia	104.013	78.241	25.772	67129
02	Alto Parnaíba	10.765	7.028	3.737	7389
03	Amarante do Maranhão	37.894	15.006	22.888	21486
04	Arame	31.568	12.558	19.010	19254
05	Balsas	83.537	72.786	10.751	47266
06	Barra do Corda	82.692	51.572	31.120	51807
07	Benedito Leite	5.473	2.817	2.656	4264
08	Bom Jesus das Selvas	28.456	13.431	15.025	14174
09	Buriticupu	65.226	35.790	29.436	37233
10	Buritirana	14.770	4.152	10.618	9808
11	Campestre do Maranhão	13.369	10.621	2.748	8865
12	Carolina	23.979	16.240	7.739	16810
13	Cidelândia	13.593	5.997	7.596	9432
14	Davinópolis	12.551	10.475	2.076	9079
15	Estreito	35.738	25.676	10.062	19119
16	Feira Nova do Maranhão	8.120	1.927	6.193	5311
17	Fernando Falcão	9.180	1.511	7.669	5408
18	Formosa da Serra Negra	17.780	5.915	11.865	9943
19	Fortaleza dos Nogueiras	11.644	7.019	4.625	8670
20	Governador Edison Lobão	15.895	6.954	8.941	9331
21	Grajaú	61.903	36.983	24.920	34627

	MUNICÍPIOS	População em 2010	População urbana	População rural	Eleitores em 2010
22	Imperatriz	247.553	234.671	12.882	149359
23	Itaipava do Grajaú	14.264	4.243	10.021	8231
24	Itinga do Maranhão	24.891	17.660	7.231	17643
25	Jenipapo dos Vieiras	15.397	2.536	12.861	10227
26	João Lisboa	20.381	15.346	5.035	17708
27	Lajeado Novo	6.923	3.194	3.729	5345
28	Loreto	11.374	6.344	5.030	7400
29	Mirador	20.434	9.366	11.068	13302
30	Montes Altos	9.424	5.135	4.289	7049
31	Nova Colinas	4.885	2.210	2.675	3725
32	Nova Iorque	4.600	2.877	1.723	3541
33	Pastos Bons	18.079	12.308	5.771	12355
34	Porto Franco	21.506	16.865	4.641	13721
35	Riachão	20.218	10.210	10.008	13275
36	Ribamar Fiquene	7.294	3.662	3.632	6105
37	Sambaíba	5.484	2.836	2.648	4185
38	São Domingos do Azeitão	6.983	4.961	2.022	5147
39	São Félix de Balsas	4.688	1.627	3.061	3501
40	São Francisco do Brejão	10.226	4.809	5.417	6020
41	São João do Paraíso	10.823	5.278	5.545	7935
42	São Pedro da Água Branca	12.025	10.707	1.318	8142
43	São Pedro dos Crentes	4.428	2.437	1.991	3419
44	São Raimundo das Mangabeiras	17.480	12.540	4.940	12006
45	Senador La Rocque	18.010	8.733	9.277	15331
46	Sítio Novo	17.007	5.137	11.870	11881
47	Sucupira do Norte	10.431	4.945	5.486	7591
48	Tasso Fragoso	7.796	4.648	3.148	5136
49	Vila Nova dos Martírios	11.258	6.187	5.071	5637
	TOTAL	1.272.008	844.171	427.837	801.322

Fonte: IBGE, Resultados do Censo 2010.

No entanto, as fontes que contribuíram para o estudo ultrapassam essas fronteiras territoriais, já que a emancipação apresenta-se como tema de interesse de todo o Estado do Maranhão. Assim, a consulta plebiscitária se apresenta como condição sem a qual, seria impossibilitada a emancipação de uma de suas partes, como determina o § 3º do Artigo 18 da Constituição de 1988:

§ 3º - Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar (BRASIL, 2003, p. 22).

Para tanto, a problemática da pesquisa envolveu aspectos motivacionais relacionados ao movimento pró-criação do Maranhão do Sul, assim como a sua legitimidade para uma proposta de desenvolvimento regional. O período para a realização da pesquisa de campo se estendeu de maio de 2011 a outubro do mesmo ano.

Nesse sentido, a pesquisa teve como objetivo geral investigar o conteúdo de propostas, a definição de estratégias e a dinâmica do movimento emancipacionista pró-criação do Estado

do Maranhão do Sul, sua repercussão regional e estadual e os efeitos de sua difusão junto à sociedade maranhense e do poder público estadual.

De um modo específico, objetivou identificar os principais argumentos prós e contra o processo emancipacionista, verificar a contribuição da mídia local/regional para a difusão das teses emancipacionistas, analisar a recepção das teses e dos movimentos emancipacionistas pró Maranhão do Sul, por setores da sociedade maranhense, não incluídos no projeto de emancipação e analisar se as diferenças quanto ao povoamento, cultura e etnias que vivem no Norte e no Sul do Estado contribuíram para o fortalecimento do sentimento emancipacionista.

A tese encontra-se dividida em quatro capítulos. O primeiro se constitui como o quadro teórico necessário à construção dos instrumentos de coleta, à coleta dos dados em campo, à sua organização, leitura e interpretação. Por compreender que o desejo de emancipação da região Sul do Maranhão se deve, em grande parte, à forma como a política estadual foi conduzida até aqui.

O quadro teórico aborda os fundamentos políticos que resultaram na formação de oligarquias, associadas a práticas clientelistas onde o assistencialismo é uma das marcas mais fortes a reforçar os laços da ordem patrimonial de apropriação do espaço público. Concorreram para a formação de uma hegemonia política iniciada no início do século XX e que permanece até o início deste século XXI. Além disso, faz-se uma revisão da história da região Sul do Maranhão, desde o início da colonização, até o momento, numa tentativa de compreender os motivos justificadores das lutas encetadas em prol da autonomia política e administrativa do Sul do Estado.

O segundo capítulo trata da natureza da pesquisa e do referencial metodológico, o que se constitui como as orientações necessárias à realização do percurso percorrido e do planejamento necessário à realização da pesquisa em campo, a luz de cujo referencial, se fez, desde a elaboração do instrumento de coleta, o tratamento das informações, bem como a leitura e análise dos dados.

O capítulo terceiro apresenta os resultados da pesquisa empírica, para cuja apresentação, recorreu-se a quatro tópicos de análise, quais sejam: a) Argumentos prós e contra a emancipação da região Sul do Maranhão, o que implicou na entrevista de atores, tanto da região emancipanda, quanto da região remanescente; b) Contribuições da mídia para a causa emancipacionista, de modo especial, por considerá-la, não apenas informadora, mas formadora de opinião, e que, em face disso, poderia ou pode contribuir para aglutinar forças

populares e políticas em torno da ideia emancipacionista; c) Recepção das teses e movimentos emancipacionistas por parte dos atores entrevistados e d) Sentimento emancipacionista – Aspectos como cultura, etnias e povoamento.

O capítulo quarto, é dedicado a Conclusão da tese, em primeiro lugar, apresenta uma síntese do corpo do trabalho. Em seguida, apresenta o problema que serviu como norte do estudo, e que foi metodologicamente tratado de forma adequada, aponta ainda, se os objetivos foram todos alcançados na sua plenitude e faz as indicações das possíveis utilidades da pesquisa e para quais áreas de concentração do saber.

Em termos metodológicos, o quadro teórico que serviu de moldura ao recorte do real pesquisado, foi construído a partir de uma abordagem qualitativa. A pesquisa empírica se caracteriza como descritiva e exploratória. A leitura e análise dos dados empíricos, coletados a partir de um roteiro de entrevista semiestruturado, foram realizadas com recurso à análise do discurso, o que insere o estudo no âmbito da pesquisa qualitativa.

1 QUADRO TEÓRICO

O quadro teórico se constitui como a construção de uma teoria ou um conjunto de teorias a partir da qual ou das quais são coletados, lidos e analisados os dados empíricos. No entendimento de alguns autores dedicados à metodologia da ciência, dentre eles Demo (1995) e Martins (2006), a empiria não se manifesta por si mesma, mas só se manifesta mediante um suporte teórico que lhe garanta sustentação e voz.

Ou como afirma Luna (2007, p. 83), um quadro teórico ou “Uma revisão teórica, em geral, tem o objetivo de circunscrever um dado problema de pesquisa dentro de um quadro de referência teórico que pretende explicá-lo”. Isto confirma o posicionamento de Demo (1995) e Martins (2006), uma vez que, excetuando experiências ainda pouco desenvolvidas, à coleta, tabulação, leitura e análise de dados empíricos, precede sempre um *constructo* teórico que os comporte, delimite e explique.

Neste estudo, considerando a complexidade da natureza do objeto, realizou-se uma abordagem interdisciplinar, tendo em vista as contribuições que diversas áreas de concentração do saber propiciaram à compreensão do aspecto do real pesquisado, *A invenção do Maranhão do Sul enquanto projeto de desenvolvimento regional*, visto que uma só área teria dificuldade para suportar de forma teórica o objeto de maneira adequada.

1.1 As oligarquias e a hegemonia política no Maranhão

Para compreender de como surgiu e se perpetuou o fenômeno das oligarquias, a ponto de se apresentar de forma hegemônica na vida política maranhense, se faz necessário compreender, antes, o modo de pensar colonial, sobretudo em alguns dos traços culturais singulares que marcaram o comportamento dos povos ibéricos. Esses traços foram delineados por Holanda em *Raízes do Brasil* (1995). De igual forma, ao se tentar compreender o Brasil, há a necessidade de se partir da compreensão das variadas culturas que compõem o País, bem como de compreender padrões comportamentais herdados de alguns outros centros.

Não se pode negar maior ou menor influência de elementos novos e antigos na formação de culturas singulares que formaram a chamada *cultura brasileira*. Tais elementos podem conservar, por vários motivos, traços dos mais diversos, mas que se apresentam como

da maior importância para essa compreensão. Isso é confirmado por Pedrão (2004, p. 182) ao afirmar que,

Na construção de uma visão crítica atual no Brasil, é indispensável rever os fundamentos da sociedade capitalista brasileira em seu berço colonial, dentre outras razões pelo modo como o centro nacional de poder opera uma simplificação do universo social, que passa a ser visto por seus traços comuns e quase nunca pelos elementos que testemunham sua complexidade.

Ao se aceitar esta idéia como plausível, é possível admitir que ao final do século XX e início do século XXI o Maranhão continua marcado por práticas semelhantes àquelas que caracterizaram o Brasil durante o Período Colonial. Algumas das características da colônia definiriam de modo mais acentuado e rápido em regiões como a Sudeste do país, a partir do processo de industrialização e do fenômeno da urbanização da região.

No que se refere, porém, à região Nordeste, ainda persiste frequentemente, mesmo que não de forma generalizada por todos os Estados que a compõem, indícios de práticas sociais e políticas comuns ao período colonial, como por exemplo, o mando das oligarquias políticas. Conforme Pedrão (2004, p. 178), a força das oligarquias regionais persiste no Nordeste Brasileiro. Tais oligarquias, embora se apresentem sob novas formas, chegam sempre aos mesmos resultados:

A subordinação dos interesses da região a interesses pessoais é um problema que se renova, junto com a transformação das velhas oligarquias em grupos de poder econômico e político que controlam as opções de aplicação de capital e o acesso ao crédito, do mesmo modo como controlaram o acesso à água desde o início do período colonial.

A compreensão do autor acima citado é compartilhada por Furtado (1998). No que se refere ao Nordeste, e de modo especial Estados como o Maranhão, por assim dizer, não há a presença de um Estado, mas de personalidades que ainda conseguem, à custa de alianças políticas com o governo central, manter-se de forma indefinida no poder. Esse é ainda o caso do Maranhão, o que pode ser resquício da forma como se organizou o poder no Brasil a partir dos movimentos políticos de 1930, os quais influenciaram tanto a organização política quanto econômica do País.

Do início do século XX até a revolução de 1930, imperou no Brasil um regime liberal onde os compromissos do Estado com as classes populares não alcançavam grande parte da população que se mantinha excluída dos processos de escolha daqueles deveriam ocupar os

cargos públicos eletivos, assim como estava ao desabrigo de políticas públicas responsáveis pela sua reprodução, na forma de políticas sociais. Tratava-se de uma exclusão institucionalizada, visto que era pequena a possibilidade de efetiva participação política daqueles que não detinham poder econômico ou que não dispunham de apadrinhamento político.

Além disso, conforme a compreensão de Fausto (1995) não existia, naquele momento, partidos políticos, se estas instituições são compreendidas como grupamentos com propostas a serem levadas à prática. Complementa Fausto (1995, p. 233):

não se formaram partidos representativos de correntes nacionais de opinião. As raras experiências de agrupamentos formalmente nacional (*sic*) (o Partido Republicano Federal de Francisco Glicério, o Partido Republicano Conservador de Pinheiro Machado) são transitórias e se vincularam, na realidade, a disputas de facções, sem qualquer expressão programática.

Depreende-se do posicionamento do autor, que o que havia ali eram grupos de interesses, marcados pelo corporativismo que *legalizava* práticas ilegítimas, como por exemplo, o *voto de cabresto*, com a finalidade de manutenção do poder, não nas mãos de um partido político ou de uma classe social, mas de indivíduos que por qualquer motivo, gozavam da confiança dos chefes políticos. Em tal configuração, confirma Fausto (1995, p. 233),

A democracia política tinha conteúdo apenas formal: a soberania popular significava a ratificação das decisões palacianas e a possibilidade de representação de correntes democratizantes era anulada pelo voto descoberto, a falsificação eleitoral, o voto por distrito e o chamado terceiro escrutínio, pelo qual os deputados e senadores cujos mandatos fossem contestados submetiam-se ao reconhecimento de poderes por parte da Respectiva Casa do Congresso.

Esse quadro iria se modificar a partir da Revolução de 30, não exatamente *por ela*, mas as consequências daquela mudança, desejadas ou não, levaram o país a uma nova consciência a respeito do modo como se devia dar o relacionamento dos governantes com as instituições governadas. Não se fala aqui de uma mudança radical nem generalizada pelo Brasil. Há, antes que isso, uma tomada de posição de elementos independentes de uma sociedade complexa, nesse caso o Sudeste, a qual liderou a maioria das mudanças do País.

No Nordeste, as mudanças não ocorrem da mesma forma. Vivendo ainda, por assim dizer, em descompasso com regiões mais desenvolvidas, a região pouco ou nada participou das mudanças ocorridas nos centros dinâmicos do país. Naquele cenário, algumas formas de articulação dos poderes, implementadas pelos presidentes de plantão, parece que se combinaram muito bem com algumas características socioambientais da região.

Faltando a dinâmica social como um dos seus agentes, as mudanças se manifestam como adaptações dos governantes às exigências políticoburocráticas do *novo modelo*. Pouco se pode dizer de mudanças sociais promovidas pelos Estados nordestinos. Dominando o poder em uma região ainda pouco marcada pela presença do Estado, vários coronéis nordestinos recuperam o Brasil Colonial para o Nordeste do século XX. Ao tratar sobre o desenvolvimento nacional poucos anos antes de se inaugurar o terceiro milênio, Furtado (1998, p. 52) faz uma triste constatação sobre as condições sociais da região Nordeste. Para ele o

[...] atraso se manifesta basicamente no Nordeste. [...] A política representa muito menos para uma região rica do que para uma região como o Nordeste, que depende bastante do governo. A política de um Estado como o Rio de Janeiro é muito autônoma, o Estado é rico, tem meios. São Paulo, nem se fala. A ação do governo federal nessas regiões mais desenvolvidas é complementar, não é essencial.

O Estado do Maranhão, embora fazendo parte do cenário da região Nordeste, se apresenta como um caso singular por várias razões. Uma das mais importantes forças políticas maranhenses era liderada por Vitorino Freire, um militar pernambucano com trânsito no governo central. Vitorino jamais foi Governador do Estado, mas exerceu diversos cargos, dentre eles o de deputado federal e de senador. Por sua astúcia política, era reconhecido tanto pelos correligionários, quanto pelos adversários, como a *raposa*.

Vitorino comandou a política maranhense, elegendo *a qualquer preço*, quem bem queria, até ser desbancado na metade da década de 1960 por um de seus correligionários mais fieis, e que dele recebera amparo desde a juventude, outro político, José Sarney, que por sua facilidade de saltar de uma posição política para outra, sempre com o intuito de se manter no poder, foi apelidado de *canguru*.

O Maranhão se configura como um Estado marcado, segundo dados históricos, por disputas entre colonizadores. A historiografia maranhense de modo geral sustenta uma origem colonial portuguesa, espanhola ou francesa e até holandesa para o Estado. Meireles (2008) em sua obra *História do Maranhão* descreve esses movimentos, colocando os franceses como sendo os primeiros povos ocidentais a tentarem colonizar as terras maranhenses. Conta ele que depois de muitas idas e vindas dos primeiros visitantes originários da França, chegam para tentar se instalar nas proximidades do que hoje é São Luis, a capital do Estado. Assim, depois de escolhido o local para a sede da colônia, decidiram-se, dentre tantos envolvidos na empreitada, alguns frades, conforme Meireles (2008, p. 42) por “fazer construir sua capela e

sua residência, a que chamaram Convento de São Francisco”, de forma que no dia 8 de setembro de 1612, São Luís era fundada pelos franceses.

Dois anos mais tarde, segundo o mesmo Meireles (2008, p. 52), “assistiam os portugueses, no dia 28 de outubro de 1614, a sua primeira missa no Maranhão”. Uma disputa se travaria a partir dali. Esse Maranhão litorâneo fez poucas e pequenas incursões pelo que seria o seu território político. Esse dado terá sido causa e/ou efeito de um território marcado por diferenças, de início, ambientais, que permitiam às suas povoações mais distantes de São Luís, como Imperatriz, manter vínculos mais aproximados com Belém, capital da Província do Pará, por conta do rio Tocantins.

É possível que o desligamento histórico da região litorânea do Estado do Maranhão com a região mais continental, talvez explique o fato quase obsessivo de se historicizar o Maranhão quase que apenas a partir de São Luis e sua origem francesa, considerada pelos São-Luisenses ou ludovincenses, que são aqueles nascidos em São Luis, mais nobre que as povoações de origem portuguesa. Na dependência das elites que se consolidaram no poder a partir do momento em que o País nos seus centros mais *concentrados se modernizava*, o Maranhão se mantém, não sem colaboração governamental, preso a uma tradição que teima em repudiar o atraso no discurso e a confirmá-lo na prática. Conservador nas mudanças, o Estado do Maranhão se mostrou terreno propício ao desenvolvimento do coronelismo.

O sarneysmo, em princípio aliado do coronelismo vitorinista, travestiu-se de revolucionário e libertador, rompendo com seu berço político originário e o desbancando do poder. Conquistado o poder através de um discurso de um *Maranhão Novo*, o Sarney narcísico e personalista, termina por confundir e fazer confundir a história do Maranhão com sua própria história. Tanto é, que na atualidade, o sarneysmo se apresenta como sinônimo de Maranhão, e o Maranhão é apresentado, muitas vezes na mídia, como propriedade do sarneysmo.

Essa confusão é tão patente e evidente, que mesmo historiadores simpáticos ao sarneysmo, como é caso de Meireles (2008, p. 356), que a despeito de toda ligação com José Sarney, foi obrigado a reconhecer que o Maranhão se constitui como “Uma sociedade [...] pouco atingida pelos processos de transformação aos quais se submeteu a sociedade nacional, no período de 1956/1976 [tornando-se], uma sociedade isolada”.

O momento modernizador pretendido pelos governos desde a primeira metade do século XX, não resultou em grandes efeitos práticos na região Nordeste, segundo Faoro

(1992, p. 21), “por carência de meios institucionais”. Se isso pouco beneficiou o Nordeste como um todo, menos ainda o Maranhão em particular, possivelmente porque a sociedade maranhense era governada por políticos oportunistas, que pouco contribuíram para o desenvolvimento do Estado, mas muito se beneficiaram das posições ocupadas na gestão da coisa pública, tanto é, que o grupo que permanece desde a década de 1960, de forma hegemônica no poder, amealhou um dos maiores patrimônios do Brasil.

Por outro lado, o Estado do Maranhão aparece como o penúltimo Estado da Federação em termos de desenvolvimento. Não é de tempos recentes que os integrantes de determinados grupos políticos entendiam a política maranhense como instrumento a serviço de seus projetos de poder político e econômico em detrimento do desenvolvimento das políticas de governo. Compreendia-se o Estado como espaço de exercício e consolidação do poder pessoal. Um exemplo disso é confirmado por Grill (2007, p. 28). Diz ele que

Dois personagens tiveram seus “nomes” e suas “lideranças” como suportes da fixação de “tradições políticas” que dominaram a política maranhense ao longo do período 1945-2006 se sucedendo nas posições de poder político: Vitorino Freire e José Sarney. Em torno de ambos se constituíram redes de seguidores e, em oposição aos mesmos e às facções que dirigiram, se consolidaram facções rivais (“frentes oposicionistas” articuladas em nome do objetivo comum de derrotar o “grupo” dominante).

A história do Estado se desenrolará por quase um século sem ser contada, sendo conduzida por agentes de feitos simbólicos convertidos, por meio de construções ideológicas complexas, em feitos magníficos. Nos municípios a presença do Estado sempre ou quase sempre dependeu da aproximação dos políticos locais desse projeto de poder sem projeto de governo. Os mais destacados representantes desse tipo de política, como já ficou bem caracterizado, são Vitorino Freire e José Sarney.

Vitorino Freire chegou ao Maranhão através de medidas de exceção editadas pelo governo Getúlio Vargas que resultara numa intervenção do governo central na unidade federativa, como demonstra Ferreira Júnior (1978, p. 27): “Vitorino Freire chegou ao Maranhão, em 1933, para exercer a função de secretário de Governo, durante o período de interventoria do capitão Martins de Almeida. Tanto o interventor, quanto Vitorino foram escolhidos pelo próprio presidente Vargas.

Aquele momento o Brasil vivenciava um processo de modernização, de modo especial a região Sudeste. Aquelas mudanças, tidas como em âmbito nacional, só o foram do ponto de vista formal, visto que outras regiões pouco se beneficiaram delas. Além do mais, como se iniciava o processo de industrialização, o foco das políticas públicas voltou-se para os meios

urbanos dos centros mais desenvolvidos em detrimento das áreas rurais, inclusive desses centros.

Buscava-se para o País, e de modo especial, para os detentores do capital, um modelo de organização econômica que pudesse oferecer os resultados com os quais pudessem ser atendidas as novas demandas com a finalidade, do ponto de vista da política governamental central, como afirma Rezende (1999, p. 24), de “minorar os efeitos da falência do modelo agroexportador e assegurar um mínimo de crescimento para o país”.

Mas a modernização nacional não teria levado à modernidade do país. Pensar o Brasil de forma unitária seria, no mínimo, um disparate. Segundo Furtado (1998, p. 54) “O Brasil não pode ser pensamento único com respeito a nada, porque aqui tudo é heterogêneo. Economicamente, socialmente, do ponto de vista financeiro, regionalmente [...]”.

O Maranhão, longe dos centros nacionais de poder, conservou uma estrutura econômica quase inalterada, pouco ou nada experimentando de possíveis mudanças com a chegada da Era Vargas. De alguma forma e atendendo às necessidades de sedimentar seu poder no Maranhão, a imensa população analfabeta e excluída dos processos decisórios, recebe de Vargas que veio ao Estado a convite de Vitorino Freire.

O Estado do Maranhão, pouco valorizado por estar afastado dos centros decisórios e pouco beneficiado com a industrialização iniciante, teve sua situação quase inalterada com as políticas desenvolvimentistas do governo federal. No entanto, o Maranhão era sempre percebido nos períodos eleitorais, pois os chefes políticos tinham a confiança de que podiam contar com os votos do Maranhão, sempre controlados com mão de ferro por Vitorino. Na compreensão de Caldeira (apud FERREIRA JÚNIOR, 1998, p. 26-27) esboçada em 1990,

Numa sociedade como a do Maranhão pouco atingida pelos processos de transformação aos quais se submeteu a sociedade nacional [...] evidencia-se ainda a presença de uma série de elementos que a caracterizam como uma sociedade isolada, marcada profundamente pela ação de longos mandonismos políticos, que foram capazes de imprimir-lhe uma estagnação social, política, econômica e cultural.

O interventor Paulo Ramos, político pouco hábil, teve muitas dificuldades em governar o Maranhão, o que terminou por criar as condições para que seu assessor Vitorino Freire ganhasse visibilidade, de modo especial, pela forma agressiva com que se conduzia e conduzia o partido político que liderava. A missão de Vitorino Freire no Estado seria a de, nas palavras de Costa (2001, p. 31), “organizar o Partido Social Democrático (PSD) com vistas às eleições de outubro de 1934 para a Câmara Federal e a Constituinte estadual”.

Como o político de maior influência no Maranhão a partir de Vargas e até o Golpe Militar de 1964, Vitorino e seus aliados, esses últimos detentores de cargos executivos no Estado, adotaram uma prática muito comum à época, o clientelismo. Registra Freitas (2009, p. 18), que o Maranhão, tendo uma “economia sem grandes possibilidades, o setor público passou a ser usado como forma de empregar os filhos de famílias tradicionais”, o que se caracteriza como clientelismo. Após Vargas, Vitorino, já uma *liderança* reconhecida, se inscreve como um dos articuladores e coordenadores da campanha de Eurico Gaspar Dutra à presidência.

O político pernambucano/maranhense era amigo pessoal de Dutra, desde os tempos de caserna, a ponto de transitar de forma livre pelos cômodos da casa do candidato, depois presidente da República. Isso só aumentou o prestígio de Vitorino, o qual, segundo Grill (2007), foi parlamentar por mais de duas décadas, exercendo os cargos de deputado federal e de senador entre os anos de 1947 e 1970. Ainda, conforme Grill (2007, p. 28).

Comandou uma *facção* política em nível estadual durante vinte anos (1945-1965), fazendo uso das principais funções que caracterizam o que pesquisadores da história política local chamam de ‘oligarquia’: 1) conduzindo o jogo partidário e uso das siglas; 2) estabelecendo a mediação com o centro ou exercendo as chamadas estratégias periféricas de articulação com o poder central.

Esse político, tido como *expert*, como grande articulador e aglutinador de forças em torno de seus interesses, permanece na cena da política maranhense, até sucumbir como vítima da máquina política que ele próprio engendrou. O jovem José Sarney, seu protegido, re/voltou-se contra ele, e aliado a grupos políticos mais avançados, inclusive de esquerda, apeou Vitorino do poder. Assim, ao final de janeiro de 1966, São Luís, a capital do Estado do Maranhão festeja de forma calorosa e esperançosa, a vitória de Sarney ao governo do Estado, como uma ruptura com o atraso e o centralismo político implantado por Vitorino. Segundo Costa (2001, p. 15), no dia 31 de janeiro de 1966,

[...] A cidade de São Luís do Maranhão acordou em festas com a posse do novo governador, José Sarney Costa, eleito com ampla maioria de votos no pleito de 3 de outubro de 1965 pelas Oposições Coligadas, num processo em que contou ainda com o beneplácito da recém instalada ditadura militar.

Então, inaugurava-se uma nova era. A era do Maranhão Novo prometido pelo então candidato ao governo do Estado, José Sarney. Como resultado prático desses eventos políticos, houve a troca da velha oligarquia comandada por Vitorino, por uma oligarquia nova, comandada por Sarney. Por assim dizer, o anunciado *Maranhão Novo*, instalou-se, não

exatamente para o bem do povo maranhense, mas para o bem e bens de uma família e de um grupo político que desde o início orbitou em torno dela.

Para melhor compreender a vitória de José Sarney e os fatos que a sucederam, é preciso recuperar, para uma sucinta biografia do momento, o que vinha ocorrendo. O que houve foi um resultado, de circunstâncias geradas não ao acaso, embora as vicissitudes não pudessem ser controladas. Um senso de oportunismo deu a Sarney como que a *franquia* do apoio dos *revolucionários* de 31 de março, ou primeiro de abril. Vinculado ao que então se vendia como antigo, a oligarquia vitorinista, viu os apoios federais que tanto tivera à hora e à vez deslizarem para a campanha do ex-aliado e agora adversário.

O apoio do regime militar instalado na República em 1964, ou seja, dos companheiros de fardas de Vitorino, transmudou-se da velha raposa, para o carisma juvenil de Sarney. Para conduzir Sarney ao governo do Estado, os militares não economizaram esforços, pois precisavam, a despeito de terem implantado o sistema ditatorial, de apoios regionais. No caso do Maranhão, segundo Moraes (2006, p. 13),

[...], os militares agiram de forma incisiva na derrocada do vitorinismo, dando o apoio necessário à candidatura de José Sarney ao governo do Estado. Segundo Corrêa (1993), Sarney estaria apto para conduzir o processo político estadual de acordo com os princípios preconizados pelo Golpe de 64, já que sua figura era vista pelos militares como uma das principais lideranças em nível estadual e estava identificado com o conteúdo ideológico da proposta modernizante que seria implantada pelo governo federal.

O apoio nem sempre foi algo que se materializou com uma doação, a retirada de pedras do caminho pode ser uma ajuda singular. Para os militares, com o poder fundado na exceção, muito poderia ser feito como uma espécie de desenrolar do golpe e do projeto de *mudanças* que, no discurso, no Maranhão como em Brasília se igualavam. As pedras foram afastadas e mesmo o Governador eleito, sem fazer grande força, calado se regozijou:

Os militares tiveram importante influência na perda de poder por parte de Vitorino Freire, definindo, de alguma forma, a eleição daquele ano de 1965 em favor do então senador José Sarney. O maior beneficiário do golpe militar de 1964, no Estado do Maranhão, se não o único, foi Sarney. Sua chegada ao governo do Estado lhe permitiu consolidar uma base de apoio, a partir de uma política clientelista. Trocava-se cargos públicos na esfera estadual e federal por apoio político.

Assim, antigos desafetos, de repente se apresentam como amigos, como se amigos sempre fossem. Esse tipo de política oportunista permitiu que o grupo de Sarney elege-se

todos os governadores do Estado entre os anos de 1965 e 2009, com apenas duas exceções. Muitos dos políticos que fazem oposição ao sarneysmo, no momento atual, já estiveram no poder pelas mãos de Sarney.

É bem verdade, que para se manter no poder, Sarney tem se mostrado mais competente do que Vitorino. Apesar de muitas de suas criaturas lhe terem virado as costas, jamais, excetuando o ex-governador José Reynaldo Tavares eleito em 2002, algum deles logrou derrotar a família Sarney, mesmo assim, por curto espaço de tempo. Tendo Roseana, a filha de Sarney, perdido a eleição de 2006 para Jackson Lago, candidato de Zé Reynaldo, logrou reverter o processo pela via judiciária na metade do mandato.

Voltando às circunstâncias que guindaram Sarney ao poder, pode-se afirmar que uma das mais importantes, foi a denominada Revolução de 31 de março de 1964. De um só golpe, o regime levou a efeito uma espécie de faxina, inclusive dentre aliados de Sarney e incorporou à sua campanha, pessoas da confiança dos militares. Na prática essa limpeza, que não excluía apenas Vitorino, seria uma, no dizer de Sucessão (apud FREITAS, 2009, p. 21),

[...] conseqüência benéfica da Revolução, no plano da política estadual, terá sido a desintoxicação, na área oposicionista, de certos elementos que viciavam a candidatura José Sarney. O expurgo levado a cabo pela Revolução, com a conseqüente cassação dos direitos políticos do deputado Neiva Moreira, permitirão, agora, uma recomposição em toda linha da UDN local com o espírito nacional do Partido, de resto já esboçada pela solidariedade em tempo do Sr. José Sarney ao Governador Magalhães Pinto depois de reconvertido à causa democrática.

Assim, um conjunto de circunstâncias fortuitas deu a Sarney as oportunidades. Talvez se bem planejado cada ato, não poderia ter saído melhor. A sorte que lhe sorria agora e se mostraria mais amiga quase vinte anos depois quando lhe dera a presidência da república. Em comum, nos dois casos, os militares. Lá em 1966 abraçava a causa da revolução com todos os louros que lhe poderiam resultar. Como assevera Costa, 2001 (apud FREITAS, 2009, p. 21), “A ascensão dos militares ao poder foi fundamental para a ascensão na política maranhense da liderança de José Sarney”.

Sarney, anos depois, renovado para um novo tempo, pronto para mais uma *nova era*, migra para a oposição ao regime militar e ajuda a matar o regime que o ajudara nascer. O modo de ação, de Vitorino a Sarney significa não mais que a continuidade. Se naquele simbólico 31 de janeiro de 1966 era para tantos tão difícil imaginar menos que uma libertação, na realidade do Estado pouco de símbolo se procurava.

A união, aparelhada e revitalizando velhas práticas, estava longe de ter, na relação com o povo, o sentido de *res publica*, de coisa pública. Pode-se, sem meias palavras, dizer que, no contexto maranhense, a união sempre teve papel central em termos de articulação dos processos políticos. Apresentando um caráter tradicional, em função do qual a estrutura de representação e de intermediação de interesses se fundou nas diversas expressões históricas do patrimonialismo estatal, sendo o sistema de participação caracterizado, sobretudo, pelo clientelismo político.

As relações de poder que se estabelecem, a partir de Sarney, configurarão um momento novo. A diferença de Vitorino Freire, Sarney é um jovem bem formado, homem dedicado às letras, com bom trânsito inclusive entre políticos de esquerda. Isso antes de se apresentar como um obstáculo à sua aproximação com os militares, apresentou-se como um diferencial para a perpetuação desse político por décadas sem que tenha quem lhe possa fazer sombra.

Isso se deve a vários fatores. Dentre eles, a grande quantidade de cargos eletivos ou não, ocupados por Sarney, seus familiares e “companheiros” nas várias esferas de governos; a consolidação de um aparato de comunicação de massa e o senso de oportunismo. Se alguma coisa muda no quadro nacional, justificando a antiga alcunha de Canguru, Sarney muda, de forma que muitos dos que antes foram adversários odiados passam a ser amados aliados, como mostra a realidade presente em que o governo dito de esquerda tem em Sarney um forte aliado e defensor.

1.2 Fundamentos do patrimonialismo¹

Há autores, dentre eles Weber, Holanda e Botelho que enxergam na forma de conduzir as relações traços de práticas oriundas de outros locais e tempos. Estariam em causa, no caso maranhense, nos modos de dominação tradicional, surgidos a partir da comunidade doméstica patriarcal quando ela começa a se diferenciar economicamente e quando vai surgindo um corpo de funcionários encarregados da administração da propriedade do senhor, sendo esse séquito de funcionários patrimonialmente dependentes.

¹ A noção de patrimonialismo é uma categoria elaborada por Max Weber (1998).

Em função desse tipo de dominação, as relações estabelecidas ao longo de muito tempo no Maranhão entre a sociedade e o Estado sempre conferiram a este um papel mais ativo do que reativo à primeira, tendo a articulação dos grupos sociais se dado sempre de forma subordinada à instância estatal.

As vinculações de qualquer pessoa com a família Sarney terminam por se apresentar como uma oportunidade de ascensão na política. Uma referência quanto ao modo de fazer política, entendendo-se por política, um jogo de poder em que, para se obter os fins, os meios não são questionáveis, configurando uma espécie de coronelismo, entendido, conforme Ferreira Júnior (apud JANOTTI, 1998, p. 27) como o “poder exercido por chefes políticos sobre parcela ou parcelas do eleitorado, objetivando a escolha de candidatos por eles indicados”.

A figura central, portanto, é o patriarca, detentor do poder tradicional, epicentro de onde emanam as vontades que, muitas vezes, são interpretadas sem que nem mesmo este chefe seja consultado. Portanto, esse dono do poder conforme Ferreira Júnior (apud JANOTTI, 1998, p. 27) é, “sempre alguém de reconhecida autoridade e prestígio que possui, potencialmente, possibilidades de atender às demandas de sua clientela, sejam elas públicas ou privadas”.

Esse poder só pode manter-se quando articulado com municípios, e outros chefes que de alguma maneira se formaram dentro da lógica dessa mesma estrutura de poder que, de resto, se mostrou eficaz. Essa configuração de mandonismo local é estudado por Queiroz (apud FERREIRA JÚNIOR, 1998, p. 27). Diz a autora que esse fenômeno está “estruturado na colocação de forma exponencial do poder de base municipal” Para a autora, a manutenção desse modo de organização política está ligada à “permanência de uma estrutura social baseada no latifúndio e no que se poderia chamar de ‘família grande’”.

Assim, à medida que o público e o privado se confundem, corporifica-se uma pedagogia do clientelismo. Nos municípios o poder dos aliados não tem correlato com o poder de qualquer governante local que se oponha à estrutura de poder representada pelos Sarneys. Embora institucionalmente representante do poder local, se não for um forte aliado, um prefeito tem poder insignificante ou mesmo nulo se comparado ao que é atribuído, pelos Sarneys a um político amigo que, em troca do apoio, recebe favores.

Esse tipo de procedimento clientelista tem como resultado a permanência do grupo liderado pelos sarneys no poder, pelo menos, desde a metade dos anos 1960, com

possibilidade de estender-se ainda por longo tempo. Demonstram isso as alianças políticas com os últimos governos centrais em que o próprio José Sarney se apresenta como figura de proa na sustentação política, tanto ao governo do presidente Lula, quanto da presidente Dilma.

Em contrapartida, o poder central reforçou a rede de apoio ao grupo Sarney no Maranhão, o que culminou na eleição de Roseana ao governo do Estado, em primeiro turno, com uma diferença de menos de 0,5% votados dados ao segundo colocado. Cabe ressaltar que o resultado das últimas eleições foram desfavoráveis aos candidatos do grupo, em praticamente todos os municípios da região Sul do Estado.

1.3 Clientelismo, personalismo e assistencialismo no Maranhão

Um Brasil que se industrializou, sobretudo a partir da Era Vargas, é também o mesmo Brasil que carrega consigo relações que podem ser caracterizadas como de servidão, próprias da Idade Média ou, segundo Holanda (1995), marcadas por traços singulares dos ibéricos. O português cultivava uma relação de troca de favores que quase não fazia distinção entre o público e o privado. Sobre isso, diz Holanda (1995, p. 36, grifos no original) que “Prova está na instituição do *amádigo* pela qual os nobres davam a educar seus filhos aos vilões, que desfrutavam, nesse caso, de alguns privilégios e isenções”.

Neste caso, o amádigo, não se impõe como um sistema de dominação de uma classe social sobre outra, alimentada através de privilégios, mas mesmo de uma proximidade, de uma espécie de convivência entre nobres e não nobres. Os primeiros precisavam dos serviços dos segundos e os mantinham próximos. Os segundos, fascinados pela pompa e pelos símbolos da nobreza, mantinham-se próximos e tiravam proveito dessa proximidade.

Por outro lado, o amádigo, e nisso pode-se caracterizar a pouca distinção entre o público e o privado referida acima, apresenta-se como uma espécie de política de governo, ou seja, de uma política do soberano com seus súditos nobres, cuja política consistia em dar a posse de terras a pessoas nobres que nelas tivessem nascido.

A prática do amádigo conferia simpatia e alianças ao soberano, por outro o fragilizava, tendo em vista a fragmentação do patrimônio territorial que, pelo costume, pertencia ao soberano. Como afirma Mattoso (2011):

De fato, o costume de se exercerem nas honras, de posse imemorial, e a prática do "amádigo", que confere estatuto senhorial a uma terra apenas por aí se ter criado um nobre, revela que o rei deixa, em certo momento, de controlar o seu exercício. Nada permite afirmar que a autoridade dos senhores nas suas honras e coutos se harmonize e articule com a do rei.

O certo é que o capitalismo que chegara à Europa não se impôs de uma vez, pois segundo Braudel (1987, p. 15) “Nos séculos do *Ancien Régime*, entre 1400 e 1800, ainda se trata de uma economia de troca muito imperfeita”. Em grande parte da Europa, a servidão medieval teria sido substituída apenas de forma moderada e sem uniformidade entre os países, por uma relação burocrática vinculada à moral protestante, o que se configura como uma herança da sociologia weberiana.

Em se seguindo os passos de Holanda, tributário do pensamento sociológico alemão está-se autorizado a concluir que no Brasil, colonial ou independente, monárquico ou republicano, foi possível a convivência de práticas contraditórias. Ao mesmo tempo, carregasse traços da modernidade centro-européia, mas também marcas de uma mentalidade clientelista, herdada de uma Europa medieval que insiste em se manter viva, o que se caracteriza como um traço singular dos ibéricos internalizado nos séculos de convivência, como demonstra Braudel (1987, p. 60-61).

No fim das contas, foi a Europa Ocidental quem transferiu e como que reinventou a escravatura à moda antiga no âmbito do Novo Mundo e, pelas exigências de sua economia, “induziu” a segunda servidão na Europa do leste. Daí o peso da afirmação de Immanuel Wallerstein: o capitalismo é uma criação da desigualdade do mundo; para desenvolver-se, necessita das convivências da economia internacional.

É filho da organização autoritária de um espaço evidentemente desmedido. Não teria progredido de um modo tão pujante num espaço econômico limitado. Talvez não tivesse progredido nada sem o recurso ao trabalho servil de outrem.

De qualquer forma, não é uma constatação nova a presença entre brasileiros, mais forte ou mais tênue, dos traços de antigas relações de servidão que ainda circulam no folclore, oral ou escrito na vida brasileira. Pensando sobre a relação patrimonialista dos portugueses onde impera visões que já estavam em franca transformação na Europa Central, ainda no Brasil Colônia, segundo Faoro (2001, p. 267),

A REDE FISCAL da Coroa se confunde com a direta apropriação de rendas, com os monopólios e concessões. A economia, por uma ou outra forma, obedece à regência material do soberano e seu estamento, em intensidade que ultrapassa os modos modernos de intervenção do Estado ou as interferências limitadas da concepção liberal.

A interpretação de Faoro, acima, embora bastante moderna, não desvirtua a realidade. Existem documentos que apontam uma realidade muito mais crua e desprovida de regras para as instituições. O poder era exercido, antes como na atualidade, sempre em favor de quem já o detinha. Texto datado de 1840, *Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*, dá conta de como se configuravam as relações de poder da época. Afirma Magalhães (1989, p. 15) que

Tem-se feito da política uma ciência oculta, misteriosa e empírica, sem regras fixas, sem princípios; uma ciência estratégica de ataque, e não de defesa, e na qual são iniciados certos adeptos com quase exclusão da honra, de modo que quando se quer dizer que alguém é político, diz-se indiferentemente que é fino ou velhaco. O sistema do egoísmo santificado presta-se a todas as interpretações; e já poucos se pejam de ostentar procederes que outrora se reputaram crimes. Afinal para selo das nossas vergonhas, inventou-se o célebre sistema das transações, que cifra-se todo em um tráfico da justiça: quem nada tem, nada alcança².

Este quadro moral é descrito em um momento em que o Maranhão era ainda pouco povoado. Segundo o referido documento, naquele momento ainda, conforme Magalhães (1989, p. 16), “Computa-se a população desta província em duzentas e dezessete mil almas, entre brancos, mesclados e negros [...]”. Muito embora haja esse quadro de promiscuidade em que o Estado está a serviço de interesses particulares, dos egos, que acabam adotando uma ética das circunstâncias em relação à administração da coisa pública, a fundação do Estado, segundo Holanda (1995, p. 141), não é o resultado da ampliação ou evolução da instituição familiar. Para esse autor é “Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade”.

Ora, nessa mesma direção está a leitura de Faoro (2001) em *Os donos do poder*. Segundo esse historiador, a confusão entre o público e o privado é um fruto do tipo de relação que se estabeleceu entre a coroa Portuguesa e os bens advindos de saques, conquistas e reconquistas de outros povos e outros territórios. O colonialismo, prática legitimada pela Europa Cristã, com os mais diversos prejuízos para nações de vários continentes, permitiu a consolidação de práticas patrimonialistas e clientelistas. Assim é que, conforme Faoro (2001, p. 2),

A Coroa conseguiu formar, desde os primeiros golpes da reconquista, imenso patrimônio rural (bens "requengos", "regalengos", "regoengos", "regeengos"), cuja propriedade se confundia com o domínio da casa real, aplicado o produto nas

² O texto foi publicado originalmente na Revista Trimensal de História e Geographia, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no número do 3º trimestre de 1848.

necessidades coletivas ou pessoais, sob as circunstâncias que distinguem mal o bem público do bem particular, privativo do príncipe.

No Brasil Imperial, com a transferência às pressas da coroa, conforme Faoro (2001, p. 249), “já a única colônia que sustentava a monarquia, a ‘vaca de leite’ da metrópole”, uma reorganização se daria. Uma reestruturação na direção do redesenho do velho e corriqueiro modelo, em frangalhos, que entre outras coisas fizera uma nação ser abandonada por seu imperador. Talvez muito representativo dessa *bestialização*, conseqüente do momento de obnubilação coletiva, seja o fato de ter sido, no dizer de Faoro (2001, p. 294), “dona Maria I, a louca, única a lamentar o abandono do país sem combate, sem uma batalha perdida, sem um tiro disparado.”.

O Brasil, por assim dizer, por conta do modo de administrar ibérico, embora novo, enquanto unidade territorial anexada à coroa, já nasceu experimentado nos vícios provenientes da promiscuidade entre o público e o privado. Nas novas terras brasileiras, a velha coroa portuguesa, procedeu a um reaparelhamento do Estado. Começa a tomar forma no Brasil, o que de Portugal ainda vinha má formada: a administração das coisas do Império. No dizer de Faoro (2001, p. 297),

Organizar o império, para o ministério, seria reproduzir a estrutura administrativa portuguesa no Brasil e colocar os desempregados. O eixo da política era o mesmo, secularmente fundido: o reino deveria servir à camada dominante, ao seu desfrute e gozo.

Esteve em curso até este ponto, certa visão da cultura portuguesa quanto às suas relações com a administração do Estado. Convém esclarecer conceitualmente o que vem a ser isso, como poderia ser organizado. A esse modelo de relação que entende que o Estado é propriedade de quem está a exercer o poder Faoro (2001) denomina patrimonialismo.

Esse modelo não é simplesmente o que ocorria nas relações próprias do feudalismo, onde não havia propriamente um Estado, como demonstra Faoro (2001, p. 36): “O sistema patrimonial, ao contrário dos direitos, privilégios e obrigações fixamente determinados do feudalismo, prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano”.

Essa relação próxima com o poder foi construída com a colaboração interessada do poder privado. O poder econômico está bem definido no Brasil, do Brasil Colônia das Câmaras Municipais, ao Brasil capitalista neoliberal em que o domínio dos mecanismos de acesso ao poder e dos caminhos técnico-administrativos tendem a garantir meios para a

perpetuação de alguns bem postos, seja porque possuem bens, seja porque sejam reconhecidos como bem pensantes. Tais bem pensantes conseguiram historicamente manter-se no poder mesmo diante das rupturas.

Isso foi possível porque as rupturas, como a Independência, a Proclamação da República, a *Revolução de 1930*, o Estado Novo, de 1937, ou a *Revolução de 1964* representaram muito mais uma recuperação da tutela do Estado por quem já o detinha, que uma busca de algo que representasse efetivamente um avanço institucional, público, para o Brasil (HOLANDA, 1995).

Esse patrimonialismo secular aparentemente está por trás do que virá a se constituir em um fenômeno singular encontrável fortemente em um Brasil da velha república, o coronelismo, fenômeno bem caracterizado por autores como Janotti na obra *O coronelismo: uma política de compromissos* (1992) e pela obra *Coronelismo: enxada e voto* (1997) de Vitor Nunes Leal. A figura do coronel delineada nas suas características mais marcantes pelos autores mencionados encontrou, em alguns casos, meios de coexistir mais ou menos pacificamente com as novas formas de organização do Estado que o povo e os ares burocráticos de feição moderna fizeram nascer.

Assim, na compreensão de Carvalho (1997), construída a partir da leitura de *Coronelismo enxada e voto* (1975), “[...] o coronelismo é um sistema político, uma complexa rede de relações que vai desde o coronel até o presidente da República, envolvendo compromissos recíprocos”. O Brasil no princípio do século XX vive a chamada velha república, herança de Deodoro e Floriano. Com formas que se organizam a partir dos muitos elementos que serão responsáveis para moldar uma sociedade dependente de um segmento com grande poder econômico e acostumado ao poder, como diz Fausto (1995, p. 230):

A um tempo dominante e dependente, a burguesia cafeeira impôs no país, durante os três primeiros decênios do século, sua hegemonia social e política. Não se formou no interior da classe dominante, até os fins da década de 20, nenhum grupo que apresentasse uma opção viável, em oposição aos seus interesses. Todos os presidentes da República, não só paulistas e mineiros, como os que foram apoiados por São Paulo (Hermes da Fonseca, por exemplo), nunca pretenderam alterar a característica básica da vida republicana, atendendo, com primazia, o setor do café.

Velha República tem a ver com o esquema de poder que predominou no Brasil durante o início do século XX. Esse esquema político tinha como correspondente e sustentáculo econômico a monocultura do café com grande concentração de sua produção no Estado de São Paulo e, como afirma Rezende (1999, p. 16).

Essa predominância do complexo cafeeiro sobre a economia brasileira, longe de ser contestada, só tendeu a crescer. E significativamente a partir de 1906, graças ao Convênio de Taubaté, a política econômica nacional orientou-se no sentido de maximizar os lucros e reduzir os riscos da produção cafeeira voltada para a exportação.

Para Furtado (1989, p. 169) a mudança ocorrida no modo de articular a economia, sobretudo em São Paulo a partir de 1930, tem como causa interna, dentre outras, “A carência de produtos manufaturados, provocada pela interrupção do suprimento externo, que trouxe argumentos decisivos aos críticos da velha doutrina do país de vocação ‘essencialmente agrícola’”.

Durante o período da Segunda Grande Guerra Mundial a moeda esteve valorizada até artificialmente em razão principalmente de algumas características da política cambial brasileira que tentara, logo após a grande depressão, criar condições que ajudassem ao agroexportador que, em última instância, era o exportador de café. Houve tentativas estimular a importação de produtos para suprir as necessidades internas, mas a guerra havia mobilizado praticamente toda a capacidade produtiva das nações exportadoras de produtos. Assim, diz Furtado (2000, p. 221): “No período da guerra, [...] por mais que se barateassem as divisas, o volume das importações não crescia, pois a produção de bens exportáveis e a disponibilidade de transporte marítimo estavam controladas nos países em guerra”.

Configura-se a região Sudeste como tendo alto grau de industrialização, o resultado disso é um espaço nacional rico economicamente. A disponibilidade de produtos e serviços à população assim como a oferta de empregos, sobretudo em períodos de maior pujança da economia, tendem a amenizar algumas carências da população. Essa lógica é verdadeira e perversa também para as regiões que por qualquer razão não passaram por esse processo de modernização da economia, como é o caso do Nordeste brasileiro.

O Brasil, a partir do fim da guerra e do oportunismo de Vargas consegue aumentar o índice de industrialização, principalmente, da chegada da Companhia Siderúrgica Nacional. O golpe militar gerou grandes consequências, econômicas e sociais, do ponto de vista econômico o Brasil experimentou um período de grandes investimentos em infraestrutura. Do ponto de vista das forças políticas concentrou o poder e adiou por décadas o projeto de emancipação política.

Em um estudo sobre o golpe de 1964, Vieira (1981, p. 109), principia por fazer um breve levantamento sobre como pensavam os grupos sociais que historicamente tiveram força no país. Ao olhar para o golpe de 1964 o que fica patente é que ali marca-se mais fortemente

que “de alguma forma, o poder executivo tem exercido no Brasil a supremacia sobre os poderes legislativo e judiciário, especialmente depois de 1930.”

E que isso não é uma característica daquele momento, mas que apenas se evidencia mais claramente ali porque, de alguma forma, tem-se naquele momento a institucionalização de um executivo hipertrofiado. “Tratamento com deferência geralmente, no caso brasileiro, corresponde sempre a boas relações com funcionários, com o governo”. (DAMATTA, 1993, p. 43). Se, como entendeu Francisco Iglesias (apud FICO, 2000, p. 181), “no Brasil, o golpe de Estado foi um recurso corriqueiro da política.” É preciso também entender que esse recurso foi usado como resposta a circunstâncias que se apresentavam ameaçadoras para uma dada elite.

Décadas mais tarde, reformas sociais mais profundas ocorreriam. Não sendo o nosso objeto o golpe, é preciso passar por ele entendendo-o como um momento de imaturidade do país, com Jango e sua equipe, no dizer de Fico, (2000, p. 180) “tentativa ultraotimista” ou o abandono de qualquer possibilidade de autonomia econômica em razão do servilismo dos militares que apearam o poder em 1964.

A situação do Nordeste não é a mesma do Maranhão. Incluir o Maranhão no Nordeste, assim como incluí-lo na Amazônia é um equívoco, sobretudo porque o Estado tem características físicas, geográficas próprias, mas também porque tem uma classe política que, desde muito tempo, assume posturas que deveriam ter colocado a possibilidade de o Estado crescer no mesmo ritmo de um país desenvolvido.

Para o economista Celso Furtado, fundador da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e um dos grandes conhecedores da região, há alguma coisa em comum no Nordeste, independente das diferenças estaduais. Para esse estudioso, “A responsabilidade maior é da classe política nordestina, que se prevalece das suas posições no governo para dificultar a formulação de uma política de crescimento duradoura” (FURTADO, 1988, p. 15),

Sobre como se configura a política atualmente, no Estado do Maranhão, e como esse modelo de fazer política tem influenciando na formação de uma classe política singular que teve a capacidade de se manter no poder na crise e na fatura, perpetuando-se a prole.

1.4 Contextualização histórica do Maranhão do Sul

Quando os portugueses assumiram de forma definitiva a colonização do Maranhão, inclusive expulsando outros povos europeus como franceses e holandeses, a ocupação do território limitou-se à região litorânea e/ou às suas proximidades (Figura 3). Ou seja, os portugueses ocuparam apenas uma estreita faixa restrita à linha do litoral ficando as terras continentais ocupadas pelos nativos indígenas *empurrados* para o interior pelo colonizador branco, como confirma Franklin (2005, p. 11) que

Apesar de o litoral maranhense ter recebido o interesse e a presença de exploradores europeus desde o final do século XVI, a parte sul do Maranhão somente foi colonizada a partir do final do século XVIII, quase duzentos anos depois da fundação de São Luís pelos franceses.

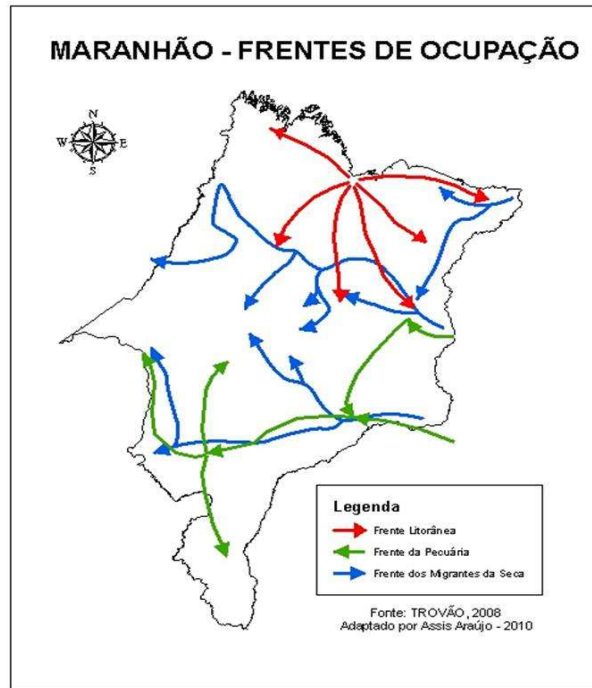
Até a segunda metade do século XIX, o povoamento do Maranhão se resumia à faixa litorânea e a algumas poucas vilas e povoados às margens dos rios Mearim, Pindaré e Itapecuru, sendo Aldeias Altas (atual Caxias) a vila que se localizava mais ao sul e também a mais distante da capital da Província.

Embora o município de Caxias faça parte do denominado Sertão maranhense, está localizado há apenas cerca de trezentos quilômetros de São Luís, a capital do Estado, muito distante de unidades como Pastos Bons, Carolina, Balsas, São Raimundo das Mangabeiras e Imperatriz, municípios localizados no Sul do Estado.

Ou seja, enquanto Caxias se localiza no centro-leste do Estado, os demais municípios citados acima estão localizados em uma das extremidades do território maranhense, a região Sul, a qual, pela distância da área de interesse imediato dos portugueses à época, terminou ficando isolada. Tanto é que a região Sul começou a ser povoada por nordestinos, os quais adentraram o interior do sertão em busca de pastos para o gado. Tanto é que o portal de entrada dessa segunda frente colonizadora denomina-se “Pastos Bons”.

Assim, a região emancipanda, diferente dos municípios que ocupam a região litorânea ou estão em suas proximidades, não foi povoada por vontade política ou determinação de governo, mas por desbravadores nordestinos que adentraram o território maranhense em busca de terras e pasto para a criação de gado de modo extensivo, com diversas implicações, tanto para a cultura, quanto para a política regional.

Figura 3: Primeiro povoamento do Maranhão



Fonte: <http://geomorfologiacesc.blogspot.com.br> 2010

A situação de distanciamento naquele momento era tal, que mesmo sem estradas, o contato e o comércio dos sulmaranhenses se fazia mais facilmente com Belém, capital do Estado do Pará, do que com São Luís, capital do Maranhão em razão da existência de rios propícios à navegação, como o rio Tocantins que faz foz na baía de Guajará. Então, pode-se afirmar: o Sul e o Norte estavam separados por distâncias físicas e por falta de sentimento de pertencimento a uma mesma realidade, e isso pode ser depreendido das palavras de Franklin (2005, p. 11-12)

Havia completo desconhecimento sobre o vasto território ao sul, intensamente povoado pelas temidas nações indígenas, em sua maioria timbiras, que provocavam pavor aos habitantes das fazendas instaladas nas margens dos rios navegáveis, distantes dos povoados e pouco protegidos militarmente. Os governos do Maranhão não haviam se interessado em explorar e colonizar essa região. Por isso não sabiam ao certo onde ficavam as nascentes dos principais rios que desembocavam no litoral, nem em que latitude o rio Tocantins separava o Maranhão de Goiás.

Decorre então, que o território continental maranhense começou a ser ocupado pelo colonizador branco, a partir da região Sul, e mais propriamente, a partir da região dos “Pastos Bons” (figura 4) fronteira ao Estado do Piauí. Por conta do distanciamento do Norte em relação ao Sul, do desinteresse manifesto dos portugueses do Norte pelas gentes do Sul, desde sempre se constatou um clima de tensão entre a região Sul e o Norte do Estado, inclusive porque grande parte da citada região, sequer foi povoada por maranhenses, mas por baianos,

cearenses, piauienses e paraenses e nas décadas seguintes por paulistas, mineiros, goianos, catarinenses, paranaenses e gaúchos.

Figura 4: Região de Pastos Bons



Fonte: mapastosbons.blogspot.com, 2010

Tanto é assim, que a maior cidade em termos de população e riqueza do Sul do Estado, Imperatriz, foi fundada por uma missão chefiada por um frade Carmelita baiano Frei Manoel Procópio, a serviço do governo do Estado do Pará, o qual à época, 1852, desejava preservar suas fronteiras de possíveis invasões de maranhenses ou de goianos. Como não se sabia exatamente a fronteira entre Maranhão e Pará, a cidade foi fundada por engano em terras que mais tarde foram reconhecidas como maranhenses.

O desconhecimento das dimensões e limites do próprio território por parte do Maranhão acarretou os seguintes problemas:

- 1) O Estado não sabia as dimensões de seu território, portanto desconhecia seu potencial sociocultural, econômico e político.
- 2) Por conta do estado de abandono de parte do território, houve problemas de fronteiras com os Estados do Pará e de Goiás, problemas que ainda persistem com o primeiro Estado citado.

3) Permitiu-se que o povoamento do Sul do Estado fosse efetivado por pessoas pertencentes ao domínio dos Garcia Ávila, senhores da Casa da Torre, cujas posses tornaram-se conhecidas como a maior propriedade privada de todo o Brasil em todos os tempos, os quais, na compreensão de Franklin (2005, p. 12),

Depois de tomar as terras dos indígenas do sul do Piauí e instalar diversas fazendas, os sesmeiros e vaqueiros do senhor da Casa da Torre, sob o comando de Domingos Afonso Mafrense, também conhecido como Domingos Sertão, cruzaram o Parnaíba e ocuparam as belas pastagens do lado maranhense, território a que denominaram “Pastos Bons”.

A situação de distanciamento entre a capital do Estado e o Sul não se restringiu ao período da colonização, mas ao contrário, perdurou por muito tempo, e na ótica da população regional, ainda perdura. A situação era tal, que quando o Estado nomeava qualquer servidor público para exercer suas funções no Sul do Estado, tal nomeação, mesmo que representasse uma promoção, era tida como punição, uma vez que o Sul era considerado como a *Sibéria maranhense*, por seu isolamento.

Tal situação demorou a se modificar no decorrer do tempo, e mesmo quando foram construídas estradas e outras obras de infra-estrutura ligando o Norte ao Sul, permaneceu sempre um clima de desconfiança dos maranhenses do Sul em relação aos maranhenses do Norte, e especialmente, em relação ao governo do Estado, sempre pouco preocupado com os interesses sociais, políticos e econômicos do Sul, tido como celeiro de recursos, mas recebendo por isso, pouca atenção e investimento.

Na atualidade o governo maranhense ainda é visto quase que como mero arrecadador de impostos, sem quase nada devolver à região em termos de benefício. Assim, uma região potencialmente rica, vê-se cerceada em seu processo de desenvolvimento, pois os investimentos de grande porte estão quase todos localizados na Ilha de São Luís e adjacências, enquanto o restante do Estado amarga a falta de infra-estrutura, do desemprego estrutural e de representatividade política.

Os poucos investimentos governamentais efetuados não visavam exatamente o desenvolvimento da região, mas tinham outras finalidades. Um exemplo disso foi a construção da rodovia BR 010 ou Belém-Brasília nos anos 1950/60, cujo fim último seria a integração do Brasil Central com o Norte, a qual cortou por acaso alguns municípios do Sul do Maranhão, dentre eles Imperatriz, cuja sede se configura como a maior cidade do Estado depois da capital, São Luís.

Informa o mesmo Franklin (2005, p. 75) que “Desde sua elevação a cidade, Imperatriz ainda esperou três décadas para se ver ligada por estradas ao restante do Maranhão e do país, o que veio a ocorrer somente a partir de 1953, com a abertura de uma estrada ligando-a a Grajaú”, (figura 5) um dos municípios limítrofes do Sul com o Norte do Estado, se constituindo como um dos mais antigos povoamentos da região.

Figura 5: Estrada que liga Imperatriz à Grajaú



Fonte: biblioteconomiamaranhense. blogspot.com 2011

O Sul do Maranhão, em termos de desenvolvimento, tem uma trajetória bastante singular. No início de seu processo de povoamento ou “colonização” serviu basicamente de ponto de apoio e de repouso às expedições exploratórias de terras pouco conhecidas ou desconhecidas do Norte do Brasil, e mais tarde, com a construção da rodovia federal BR 010, final da década de 1950 passou a servir de “corredor”, de ponto de passagem de produtos industrializados do Sul e do Sudeste para o Norte e o Nordeste e de matéria prima dessas últimas regiões para as primeiras.

Significa que a região ao longo de sua história, quase que apenas assistiu ao trânsito de pessoas, de produtos e mercadorias entre pontos extremos do País, de Belém a São Paulo e vice e versa, beneficiando-se pouco do progresso que isso poderia representar. Não que se queira negar aqui a importância desses fatos, pois foram eles que propiciaram a gênese para o povoamento da região, mas isso foi feito sem um propósito determinado, de forma aleatória.

1.4.1 A formação da cultura sul-maranhense

O termo cultura é concebido de duas formas diferentes. A primeira o define como a formação do homem, sua melhoria e seu refinamento. A segunda indica o produto dessa formação do homem entendida como os modos de viver e de pensar cultivados, civilizados, polidos, os quais também são indicados como civilização. A passagem da primeira para a segunda significação ocorreu por volta do século XVIII com os iluministas. Um exemplo dessa nova concepção pode ser verificada do posicionamento de Kant sobre a questão da cultura:

A produção da aptidão de um ser racional para fins desejados em geral (por conseguinte em sua liberdade) é a *cultura*. Por isso só a cultura pode ser o último fim, o qual se tem razão de atribuir à natureza a respeito do gênero humano (não sua própria felicidade na terra ou até simplesmente o instrumento preferido para instituir ordem e concórdia na natureza fora dele desprovido de razão) (KANT, *Crítica do Juízo*, § 83, p. 272 – Grifos no original).

O que Kant quer dizer é que num ser racional a cultura é a capacidade de escolher seus fins em geral e de forma livre e é por isso que só a cultura pode ser o fim último que a natureza tem condições de apresentar ao gênero humano, inclusive porque a cultura representa um movimento de emancipação do homem em relação ao que se poderia considerar um determinismo representado pelas leis da natureza às quais todo ser está submetido, exceto, em parte, o homem, exatamente porque ele, por ser racional, não costuma se enquadrar em determinismos de quaisquer ordem. Conforme Abbagnano (2003, p. 225)

No significado referente à formação da pessoa humana individual, essa palavra² corresponde ainda hoje ao que os gregos chamavam *paideia* e que os latinos, na época de Cícero e Varrão, indicavam com a palavra *humanitas*: educação do homem como tal, ou seja, educação devida às “boas artes” peculiares do homem, que o distinguem de todos os outros animais. [...].

No segundo significado, essa palavra hoje é especialmente usada por sociólogos e antropólogos para indicar o conjunto dos modos de vida criados, adquiridos e transmitidos de uma geração para outra, entre os membros de determinada sociedade. [...].

O termo cultura, numa acepção mais contemporânea, pode designar tanto a civilização mais progressista, quanto as formas de vida sociais mais primitivas. Este significado mais neutro tem a vantagem de não privilegiar um modo de vida em relação a outro na descrição de um todo cultural. Assim, para um antropólogo, tanto a construção de um machado de pedra,

quanto a de uma nave espacial, representa um produto cultural. Para Malinowski (1970 apud KNECHTEL, 2003, p. 24)

A cultura consta da massa de bens e instrumentos, assim como dos costumes e dos hábitos corporais ou mentais que funcionam direta ou indiretamente para satisfazer as necessidades humanas. Todos os elementos da cultura [...] devem estar funcionando, ser ativos, eficazes [...] A cultura é uma unidade bem organizada que se divide em dois aspectos fundamentais: uma massa de artefatos e um sistema de costumes.

Do ponto de vista de Malinowski a cultura é um composto integral de instituições parcialmente autônomas e coordenadas que em seu conjunto, tende a satisfazer toda a amplitude de necessidades fundamentais, instrumentais e integrativas do grupo social. Então, como se pode ver, todos os traços que permeiam as definições acima, de uma ou de outra forma, se repetem em quase todas as definições de cultura que na atualidade podem ser consideradas de alguma validade.

Em face disso, pode-se afirmar que o Estado do Maranhão, de modo especial, as regiões Leste e Central, possuem manifestações culturais similares, e em muitos casos, aparece as mesmas manifestações. Já na região Sul do Estado, sabe-se não foi colonizada por maranhenses, mas por pessoas de outros Estados e outras regiões brasileiras.

Assim, a cultura local se mostra bastante diferenciada da chamada cultura maranhense. Aqui os costumes, os fazeres e os falares são outros. No Norte, no Leste e mesmo no Centro, se ouve os atabaques do Tambor de Criola, (figura 6), o som das caixas do Divino Espírito Santo e das matracas e pandeirões do Bumba-meu-boi³. No Sul, há pouca manifestação folclórica e os falares do povo são bastante diferenciados, pois o sotaque maranhense foi permeado pelos regionalismos de todo o Brasil.

³ Manifestações culturais originárias da África e da Europa e incorporadas ao folclore maranhense.

Figura 6: Tambor de crioula do Maranhão



Fonte: Blog do Ramalho, 2011

Essas diferenças culturais são importantes, por se configurar com uma tomada de consciência (mobilização) e de postura da população regional em face da ideologia homogeneizadora dominante, fenômeno perfeitamente compreensível à luz do pensamento de Bourdieu (2007, p. 10-11):

Este efeito ideológico, produ-lo a cultura dominante dissimulando a função de divisão na função de comunicação: a cultura que une (intermediário de comunicação) é também a cultura que separa (instrumento de distinção) e que legitima as distinções compelindo todas as culturas (designadas como subculturas) a definirem-se pela distância em relação à cultura dominante.

Então, segundo as observações do autor é possível entender porque uma boa parte da população desta região almeja a emancipação político-administrativa e seu completo desligamento do Estado de origem. Não há uma orientação cultural unificadora das duas partes do Estado do Maranhão, e se o poder central jamais primou, como deveria, pelo desenvolvimento desta região, sempre tentou impor sua cultura. A região sempre foi celeiro de votos e pagadora de impostos, sem maiores retornos em termos de desenvolvimento como já foi dito anteriormente.

A ausência da ação do Estado contribuiu para que os aglomerados urbanos crescessem sem nenhum planejamento e sem nenhuma infra-estrutura, o que até a atualidade contribui negativamente para a qualidade de vida da população, inclusive com o aumento da violência, como afirma Noleto (2002), é fácil entender que a ocupação rápida e espontânea das florestas

amazônicas anunciadas pela cidade de Imperatriz tenha despertado uma onda de violência representada por conflitos de grande repercussão social, como por exemplo, o crime organizado materializado pela grilagem de terras e pelos assassinatos por encomenda.

Os recursos naturais, e de modo especial os recursos florestais, foram rapidamente devastados para ceder lugar a pastagens para alimentação de bovinos, de modo que mesmo a madeira que em certo momento representou importante fonte de renda para a região, em grande parte foi derrubada e queimada, com todas as consequências ambientais que isso representa, sem falar nos prejuízos econômicos oriundos dessa prática predadora e irracional.

Isto é, se queimou a maior riqueza para produzir riqueza, o que no mínimo é um contra-senso. Segundo Franklin (2008, p. 141),

A madeira nas matas é abundante; a corrida às florestas se dá de forma elevada e desesperada, como o foram nos tempos dos garimpos de ouro e diamante. O desmatamento, maior ainda. O roncar das motosserras tornaram-se a “música do progresso”.

Enquanto o desmatamento avançava, reduzia-se o espaço da pequena agricultura e abriam-se áreas para a plantação de capim e criação de gado. Um ciclo começava a se sobrepor ao outro.

A posse da terra, ambição de muitos, não se dava pelo que ela pudesse produzir, mas pelo seu valor de capital. As terras, em grande parte pertencentes à União, terminaram por serem ocupadas de forma irregular, o que terminou por resultar em conflitos fundiários de grandes proporções, de modo especial, por conta da grilagem, fenômeno que consistia na retirada compulsória de antigos moradores que não tinham a documentação da terra, por intermédio da intimidação e até de crimes contra a vida.

De certa forma, o que se verificou foi o descaso do poder público em relação aos destinos da região Sul quanto à implementação de políticas públicas. O estado de abandono a que a região foi relegada pelo poder público, abriu espaço para que indivíduos inescrupulosos, através de uma política clientelista, (ou criminosa) alcançassem o poder. Tudo isso então, só poderia redundar em animosidade desta região contra o Norte do Estado, cuja resultante é um permanente clima de tensão entre o global (o Estado do Maranhão) e o regional entendido como a região Sul do Estado.

O clima de tensão entre o global, o Estado do Maranhão e o regional, a região Sul, é corporificado pelo desejo regional de emancipação político-administrativa e a consequente constituição de uma nova unidade federativa autônoma capaz de fazer frente às suas

demandas e protagonizar o próprio processo de desenvolvimento, o que resultou em um movimento político e social que se posicionou em prol da emancipação da região.

Este movimento que não nasceu agora, volta-se a afirmar mas já se encontra em plena maturidade, não é fruto apenas de um idealismo independentista utópico, mas de uma proposição racional do desejo de emancipação e tomada dos destinos regionais nas próprias mãos. O desejo de independência da região que já se reconhece como Maranhão do Sul, portanto, não se deve apenas a questionamentos de ordem político-administrativa, mas antes, se deve à falta de identidade cultural entre a região Sul e a parte Norte do Estado do Maranhão. Ou seja, o Sul do Maranhão foi povoado por pessoas oriundas de diversas regiões do Brasil e que trouxeram consigo a bagagem cultural de sua terra de origem, de sorte que aqui os hábitos, os costumes e as tradições não coincidem com os hábitos, costumes e tradições do restante do Estado.

As manifestações artísticas lá cultivadas, frisa-se novamente, diferem muito das manifestações artísticas e culturais cultivadas tradicionalmente, por exemplo, na Ilha de São Luís, de modo que por não haver esta correspondência, esta semelhança, a região é apontada como não possuindo cultura, entendida como as mesmas manifestações culturais maranhenses. O que ocorre, não é a falta de uma cultura, até porque cultura pode ser definida como todo o produto do engenho, do gênio e do espírito humanos, mas porque lá há uma grande diversidade cultural, um verdadeiro caldeirão efervescente de manifestações culturais diversas que tendem a se consolidar como fenômeno regional.

Guardadas as proporções, as peculiaridades próprias, acontece com o Sul maranhense, mais ou menos o que ocorre no Estado do Rio Grande do Sul, o qual “[...] sempre teve características especiais relacionadas com o modo como foi colonizado, sua localização, bem como sua história” (OLIVEN, 2006, p. 9).

É o que ocorre com a região aqui em relevo. Faz parte do todo que é o Estado do Maranhão como o Rio Grande do Sul faz parte do Brasil, mas guarda características especiais, exatamente decorrentes de sua colonização e do constante fluxo migratório que recebe. Isso, porém, não significa dizer que os habitantes do Sul do Maranhão não se sintam maranhenses. Sentem-se maranhenses sim, mas se sentem mais que isso, pois são maranhenses do Sul.

Se há a valorização e a defesa de uma realidade regional, isso não se dá porque o maranhense do Sul se sinta inferior ou superior aos demais maranhenses, mas porque sabe que é diferente e que sua cultura, sua economia, seus interesses, em suma, seu *modus vivendi* é diferente e esta diferença não pode ser diluída no todo, embora como parte do todo seja

também ela também todo, pois este todo não poderia sê-lo sem ela, e porque o todo compreende isso, resiste à segmentação, à separação, à regionalização e isso gera tensão entre este todo e suas partes, entre o global e o regional.

De acordo com o *Atlas do Desenvolvimento Humano* (2009), o Maranhão é um dos Estados mais pobres da Federação, embora em termos de recursos naturais seja potencialmente rico, mas esta potencialidade, por diversos motivos, principalmente políticos, não tem conseguido se atualizar, o que certamente contribuiu para a perpetuação da situação de pobreza em que jaz grande parte da população.

A vontade que se manifesta no Sul do Maranhão por sua emancipação, não surgiu no momento atual, ou seja, não se constitui como uma invenção nova, mas existem relatos históricos datados de pelo menos 1770 que já retratam essa tentativa de desligamento, não apenas do Sul do Maranhão, mas de partes de outros Estados como o Sul do Pará e o Norte de Goiás, este último já emancipado. Sobre esse desejo antigo refere-se Dino (2006, p. 42) citando Meirelles (s/d, p. 328-329) quando trata de acontecimentos violentos caracterizados por desmandos policiais patrocinados por políticos do Norte, cuja política se baseava em um autoritarismo de cunho coronelista, como o senador Benedito Leite no município de Grajaú:

[...] Todos esses revoltantes e tristes acontecimentos ocorridos em Grajaú⁴, descritos pela valorosa *A Pacotilha*⁵, estão acostados neste livro. Sua leitura considero deveras importante, em particular pelas novas gerações que precisam ter uma visão bem ampla, não só da beleza dos nossos sertões, mas de todo o conjunto que forma a grandeza sócio-econômico-cultural desta região, que no anseio maior de sua gente, um dia tornar-se-á unidade federativa independente, velho sonho, pois o próprio autor desconhecido do notável *Roteiro do Maranhão e Goiás pela capitania do Piauí*, escrito em 1770, já defendia a tese de criação de uma nova capitania (Estado-membro), hoje, compreendendo todo o sul maranhense.

Não se pode admitir que o desejo de ver a região emancipada se prenda apenas a um ideal altruísta de desenvolvimento econômico, mas pode haver outros interesses que o movem, dentre eles, a possibilidade de ascensão de grupos políticos, atualmente, de certa forma marginalizados dentro da política estadual, de chegar ao poder. Dentre os muitos segmentos organizados da população que têm representação dentro do Comitê Pró-criação do Maranhão do Sul, encontram-se representados os partidos políticos, para os quais, quase

⁴ Tais acontecimentos referem-se à Guerra do Leda, movimento caracterizado pela resistência de um cidadão grajauense à Polícia Estadual que agira de forma truculenta contra o povo do Sertão, a mando do Senador Benedito Leite, com o fito de vingar a morte de um de seus partidários políticos. Tal repressão redundou na morte violenta de mais de 200 pessoas, segundo descrição de Parsondas de Carvalho, historiador, publicado em *A Pacotilha* de janeiro de 1902 a fevereiro de 1903.

⁵ Jornal fundado e mantido pela oposição em São Luís, para combater os governos de inspiração coronelista e oligarca que por muito tempo detiveram o poder no Maranhão.

sempre fazem qualquer coisa para chegar ao poder, como demonstra Weber (2004, p. 188): “Todos os meios podem ser empregados pelos partidos para chegarem ao poder”.

Então, chegar ao poder é o desejo de todos os partidos e a criação de uma nova unidade federativa certamente abriria espaço para que lideranças regionais alcançassem cargos mais importantes tanto no poder executivo, quanto no legislativo e no judiciário, o que seria pouco provável sem a emancipação regional. No campo político partidário, os candidatos aos cargos de governador e senador, são quase sempre da capital e à região Sul se oferece sempre os cargos coadjuvantes como o de vice-governador e de suplente de senador. Tanto é assim que o Sul do Maranhão já teve eleitos dois vice-governadores⁶ e vários suplentes de senadores. No entendimento de Botelho (2007, p. 255)

A criação do Maranhão do Sul surge a partir de interesses políticos, mas é inegável que conta com uma grande simpatia da população do sul do Estado. Suas conseqüências mais imediatas serão: a divisão de grupos políticos que passarão a atuar nos dois Estados, a divisão territorial e político-administrativa, além das riquezas divididas.

Se por um lado, a divisão do Estado conta com a simpatia da população do Sul, é possível que não conte com a mesma simpatia por parte da população do restante do Estado. Certamente há ou haverá resistência, inclusive por parte de políticos e técnicos do governo maranhense, resistência que pode ser superada ou pelo menos minorada.

A criação desse Estado depende da apresentação de argumentos que promovam o convencimento da população que se manifestará durante o plebiscito. Os argumentos apresentados são os seguintes: a colonização do centro-sul do Estado, impulsionada pela pecuária; apresenta diversidade, na sua colonização em relação ao norte. Por outro lado, é grande a extensão territorial do Maranhão que possui uma área de 328.663 km². Atinge, no sentido latitudinal (norte para o sul) 1.032 km, ocupando a oitava posição dentre os Estados da federação e isso afeta diretamente a distribuição da população do Estado, que é bastante desequilibrada, com maior concentração na região norte e no centro (BOTELHO, 2007, p. 256).

A criação do novo Estado, certamente contribuiria para diminuir as dificuldades de comunicação com a capital e os municípios, além de contribuir para melhorar a distribuição da população em ambos os Estados. Como a distância entre o Sul do Maranhão e a capital é muito grande, e como o Sul possui poucos representantes no parlamento estadual, isto influencia na “[...] distribuição das verbas, que é bastante desigual, e [na] atuação dos serviços e órgãos públicos” (BOTELHO, 2007, p. 256).

⁶ José de Ribamar Fiquene – Vice-governador na chapa de Edson Lobão em 1990 e Luiz Carlos Porto – Vice-governador na chapa de Jackson Lago no ano de 2006.

A oposição em relação à criação do Maranhão do Sul pode esconder o desejo de permanência do *status quo*, o desejo de prosseguimento de uma tradição de dominação inventada e cristalizada pelo tempo, a qual, no entendimento de Hobsbawm e Ranger (1997, p. 9), se caracteriza

[...] como um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas, tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, ou o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.

O que se percebe, ainda sem dados comprobatórios, é que o Estado do Maranhão não deseja perder parte de seu patrimônio territorial, não exatamente porque isso representaria a perda do potencial de riquezas naturais e político-eleitoral da região, mas porque isso representaria uma ruptura com a continuidade de um passado de hegemonia de grupos políticos historicamente estabelecidos.

O Maranhão, pelo menos desde 1933, com a ascensão de Vitorino Freire ao Poder, foi governado por apenas dois grupos políticos: o primeiro liderado pelo próprio Vitorino, e, desde 1965, pelo grupo liderado por José Sarney. Então, há o entendimento de que o Estado do Maranhão tem sido administrado de forma oligárquica, cuja dinâmica política está ligada ao fato de seus principais dirigentes possuírem grandes extensões de terras, à utilização patrimonial do Estado e à troca de favores entre líderes regionais e federais.

Isto significa que o coronelismo, fenômeno tão antigo na história brasileira, não se restringiu ao espaço rural, mas transmudou-se para o espaço urbano, embora muitos caciques políticos detenham a posse de grandes propriedades e se dediquem ao agronegócio. Pode-se dizer que este fenômeno se modernizou. A luta pelo poder deixou o palco da fazenda e está sendo encenada na arena político-partidária. Para Dowbor (2008), ao tratar sobre a questão do poder local, a participação popular é restringida, justamente por conta dos caciques regionais e locais. Para ele,

A tradição do cacique ou do coronel, hoje vestindo gravata e dotado de poderosos apoios financeiros, é simplesmente uma realidade. A idéia de manter a economia centralizada para evitar o reforço do caciquismo; entretanto, ignora em geral um dado básico: forças econômicas locais são justamente as que têm poderosas ramificações em direção aos centros econômicos do país e ao exterior (DOWBOR, 2008, p. 87-88).

Em um momento anterior, Vitorino se tornou um cacique ou um coronel, como se queira, justamente por concentrar o poder econômico e os apoios políticos em torno de si.

Desde sua substituição no poder regional liderada por José Sarney, o título de coronel ou cacique, embora mais modernizado, pode ser atribuído a este último, uma vez que a fonte de seus apoios não reside na liderança das bases sociais e políticas populares, mas, na capacidade de cercar-se de políticos que desejam chegar ao poder a qualquer custo, o que é possível, porque o mesmo Sarney possui um império financeiro e uma estrutura de comunicação capazes de agregar forças importantes e lhe garantir o poder de mando e a permanência no poder político.

Por seu turno, interessaria ao Sul do Estado, exatamente a ruptura com essa tradição, única possibilidade de invenção do Maranhão do Sul, o que em última instância, representaria a conquista da liberdade para *inventar* o próprio destino, incluída a possibilidade de *invenção* da própria tradição, certamente diferente das tradições que caracterizam o Estado do Maranhão, uma vez que:

As tradições inventadas estabelecem uma relação artificial com o passado. Esse processo se estabelece através da formalização e ritualização (imposição e repetição), elementos que usados continuamente, se colocam no lugar da própria dimensão dos fatos, se confundindo com estes, assumindo o seu lugar e muitas vezes, sendo a única interpretação possível da história do ponto de vista do imaginário social (BORRALHO, 2004, p. 41).

O Maranhão do Sul, a despeito de se constituir como um substantivo, não possui ainda uma realidade concreta formal, a qual poderá ser corporificada a partir da aprovação do Decreto Legislativo nº. 02 de 2007, de autoria do Senador licenciado e atual Ministro das Minas e Energias Edson Lobão do PMDB-MA que tramita no Congresso nacional como foi mencionado anteriormente, ou seja, não existe de fato, como uma área geográfica delimitada por fronteiras e nem de direito, uma vez que ainda não foi criado por um estatuto legal, faltando para isso, sua aprovação pelo Poder Legislativo, a quem cabe, em última instância, autorizar os procedimentos necessários à sua efetivação como ente federativo.

Sobre a questão da divisão territorial do Maranhão, e mais especificamente, sobre a consulta plebiscitária, Botelho (2007, p. 256), que se caracteriza como uma das vozes do Norte, diz o seguinte:

Ressalta-se que na região sul do Maranhão há forte sentimento de separatismo, o que em parte é consequência da forte migração populacional, inclusive da região sul, [do Brasil] e isso deve ser confirmado no plebiscito; o mesmo não acontece com o pensamento da população do norte e centro do Estado que deve se manifestar contra a divisão do Maranhão.

Além disso, o mesmo autor chama a atenção para um grande problema envolvendo a criação do Maranhão do Sul. Segundo ele, realizada a divisão, os dois entes federativos dela resultantes, se configurariam como os mais pobres da federação, o que embora possa se caracterizar como verdadeiro, não se constituiria como um argumento forte, pois a pobreza não seria somada, mas dividida.

Por outro lado chama a atenção para o fato de que diversos segmentos sociais e políticos estão envolvidos na campanha de divisão territorial, dentre eles a Maçonaria. Botelho (2007) salienta ainda que a divisão territorial de outros entes federativos se deu exatamente a partir da participação popular em campanhas de esclarecimento das partes antagônicas envolvidas no processo.

Por muito tempo o conceito de desenvolvimento esteve ligado à concepção de crescimento econômico que é algo palpável, quantificável e mensurável, qualidades próprias ao que é material, mas esta concepção tem sofrido mudanças e hoje o desenvolvimento é compreendido como processo que envolve outras dimensões que não estão ligadas a conquistas materiais, mas se configura, no dizer de Boisier (2006, p. 69) como um “[...] estado intangível, subjetivo e intersubjetivo, e que está associada mais com atitudes e menos com conquistas materiais”.

Decorre então que para se compreender esta nova concepção de desenvolvimento é necessário considerá-la em duas dimensões. Uma de ordem quantitativa e outra de ordem qualitativa. A primeira comportaria as conquistas materiais, compreensíveis por extensão, e a outra, as conquistas de ordem subjetiva, como altos níveis de satisfação pessoal, o que se compreende como qualidade de vida, reconhecíveis por profundidade. Tendo tudo isso em conta, Boisier (2006, p. 69) diz que:

Nesse contexto, pode-se afirmar que o desenvolvimento é entendido como a obtenção de um contexto, meio, momentum, situação, âmbito ou como se prefira chamá-lo, que possibilite a potenciação do ser humano para que ele se transforme em pessoa humana, na sua dupla dimensão biológica e espiritual, capaz nesta última condição de conhecer e amar. [...].

Então, como se pode perceber, o conceito de desenvolvimento extrapola os conceitos de crescimento e de progresso, ambos importantes, mas de alcance reduzido para compreender e descrever processos mais globais como é mesmo o processo de desenvolvimento, o qual comporta dentre outras, uma dimensão axiológica, portanto subjetiva, pois se refere à possibilidade de escolha de um bem em detrimento de outro e isso só pode ser feito quando se leva em conta uma escala de valores.

O desenvolvimento assim entendido, além de permitir a invenção de recursos e a utilização e movimentação dos recursos já existentes de forma a se poder alcançar o bem-estar coletivo, permite a ação cooperativa e solidária, a qual está muito além do solidarismo cristão e se coloca numa dimensão ética, pois se refere mesmo ao *ethos* entendido como a casa, o ambiente, o território do homem.

O *ethos*, pois, é o local onde o homem existe, vive e em que se insere a possibilidade desse homem potencializar-se, idealizar, sonhar, mas também o ambiente capaz de contribuir para que a potência se atualize, o ideal se torne tópico e o sonho, enquanto projeto da realidade se realize e tudo isso se configure como desenvolvimento.

1.4.2 Desenvolvimento local e regional

O desenvolvimento local se configura como um processo como outras formas de desenvolvimento já definidas anteriormente, mas é um processo de mudança sócio-estrutural que se verifica em território próximo delimitado geograficamente pelo mesmo processo, como diria Boisier (2006).

Região é uma articulação realizada por uma sociedade que em um determinado período lhe foi dando forma através das questões de pertencimento, de identidade dos indivíduos, seus costumes, crenças, valores e comportamentos.

O desenvolvimento passa sem dúvidas pelas particularidades regionais, isto é, pelos aspectos culturais que estão diretamente ligados a este processo. Uma região para se desenvolver, precisa ter vocação para o desenvolvimento, e que essa vocação se cristaliza através de uma estratégia horizontal que envolva toda sua população em torno de um projeto político que contemple aspectos históricos, ambientais, econômicos e sociais, dentre outros.

Quando da realização de qualquer ação em um determinado território há de se considerar fatores e fatos que ocorreram anteriormente, e que Milton Santos (2003) apropriadamente denomina de “rugosidades”, as quais comportam em si todas as marcas recebidas ao longo do tempo histórico e que são necessárias ao seu reconhecimento como território regional.

Regionalizar é, sem dúvidas, segmentar e esta segmentação territorial, no caso brasileiro, o Estado toma para si, pois só ele pode legislar sobre o tema, naturalmente ouvidas

as partes envolvidas: a que deseja a emancipação política e a remanescente a qual, com a segmentação, perderá parte de seu patrimônio territorial, portanto de suas riquezas patrimoniais, o que sempre provoca resistência, pois não se trata de um patrimônio inerte, de apenas um bem imóvel, mas de algo vivo em sua concretude.

Até a década 1950 não havia nenhum grande aglomerado urbano na região e as estradas existentes eram sofríveis, uma vez que grande parte delas se configurava como “caminhos de boiada”⁷ que partiam do Nordeste em direção ao Centro-Oeste, cuja porta de entrada no Estado do Maranhão era o município de Pastos Bons.

Só com a construção da rodovia federal BR 010 na metade da década de 1960, como já se afirmou antes, a região e mais especificamente o município de Imperatriz, passou a receber enorme fluxo de migrantes provindos das mais distantes regiões brasileiras que nesta região chegaram atraídos pela grande quantidade de terra devoluta e de boa qualidade para a agricultura e para a pecuária, uma vez que Imperatriz se situa exatamente na região de transição entre o cerrado do planalto central e a floresta tropical da região amazônica, se configurando, como o Portal da Amazônia.

De forma um tanto poética, mas de grande clareza, Noletto (2002, p. 39) afirma que a ocupação da terra começou com “o rasgo da rodovia Belém-Brasília, que, descendo do Planalto Central, furou a floresta amazônica depois de ter alcançado a pacata cidade de Imperatriz”.

No que se refere à região maranhense cortada pela rodovia BR 010, conhecida como Belém-Brasília, de modo especial Imperatriz, verificou-se em pouco tempo um grande uma nova dinâmica com a chegada de cada vez maior número de migrantes que vinham animados pela esperança de ganhar dinheiro de forma rápida e fácil. Se por um lado isso foi importante para as atividades econômicas, em termos humanos e ambientais foi péssimo.

Os recursos naturais, especialmente os recursos florestais, foram rapidamente devastados para ceder lugar a pastagens para alimentação de bovinos, de modo que mesmo a madeira que em certo momento representou a grande fonte de renda da região, em grande parte foi simplesmente queimada, com todas as conseqüências ambientais que isso representa.

Esses desejos nem sempre se concretizaram. A colonização, que no primeiro momento fez-se com pequenos lotes às margens da nova rodovia, em pouco tempo mudou de

⁷ Estradas feitas e utilizadas por pecuaristas nordestinos para conduzir o gado bovino na época de seca para melhores pastagens ou para comercialização no Estado de Goiás.

característica, pois logo os que possuíam mais posses passaram a comprar ou se apossar indevidamente dos lotes dos mais humildes, de forma que os minifúndios tornaram-se latifúndios, o que acirrou o clima de disputa e de violência, como demonstra Noletto (2002, p. 129):

A atração de muitos imigrantes também se dava pela explosão demográfica da cidade e suas francas possibilidades de comércio. Desta forma, tornou-se comum que os imigrantes mantivessem comércio na cidade e também ocupassem terras. [...] Ocupar terras devolutas às margens das rodovias era uma fixação dos imigrantes que aqui chegavam a partir do final da década de 50 e durante os anos 60 e 70. Produzir nem sempre era o verdadeiro interesse na ocupação. Multiplicar o pequeno capital aplicado para consolidar a pose vendendo-a ao primeiro interessado em participar do processo passou a ser, de fato, na maioria dos casos, a grande motivação da ocupação das terras devolutas [...].

As medidas adotadas pelo poder público não resolveram o problema a situação e proporcionar ao município os meios necessários para a solução do vários problemas que o assolaram. O estado de abandono a que a região foi relegada pelo poder público, abriu espaço para que indivíduos inescrupulosos, através de uma política clientelista, alcançassem o poder e passassem a ser vistos como verdadeiros heróis e salvadores dos pobres. Inclusive, muitos desses políticos estiveram à frente de campanhas em defesa da redivisão territorial do Estado do Maranhão. Este tipo de política cristalizou-se através da doação de lotes de terrenos na periferia da cidade e de sacolas de alimentos às pessoas mais pobres, sempre tendo em vista as próximas eleições.

A despeito de todo este crescimento e de todos os problemas sofridos pela região, o governo do Estado, localizado na Ilha de São Luís, região Norte do Estado, jamais dispensou à região a atenção devida, mantendo-se distante dos problemas, de sorte que sua presença era garantida basicamente pelos órgãos arrecadadores de impostos, o sempre que gerou insatisfação e críticas às quais o governo se manteve insensível.

Não bastasse isso, como a região foi povoada não só por maranhenses, mas por pessoas oriundas das mais diversas regiões do Brasil e até de outros países, a cultura que se construiu é bastante diferente daquela que predomina nas outras regiões do Estado. A título de exemplo, nas outras regiões predomina outro modo de falar, de vestir, de se manifestar na religiosidade e no folclore.

Isto, por si só, já justificaria o desejo do povo e das lideranças regionais em desligar-se do Maranhão, que dessa parte do Estado (Sul) sempre tudo levou e quase nada deu em troca. Mesmo cidades como Imperatriz, a qual aspira ao *status* de capital da pleiteada nova unidade

federativa, que progrediu a despeito da inércia do governo do Estado e já foi a maior arrecadadora de impostos, subsiste sem infra-estrutura adequada, pois em sua maior parte cresceu por invasão de terrenos e jamais teve uma economia sólida, pois seu desenvolvimento sempre esteve ligado a atividades cíclicas, como demonstra o Instituto Imperatriz (2002): Sua economia, ao longo de sua história, sofreu muitas mudanças.

A partir da metade do século XIX, sua principal atividade foi a pecuária e a agricultura de subsistência; depois, houve um crescimento em face da descoberta do Caucho, essência vegetal produtora de látex; passou pelo ciclo da produção de arroz; da produção e beneficiamento de madeira; veio o ciclo do ouro com a descoberta das minas de Serra Pelada, e só então começou a se firmar como centro comercial varejista e importante pólo comercial atacadista, sendo hoje um dos principais distribuidores de produtos manufaturados do Norte e Nordeste do Brasil.

Assim, no início vivenciou-se o ciclo da extração de látex do Caucho, depois a garimpagem de diamantes, produção de arroz, extração de madeira, garimpagem de ouro, pecuária, comércio varejista e finalmente o comércio atacadista, de forma que Imperatriz, como toda a região, resente da falta de uma estrutura industrial e sofre pela crônica falta de emprego a que a população está submetida, pois apenas as atividades comerciais são insuficientes para suprir a demanda por emprego.

Embora não se questione a necessidade de produção de alimentos e de outros bens, sem os quais não pode haver desenvolvimento, questiona-se a forma de produção, bem como a forma de distribuição das riquezas produzidas. Não se pode estar de acordo com um sistema de produção agrícola que tende a esgotar as potencialidades do solo, de forma que ao final, reste às populações locais apenas os problemas ambientais e a pobreza.

1.4.3 O Maranhão do Sul enquanto uma invenção simbólica

Sendo assim, O Maranhão do Sul se constitui como uma realidade, não exatamente como uma realidade física dada aqui e agora no mundo dos fenômenos materiais, mas se inscreve no nível simbólico. Dito de outra forma, se não há concretamente um ente federativo denominado Estado do Maranhão do Sul, ele existe simbolicamente na consciência de mais de um milhão de pessoas que residem na região e dela fazem o seu *ethos*, o seu modo de ser, o

seu caráter, e nela criaram os seus costumes e sua cultura, em quase tudo diferenciada das manifestações que se reconhece como cultura maranhense.

O Sul do Estado vivencia um novo momento, inclusive de euforia econômica, com o cultivo da monocultura da soja em vários municípios, especialmente em Balsas, Estreito e Porto Franco. Euforia que tende a aumentar, como de fato já está aumentando, com o aquecimento da construção civil que se espalha por todo Maranhão e em especial na região Sul gerando emprego e riquezas, melhorando a qualidade de vida da população.

Já se tem a consciência de que o desenvolvimento de uma região não pode depender de apenas uma atividade econômica, inclusive porque qualidade de vida não depende unicamente de fatores materiais, mas de muitos outros, como demonstra Moraes (2003, p. 123-124)

A urgência de um novo modelo de desenvolvimento aumentou a partir da constatação de que o crescimento das grandes empresas e o dinamismo econômico não se irradiam homoganeamente para todas as regiões de um país e nem permitem uma distribuição mais equitativa de renda entre os diversos grupos sociais. Ou seja, a evidência empírica mostra que os efeitos de difusão desse tipo de crescimento econômico concentrador são claramente desiguais e insuficientes para eliminar as situações de pobreza em que ainda vive uma significativa parcela da população.

Tanto as lideranças regionais quanto a população, pelo que se pode depreender do clima emocional que envolve a questão da emancipação, estão convictas de que a criação do Estado do Maranhão do Sul representa uma oportunidade que se abre para o encaminhamento de novas possibilidades com relação às dinâmicas da economia, da política e da vida social como um todo.

Isso, pelo menos em tese, possibilitaria o desenvolvimento regional. Pessoas físicas e empresas apostam na possibilidade de emancipação e em benefícios dela decorrentes. Tanto é, que várias organizações empresariais adotaram como nome de fantasia, Maranhão do Sul, inclusive empresas de transporte coletivo, emissora de televisão, instituição de ensino superior, e recentemente a Empresa Brasileira de Correios lançou um selo comemorativo da luta pela emancipação da região.

1.4.3.1 Maranhão do Sul: os partidos políticos face ao processo emancipatório

Dentre as várias associações humanas existe um tipo de organização especial, que são os partidos políticos, os quais são caracterizados por relações associativas formalmente livres, no sentido em que o indivíduo pode optar por pertencer a um partido específico em detrimento de outros, cuja finalidade é propiciar poder a seus dirigentes e oportunidades ideais ou materiais a seus membros. Ou seja, a associação a partidos políticos, pelo menos para Weber (2004), implica sempre em um ideal utilitarista, a saber, a realização de fins objetivos (a conquista do poder para seus dirigentes), a obtenção de vantagens pessoais (*status* ou cargos na burocracia estatal para seus membros) ou as duas coisas juntas ao mesmo tempo.

No âmbito dos partidos políticos existem associações de todas as ordens: “séqüitos carismáticos, criadagens tradicionais e partidários racionais (racionais referentes a fins ou valores, ou de cunho ‘ideológico’)” (WEBER, 2004, p. 188). Além dos interesses pessoais, os partidos políticos são constituídos e movidos pela defesa de interesses de classes, mas acima de tudo, o principal motivo para se pertencer aos quadros de um partido tem a ver com a possibilidade de ocupação de cargos no âmbito do partido ou no âmbito da administração pública por parte de seus membros.

No dizer de Weber (2004) os partidos políticos só encontram possibilidade de existência e de viabilidade dentro de um sistema de associação, cuja direção, permita o vislumbre de influenciar ou ocupar. De outra forma não haveria motivos para a existência de partidos políticos, cujo fim, como já se disse, é a conquista do poder ou a participação em cargos que por sua importância, possam influenciar nos destinos da sociedade. No que se refere ao alcance dos fins, Afirma Weber (2004, p. 188) que

Todos os meios podem ser empregados pelos partidos para chegarem ao poder. Quando a direção é determinada por *eleições* (formalmente) livres e os estatutos são criados mediante votação, eles constituem, antes de mais nada, organizações para o recrutamento de votos eleitorais e, no caso de as vocações terem fins predeterminados, são partidos legais. Partidos legais significam *sempre*, em virtude de seu fundamento em princípio *voluntário* (de recrutamento livre), que as atividades da política são atividades de *interessados* (deixamos aqui completamente de lado a idéia de *interessados* “econômicos”: trata-se de interessados *políticos*, isto é, orientado pela ideologia ou pelo poder, como tal).

A despeito de se reconhecer todos estes fundamentos, é importante salientar que os partidos políticos em grande parte do mundo, inclusive no Brasil, são compostos por um grupo dirigente o qual normalmente tem aspirações à conquista do poder materializado na

conquista de cargos eletivos ou não, e por um corpo de membros que só participam das decisões partidárias em nível de convenções esporádicas.

No mais das vezes, estes membros são conclamados em momentos de eleições e desempenham inúmeras atividades, desde a formação de platéias e claques nas reuniões e comícios, até cooptadores de votos para os candidatos do partido, além de se constituírem como uma massa votante sem maior participação. Importa enfatizar que muitos partidos sequer aspiram a um grande número de associados (filiados), uma vez que se torna dispendiosa sua mobilização, além, é claro de haver maior possibilidade de dissensão interna.

Seja como for, os partidos possuem várias categorias de associados entre seus quadros, que vão desde os líderes e dirigentes, passando pelos militantes ativos, até se chegar a uma categoria de simples simpatizantes passivos, cuja importância reside mais em suas opiniões que se prestam como instrumento de propaganda nos momentos de luta pelo poder, do que em ação permanente para a manutenção da estrutura partidária.

Independente da forma com que os partidos são concebidos e organizados, e mesmo quando se leva em conta suas peculiaridades, eles não se diferem essencialmente das demais formas de associações, como demonstra Weber (2004, p. 189). Isto é, são

[...] orientados de modo carismático-plebiscitário (crença no líder) ou tradicional (apego ao *prestígio* social do senhor ou do vizinho preeminente) ou racional (lealdade aos dirigentes e aos quadros administrativos nomeados por votação “segundo os estatutos”), e isto no que se refere à obediência tanto dos partidários quanto dos quadros administrativos.

A posição de Weber, acima, só confirma que as associações humanas de quaisquer ordens, não se esgotam em si mesmas, mas visam sempre a um fim, o qual pode ser de ordem racional como queria Aristóteles quando se referia à *polis* grega, quer afetiva, como por exemplo, grupos de amigos que se reúnem apenas pela alegria do convívio.

No que se refere especificamente às questões relacionadas à luta pela autonomia político-administrativa a que aspira a Região Sul do Estado do Maranhão, antes de tratar do papel desempenhado pelos partidos políticos, importa conhecer, mesmo que de forma pouco profunda os motivos que levaram a este desejo.

Não bastasse isso, reproduz-se no Estado a realidade nacional: há grandes diferenças entre as várias regiões. A Ilha de São Luís, onde está localizada a capital do Estado, se configura como uma ilha de prosperidade, inclusive em função do complexo portuário, um

dos mais importantes do país. Por outro lado, e muito próximo da Ilha, a Baixada maranhense é caracterizada pela miséria.

Quanto à Região Sul, localizada na extremidade oposta à capital, conseguiu a duras penas sair da situação de absoluta pobreza e da falta de políticas e cuidados governamentais, para, pelos próprios meios, alcançar alguma melhoria na qualidade de vida, mas se sente marginalizada em relação às políticas governamentais. Há o sentimento de que muito produz e muito contribui para a receita do Estado e pouco recebe em troca.

Aliado a tudo isso, a região tem pouca representatividade política no âmbito estadual, e, portanto, também pouca visibilidade política, embora haja uma visibilidade econômica que não tem contribuído para a minoração das desigualdades regionais e sociais. É este o principal motivo que leva a região desejar e a lutar pela segmentação territorial e a conseqüente autonomia política e administrativa.

As lideranças regionais compreendem que não é a mera autonomia político-administrativa a receita mágica que resolverá todos os problemas regionais, mas compreendem que este é o caminho mais curto, pois, pelo menos de forma hipotética, com autonomia, se poderia fazer pelo desenvolvimento da região, muito mais do que tem sido feito pelo os governantes do Estado do Maranhão.

O que a região Sul deseja de acordo com os resultados obtidos nas pesquisas, pois, é a liberdade de fazer, se não o necessário, pelo menos o possível de forma séria, o que é bem diferente de esperar o necessário e o possível de pessoas em posição de decisão e instituições distantes da realidade, das necessidades e dos desejos locais. Isto por si só, justificaria o desejo e a necessidade de emancipação política e administrativa, que se ainda não se configura como realidade aqui e agora, se constitui em um ideal a ser perseguido e pelo qual vale a pena lutar como já foi dito acima, é o que mais uma vez demonstra os resultados dos dados coletados na pesquisa de campo.

É neste cenário que nos anos 1970 surge um político, um vereador do município de Imperatriz que adota como tema de luta política a bandeira da emancipação. Em pouco tempo aliaram-se à voz do vereador, o som de muitas outras vozes, tanto de cidadãos isolados, quanto de cidadãos associados em diversos tipos de organização, inclusive partidos políticos, mas ainda com pouca visibilidade e repercussão, como demonstra Ferreira (2007, p. 32):

Na década de 70, em Imperatriz, Joaquim Paulo de Almeida é eleito vereador, e com ele nasce a campanha pró-criação do Estado do Tocantins (primeira sugestão de nome para um novo Estado emancipado do território maranhense, goiano e paraense

– grifo nosso) em um encontro realizado no antigo Cine Fides. Na proposta de Joaquim Paulo o Tocantins seria formado pela Região Tocantina, extremo norte de Goiás (bico do papagaio) e extremo sul do Pará (região de Marabá).

Como se vê, a primeira idéia de emancipação do Sul do Maranhão não se restringia a esta parte do território maranhense e não foi concebida por um partido político, mas por um cidadão de Imperatriz que naquele momento exercia o mandato de vereador à Câmara Municipal. Com passar do tempo a comunidade local começou a entender a importância da proposição do vereador Joaquim Paulo: “Em determinado momento a proposta de Joaquim Paulo ganha vulto, a sociedade local interessa-se pela criação do novo Estado, mas não participa, não contribui para que o projeto vença as fronteiras que o separam de Brasília” (FERREIRA, 2007, p. 32).

No entanto, os políticos locais, tal como a comunidade, embora em palavras defendessem a emancipação, jamais se mobilizaram para a viabilização do Estado do Tocantins. A única iniciativa de um político neste sentido, veio do deputado federal eleito pelo Estado de Goiás, Siqueira Campos. A proposta de Joaquim Paulo se coadunava com os interesses de Siqueira Campos, o qual desejava a divisão do Estado de Goiás, o que foi realizado pela Assembléia nacional Constituinte, mas tal divisão, como se sabe, restringiu-se ao território goiano, ficando de fora o Sul do Maranhão e o Sul do Pará, com a agravante de que o novo Estado recebeu o nome de Tocantins originalmente adotado pelo vereador Joaquim Paulo para a nova unidade federativa a ser desmembrada do Estado do Maranhão, razão pela qual posteriormente se adotou o nome de Maranhão do Sul para o Estado em potencial.

Nos anos 1980 Joaquim Paulo ficou sem mandato e sem apoio popular e político. Diante disso, e como a região elegeu dois deputados constituintes, persistiu a esperança e desta vez alguns cidadãos, dentre eles membros da imprensa imperatrizense conceberam um evento em que fosse discutida a questão. Ao evento, um dos deputados constituintes, Onofre Corrêa não compareceu. O outro deputado, Davi Alves Silva, compareceu,

E como diria mais tarde o jornalista Nilson Santos, “Davi veio e roubou a cena de uma maneira que somente ele sabia fazer. O único político que havia em Imperatriz, mestre também na arte de roubar cenas, era o dr. José de Ribamar Fiquene (prefeito de Imperatriz, grifo nosso)” (FERREIRA, 2007, p. 34).

Se Davi roubou a cena, foi porque se colocou na posição de defensor da criação do novo Estado, o que posteriormente lhe renderia muitos votos em outras eleições. No entanto, o deputado não apresentou nenhum projeto ao Congresso nacional para a criação da nova

unidade federativa. A despeito disso, houve saldo positivo no evento: foi criado o Comitê Comunitário Pró-Criação do Maranhão do Sul, composto por pessoas de diversos segmentos da sociedade local.

Durante a vigência da Assembléia Nacional Constituinte foi grande a movimentação do Comitê, inclusive com várias idas a Brasília para visitas e reuniões com deputados e senadores, inclusive com o apoio do prefeito de Imperatriz José de Ribamar Fiquene, à época, também presidente da Federação dos prefeitos do Estado do Maranhão.

Mesmo tendo perdido a oportunidade de ser criado pela nova Constituição e muitos ânimos tenham se arrefecido nunca mais se deixou de falar da idéia de emancipação do Sul do Maranhão, bandeira depois empunhada pelo deputado federal Sebastião Torres Madeira, o qual apresentou projeto à Câmara Federal visando a criação do Maranhão do Sul. Mais tarde, também o senador Edison Lobão apresentou projeto ao Senado da República com o mesmo fim, como foi comentado no início deste trabalho.

Desde o ano de 2001, seu ano de fundação, o Comitê Pró-Criação do Maranhão do Sul está sob a coordenação de reconhecidas lideranças regionais, políticos, empresários dentre os quais, um secretário de Estado. A luta deste Comitê tem sido frutífera e na atualidade possui sucursal em todos os 49 municípios da área que se deseja emancipar do Maranhão e o próprio governador do Estado teve extraordinária votação na região por conta de compromisso seu em defender a divisão territorial. Além disso, muitos políticos que antes eram contra a idéia de divisão do Estado do Maranhão, como os componentes do grupo Sarney, passaram a apoiar a idéia abertamente.

Até aqui se falou em nomes de cidadãos, mas quase sempre estes cidadãos citados ou não que se dedicaram ou se dedicam à luta pela emancipação do Sul do Maranhão, estão de alguma forma vinculados a partidos políticos. No decorrer do tempo, muitos partidos políticos se manifestaram de forma aberta e profícua sobre a questão e mesmo adotando-a como lema de campanhas eleitorais, de sorte que vários políticos, desde então, já foram eleitos para diversos cargos à custa do tema emancipação regional, o qual, passadas as eleições, perde o vigor das discussões e muitos políticos eleitos sob esta bandeira esqueceram totalmente da mesma, o que no mínimo caracteriza oportunismo eleitoral e propaganda partidária enganosa.

Se na atualidade os que defendem a idéia de emancipação do Sul do Maranhão estão organizados na forma de um Comitê Comunitário, isto é um artifício utilizado como forma de superação de diferenças ideológicas e mesmo partidárias entre seus componentes, mas

ninguém se engane. Por traz de cada membro do Comitê, há quase sempre um partido político, pois nenhum partido gostaria de ser acusado de omissão numa questão de tamanha importância.

Qualquer partido político que se coloque frontalmente contrário a este desejo do povo da região, certamente perderá votos em eleições futuras. Por outro lado, se os partidos não participam diretamente do Comitê Comunitário, é por razões estratégicas: se a idéia não colar, os líderes regionais não se exporão diante das lideranças estaduais sediadas na capital do Estado do Maranhão, muitas delas contrárias à divisão territorial.

Decorre então se poder deduzir que os partidos políticos em qualquer das hipóteses, vitória ou fracasso do movimento pró-criação do Maranhão do Sul, sairão ganhando, (ou pelo menos ilesos) o que confirma a assertiva de Weber (2004, p. 188): “Todos os meios podem ser empregados pelos partidos para chegarem ao poder”. Chegar ao poder é o desejo de todos os partidos e a criação de uma nova unidade federativa abriria espaço para que lideranças regionais alcançassem cargos mais importantes tanto no poder executivo, quanto no legislativo e no judiciário.

2 NATUREZA DA PESQUISA E REFERENCIAL METODOLÓGICO

2.1 Formulação e delimitação do problema da pesquisa

A região Sul do Maranhão, em face do distanciamento social, cultural, econômico e político da região Norte liderada pela capital do Estado do Maranhão, São Luís, pelo menos desde o século XVIII, demonstra o desejo de emancipar-se. Isso se constituiu como a problemática, a partir da qual, surgiu o desejo de estudar, de forma mais aprofundada, as origens e causas da ideia separatista. Para efetivar o estudo, partiu-se do seguinte problema: O que motiva o movimento pró-criação do Maranhão do Sul, e qual a sua legitimidade para propor o desenvolvimento regional?

2.2 Objetivos

2.2.1 Objetivo geral

Investigar o conteúdo de propostas, a definição de estratégias e a dinâmica do movimento emancipacionista pró-criação do Estado do Maranhão do Sul, sua repercussão regional e estadual e os efeitos de sua difusão junto a sociedade maranhense e do poder público estadual.

2.2.2 Objetivos específicos

- a) Identificar os principais argumentos prós e contra o processo emancipacionista;
- b) Verificar a contribuição da mídia local/regional para a difusão das teses emancipacionistas;
- c) Analisar a recepção das teses e dos movimentos emancipacionistas pró Maranhão do Sul, por setores da sociedade maranhense não incluídos no projeto de emancipação, ou seja, a região Norte do Maranhão.

d) Analisar se as diferenças quanto ao povoamento, cultura e até mesmo a respeito das etnias que vivem no Norte e Sul do Estado corroboram para o sentimento emancipacionista.

2.3 Referencial metodológico

2.3.1 Atores/participantes: amostra e critério de seleção

No que se refere ao universo e amostra investigados o recorte foi representado por sujeitos tidos pelo autor como importantes no processo emancipatório quer por envolvimento direto pró ou contra a tese emancipacionista, a escolha desses atores se deu por acessibilidade e também levou em conta as questões regionais contemplando dessa forma sujeitos de municípios tanto do Sul do Estado como também do Norte como veremos numa tabela mais a frente no item 3.3.

Dos atores que participaram da pesquisa pode-se destacar prefeitos, vereadores, deputados estaduais e federais, representantes do governo estadual e secretários municipais, isso no ambiente político.

Num segundo momento também foram ouvidos representantes da sociedade civil organizada tais como empresários dos mais variados ramos, religiosos, líderes de entidades representativas, Universidades Estadual do Maranhão, Universidade Federal do Maranhão, profissionais liberais, maçonaria, professores universitários, historiadores, academia imperatrizense de letras, jornalistas, um representante da frente popular pela criação do Maranhão do Sul e outro do comitê pró-criação do Maranhão do Sul, a pesquisa de campo se estendeu entre os meses de maio a outubro de 2011.

2.3.2 Tipo de pesquisa

A estratégia da pesquisa compreende um estudo de caso de um processo social e político complexo, a proposta analítica é qualitativa. Esta última, se alinha à natureza do caráter exploratório do estudo em que se busca inventariar e organizar informações sobre lugares, atores sociais e processos que permitissem a compreensão do fenômeno estudado.

A respeito disto, Gil (2008) explica que a pesquisa exploratória tem como missão dar suporte a uma compreensão global sobre determinado acontecimento, enquanto que o caráter é descritivo volta-se para a descrição do fenômeno. No entanto, a multiplicidade de frentes abordada e sua organização abrangente num cenário, ultrapassa a simples descrição promovendo um patamar organizado e esclarecedor da complexidade que envolve o tema e sua inserção histórica. Dessa forma, a pesquisa exploratória supre necessidades de novas descobertas de um fenômeno (CERVO; BERVIAN; 2002).

Por sua vez, Minayo (1994) propõe alguns procedimentos na operacionalização de uma pesquisa exploratória: (a) definir a temática a ser investigada; (b) definir objeto e objetivos; (c) elaborar um marco teórico conceitual; (d) definir os instrumentos para a coleta ou geração dos dados e (e) a exploração no campo.

A investigação qualitativa alcança um estudo mais aprofundado de um fenômeno, permitindo, segundo Bauer e Gaskell (2003), explorar pluralidade de pontos de vistas, alcançando um detalhamento e uma fundamentação ampla dos mesmos.

De acordo com Denzin e Lincoln (2006), este tipo de investigação proporciona uma ação mais próxima com o fenômeno. Portanto, a tarefa do pesquisador será de explorar o fenômeno, em conformidade com a perspectiva dos atores, realizando uma interação interpretativa do processo de investigação.

Assim, a pesquisa qualitativa em ciências humanas destina-se a explorar os fenômenos selecionados pelo pesquisador buscando compreender aspectos vinculados à sua origem, Para (TRIVIÑOS, 2008). Este tipo de investigação visa explorar a forma como os participantes compreendem, interpretam e relacionam-se no seu próprio ambiente social e cultural.

2.3.3 Métodos e instrumentos

A proposta de busca de informação mais abrangente alinhou a observação livre, a observação informada e um conjunto de entrevistas, organizadas de forma semiestruturada. Para as entrevistas foi elaborado um roteiro de perguntas (Apêndice A) em ordem pré-determinada de temas considerados relevantes para cobertura do fenômeno em sua abrangência e, segundo algumas particularidades levantadas pelo autor, após exploração prévia do fenômeno. No entanto, a idéia do encontro com os entrevistados não era de limitar

seus depoimentos, restringindo a liberdade de expressão, mas, ao contrário, permitindo e estimulando que a interação dos entrevistados com o entrevistador se desenvolvesse da forma mais espontânea quanto possível, levando em conta a expressividade, envolvimento e conhecimento de cada um deles com relação ao tema em estudo.

Consoante a isto, Minayo (1994) esclarece que, por roteiro se entende uma lista de temas que desdobram os indicadores qualitativos de uma investigação. Essa lista deve ter como substrato, um conjunto de conceitos que constituem todas as faces do objeto de investigação e visa, na sua forma de elaboração, a operacionalização da abordagem empírica do ponto de vista dos entrevistados.

A opção pela entrevista como instrumento de geração de dados se deu exatamente porque ela se constitui como uma conversa realizada face a face entre o pesquisador e o entrevistado, cuja finalidade foi buscar informações que do ponto de vista do primeiro, o segundo detém, constituindo-se, pois, de fundamental importância para compreensão do real.

Neste estudo, a organização metodológica tem como base teórico-conceitual o pensamento fenomenológico aplicado aos estudos sociais, através da tradição proposta por Moreira. (2002, p. 01):

No âmbito empírico, [...] o objeto, em primeira instância, é sempre o universo do outro, é sempre uma parcela do mundo vista pelos olhos do sujeito. A apreensão dessa visão do outro, deverá forçosamente passar pelo depoimento: [...] o pesquisador, precisará que os sujeitos da pesquisa lhe relatem suas experiências, suas compreensões, seus sentimentos, suas impressões. Só assim poderá ele caminhar na direção da essência do seu objeto, que, no fim das contas, é a visão que o outro tem da própria existência.

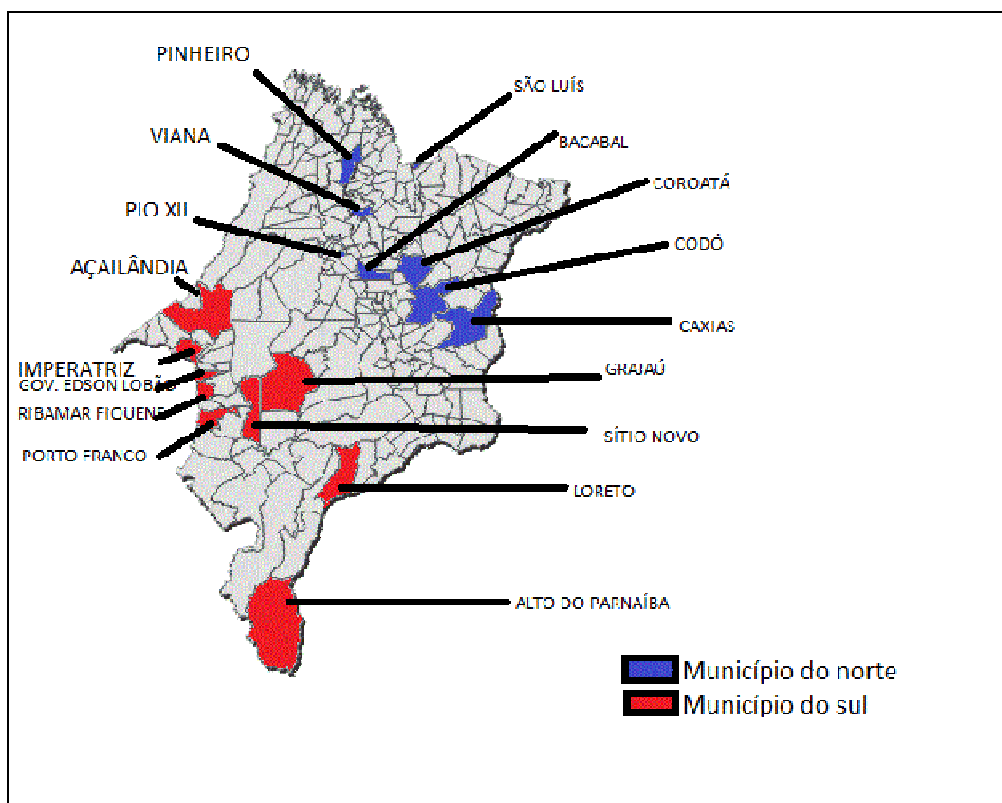
Assim, neste contexto, o pesquisador, tentou se desvencilhar da melhor forma possível dos seus pré-conceitos e de seus pré-juízos, colocando-se como que entre parênteses em relação ao objeto da pesquisa como forma de alcançar a essência desse objeto, que é a visão, mesmo que simbólica que maranhenses possuem sobre a própria existência e sobre a existência de um ideal que se caracteriza como a invenção do Estado do Maranhão do Sul.

2.3.4 procedimentos

As entrevistas foram realizadas compreendendo o período de maio a outubro de 2011. As entrevistas ocorreram nos municípios de Imperatriz, Açailândia, Caxias, Pinheiro, Loreto,

Alto Parnaíba, Ribamar Fiquene, Gov. Edson Lobão, Grajaú, Coroatá, Codó, Porto Franco, Bacabal, Sítio Novo, Viana, Pio XII e São Luís, locais onde residem ou trabalham os participantes da pesquisa. (figura 7)

Figura 7: Distribuição dos municípios representados na pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

Os entrevistados foram esclarecidos sobre os procedimentos a serem utilizados, formalizando a autorização através do termo de consentimento livre e esclarecido devidamente assinado (Apêndice B).

Para facilitar o registro dos dados, foi utilizado um gravador, que na concepção de Gil (1996), é uma das formas de reprodução mais precisa no emprego da fidelização das respostas dos entrevistados. Cada entrevista teve uma duração média de 25 minutos, sendo acrescidos 05 minutos de tolerância para demais sugestões apresentadas fora do roteiro pré-estabelecido.

2.3.5 Estratégia de análise dos dados

Os dados foram analisados através da técnica da análise de conteúdo. Bauer e Gaskell (2003) esclarecem que esta técnica visa explorar de forma detalhada os dados constituídos através da linguagem.

Dessa forma, a análise de dados considera a inter-relação dos fenômenos presentes com outros elementos que influenciam esses fenômenos (MARCONI E LAKATOS, 2004).

Neste sentido, Triviños (2008) explica que os procedimentos da análise de conteúdo seguem as seguintes etapas: organização prévia do material; divisão por classes; categorias; códigos; compreensão e reflexão.

Na análise das entrevistas, foi também utilizada a análise de conteúdo. Esta técnica permitiu maximizar a compreensão da língua, possibilitando assim, uma análise detalhada de questões ideológicas como também a história e a linguagem (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Para isto, na execução destes procedimentos, a análise dos dados começou com a transcrição de cada uma das entrevistas, sendo feito uma leitura dos conteúdos, selecionando palavras geradoras de tópicos e aspectos, sendo eles nomeados. Cada tópico foi organizado seguindo uma hierarquia de acordo com a repetitividade e relevância ao tema da pesquisa. Finalizando, foram comparados por confronto os tópicos derivados das entrevistas por meio da interpretação do sentido da fala de cada ator envolvido.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 Entrevistas semiestruturadas

Os dados foram gerados através da técnica da análise de conteúdo. Sendo assim, a intenção aqui não foi de esgotar todos os dados durante a análise, pois deparou-se com um tema de realidade complexa, o que sinalizava para diversos caminhos para a análise de cada dado. Em face disso, foram analisados os dados considerados mais relevantes para o estudo.

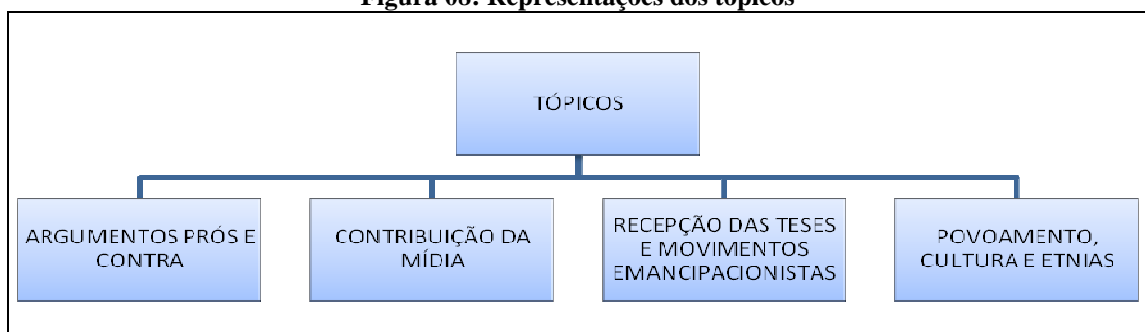
Nesta perspectiva, Caregnato e Mutti (2006) esclarecem que quando se utiliza a análise de conteúdo, não há necessidade de se explorar todos os dados da entrevista, de modo especial, pelo fato da análise qualitativa inserir-se numa dimensão vertical e não horizontal como são as análises de dados quantitativos.

3.2 Tópicos e análises

Os dados foram analisados a partir de quatro tópicos originados dos objetivos específicos. Cada tópico permitiu explorar pontos que, por sua relevância, concorreram para a compreensão tanto do problema em questão, quanto, de maneira mais ampla, toda problemática envolvida no fenômeno da criação do Maranhão do Sul.

Partindo-se desta compreensão, apresentou-se de maneira clara e detalhada as falas dos atores que se dispuseram a contribuir com a pesquisa, o que permitiu compreender melhor a realidade estudada e aprofundar uma reflexão sobre o que eles pensam sobre cada tópico que lhes foi apresentado, conforme detalhamento constante na figura 08.

Figura 08: Representações dos tópicos



Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

3.3 Caracterização dos (as) entrevistados (as)

Ao terminar as transcrições de cada entrevista, teve-se o cuidado de ler os textos por várias vezes com a intenção de encontrar similaridades ou divergências contidas nas respostas. Em conformidade com o termo de consentimento livre e esclarecido como foi já mencionado, cada ator foi intencionalmente codificado através da letra A, juntamente com um numeral a sua direita (A1, A2, A3,...) em razão de preservar suas identidades estendendo-se de 1 a 25, correspondendo assim, à quantidade total dos entrevistados conforme Tabela 2.

Tabela 2: Características dos atores entrevistados

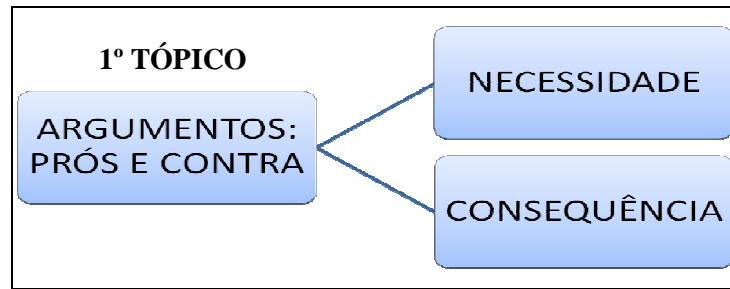
Nome	Gênero	Idade	Formação	Área de atuação	Tempo de trabalho	Região de origem
A1	Masculino	55	Administração	Líder comunitário	03 anos	Sul
A2	Masculino	49	Economia	Professor	13 anos	Sul
A3	Masculino	45	Economia	Func. Público	15 anos	Sul
A4	Masculino	61	Medicina	Prefeito	03 anos	Sul
A5	Masculino	60	Teologia	Bispo	20 anos	Sul
A6	Masculino	61	E. Médio	Dep. Federal	05 anos	Norte
A7	Masculino	49	Historia	Func. Público	12 anos	Norte
A8	Masculino	46	Jornalismo	Assessor Parl.	04 anos	Sul
A9	Masculino	50	Jornalismo	Colunista	16 anos	Sul
A10	Masculino	36	Medicina	Prefeito	03 anos	Sul
A11	Masculino	59	E. Médio	Func. Público	11 anos	Norte
A12	Masculino	63	Direito	Func. Público	15 anos	Sul
A13	Masculino	56	E. Médio	Vereador	03 anos	Sul
A14	Masculino	44	Contabilidade	Prefeito	03 anos	Sul
A15	Masculino	62	Economia	Prefeito	07 anos	Sul
A16	Masculino	40	E. Médio	Dep. Estad.	02 anos	Norte
A17	Masculino	38	Administração	Professor	02 anos	Norte
A18	Masculino	37	E. Médio	Prefeito	04 anos	Sul
A19	Feminino	35	Enfermagem	Dep. Estad.	01 ano	Sul
A20	Masculino	36	E. Médio	Prefeito	06 anos	Norte
A21	Masculino	35	E. Médio	Prefeito	06 anos	Norte
A22	Masculino	43	Administração	Prefeito	07 anos	Norte
A23	Masculino	36	Analista de Sistemas	Professor	05 anos	Norte
A24	Masculino	51	Administração	Empresário	13 anos	Norte
A25	Masculino	46	Direito	Dep. Estad.	03 anos	Sul

Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

3.4 Primeiro tópico – (Argumentos prós e contra o processo emancipacionista)

Aqui são apresentados os principais argumentos prós e contra a criação do Maranhão do Sul, atendendo ao primeiro objetivo específico: Que foi identificar os principais argumentos prós e contra do processo emancipacionista. Para tanto, dentro deste tópico foram explorados dois aspectos como mostra a figura 09.

Figura 09: Argumentos prós e contra o processo emancipacionista



Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

A divisão de um ente federativo, de modo especial, um Estado, envolve aspectos tanto de ordem objetiva, quanto subjetiva. Isso resulta em tomadas de posição pró e/ou contra essa divisão por parte da sociedade. Diante disso, estruturou-se este tópico com a finalidade de compreender o que motiva o movimento pró-criação do Maranhão do Sul, bem como verificar a necessidade da criação do novo Estado e as possíveis consequências dela decorrentes, tanto para a parte emancipanda, quanto para a remanescente.

Quando se perguntou sobre a necessidade da criação de um novo Estado, vários atores tiveram respostas de aspectos congruentes que nos remetem ou remeteram à compreensão de que com a criação do Estado Maranhão do Sul, a sociedade como um todo tende a ganhar, pois isso resultaria em melhorias para as partes envolvidas no processo.

Oito dos entrevistados afirmam que um dos maiores benefícios seria a aproximação dos municípios com o governo central (a capital). Para eles, se o Sul do Maranhão teve seu desenvolvimento retardado, isso se deve, pelo menos em parte, ao distanciamento do governo do Estado do Maranhão em relação à região emancipanda. Em consequência desse distanciamento, o interior de modo geral e o Sul do Estado em particular, sempre estiveram equidistantes das decisões que resultaram na concepção e implementação de políticas públicas. Como resultado desse distanciamento, surgiu desde pelo menos o século XVIII, o desejo e mesmo movimentos visando à emancipação política e administrativa do Sul.

Isto é confirmado pelo discurso de um dos atores, o entrevistado A9: *“O Estado do Maranhão [...] também tem seus problemas, mas a distancia significativa do governo que fica ao norte do Estado traz conseqüências ruins”*. Por sua vez, o entrevistado A10 assegura que uma das principais necessidades que se tem é de *“[...] encurtar a distância entre sociedades e os poderes que decidem [...]”. O Maranhão centraliza muito o poder na capital [...]”*.

Corroborando isto, A12 afirma: *“[...] um Estado como o Maranhão não pode ficar com o governo distante [...]”*. Por sua vez, A24 e A17 são enfáticos em afirmar que a

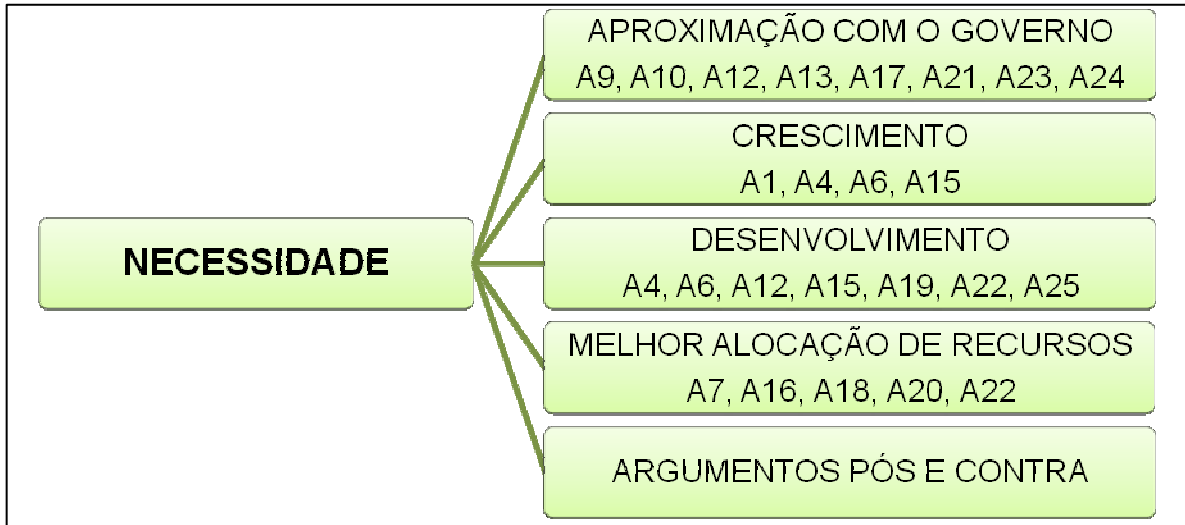
necessidade de criação de um novo Estado, no mínimo, se constituiria como uma possibilidade para se “[...] *tentar aproximar mais de forma estrutural os governos do Estado do Sul do Maranhão [...] e ter uma [...] aproximação desses municípios, pois o [...] deslocamento dos prefeitos a São Luis causa desgaste [...] por isso ter um governo mais próximo, é bem mais fácil*”.

Como se percebe dos fragmentos acima, os entrevistados, de alguma forma, referem ao distanciamento entre a região Sul do Estado e a capital, o que, em decorrência, ocasionaria ou ocasionou prejuízos, tanto para a região, a qual deixou de ser contemplada pelas políticas públicas, quanto para o próprio governo do Estado, o qual terminou por perder credibilidade junto à população sulmaranhense e ao mesmo tempo, e de forma involuntária, suscitar o desejo de emancipação política da região.

Foi possível perceber nas falas dos atores, outra necessidade para a corroboração do projeto de emancipação: trata-se da possibilidade de crescimento e desenvolvimento. Os entrevistados A1, A4, A6, e A15 ratificam que o surgimento de um novo Estado poderia contribuir de forma definitiva para a viabilização do que se poderia denominar de desenvolvimento regional. Isto é confirmado nos seguintes fragmentos de falas: A1 afirma que “[...] *a população de comunidades isoladas podem crescer muito mais rápido [...]*”. Já A6 enfatiza que a “[...] *importância de se criar um novo Estado é o fomento regional, que vem com o desenvolvimento da infra-estrutura, mercado imobiliário, educação, saúde [...]* voltada para o crescimento [...]”.

Os fragmentos de discursos reproduzidos acima, permitiram, do ponto de vista semântico, destacar alguns termos-chave que apontam para a mesma direção, dentre eles, distanciamento/aproximação entre o governo e a região Sul, crescimento e desenvolvimento e maior possibilidade de alocação de recursos para fazer face às demandas regionais. Assim, depreende-se dos discursos dos entrevistados, não apenas a necessidade de emancipação da região, mas também as bases para a consolidação dos argumentos favoráveis a essa emancipação.

Figura 10: Aspecto sobre a necessidade de se criar o Maranhão do Sul



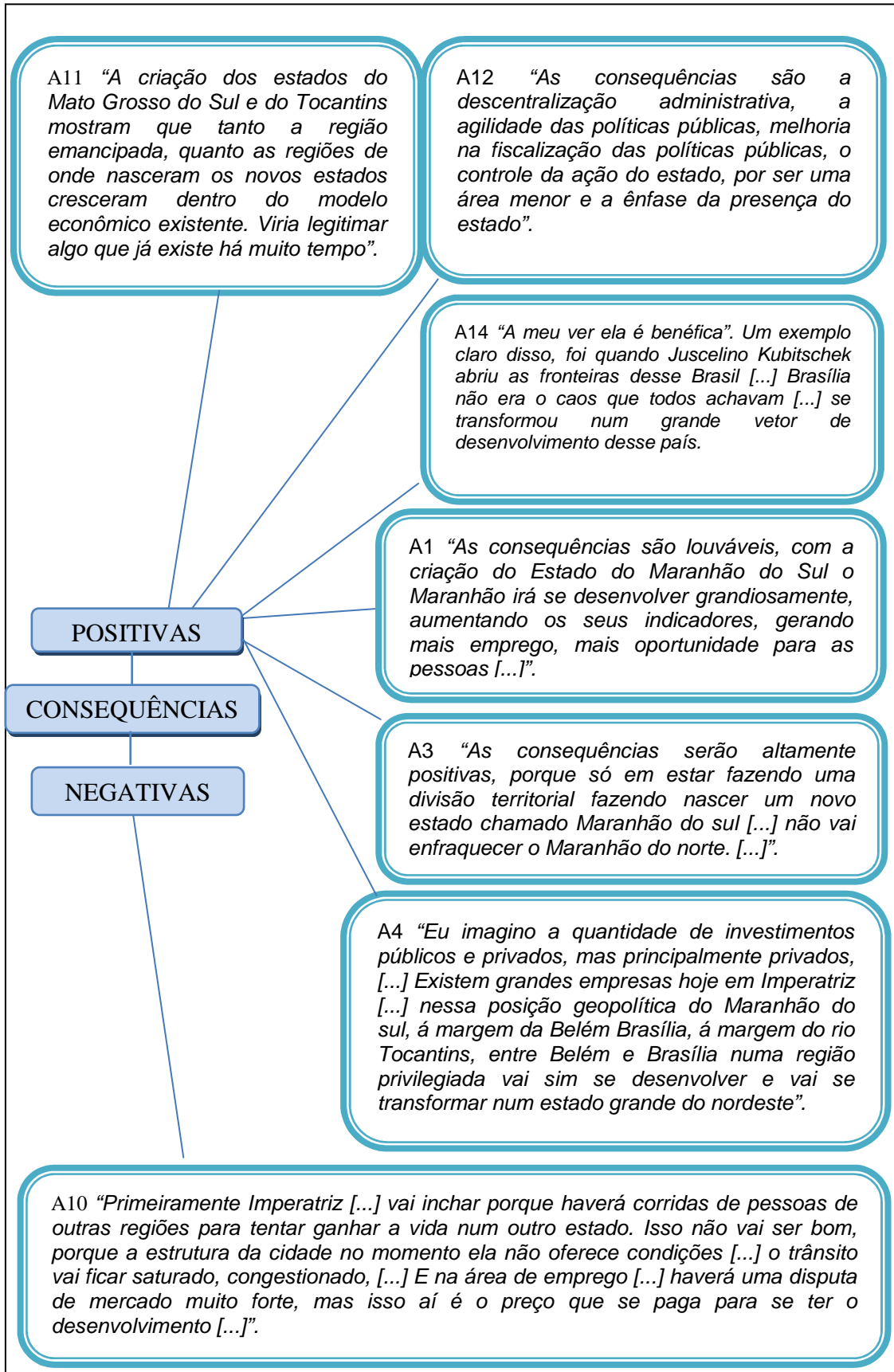
Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

Além disso, foi possível perceber que vinte e quatro dos atores admitem que a emancipação resultará em consequências positivas para o novo Estado, e apenas um deles, o entrevistado A10, aponta para um possível ponto negativo: “*A cidade de Imperatriz [...] vai inchar porque haverá corrida de pessoas de outras regiões para tentar ganhar a vida [...] a estrutura da cidade [...] não oferece suporte e o trânsito vai ficar saturado [...]*”.

Como se percebe, há quase unanimidade no discurso dos entrevistados. Assim, os dados constantes na figura 10, ratificam a necessidade de emancipação e apontam as consequências positivas e negativas desse processo, o que, se os atores estiverem corretos em suas compreensões, a emancipação política e administrativa da região será positiva.

Pode-se ver na figura 11, destaques como melhor fiscalização, desenvolvimento, exemplos de outros Estados que se emanciparam, localização privilegiada, todas citadas nas falas dos entrevistados.

Figura 11: Conseqüências negativas e positivas com a criação do Maranhão do Sul



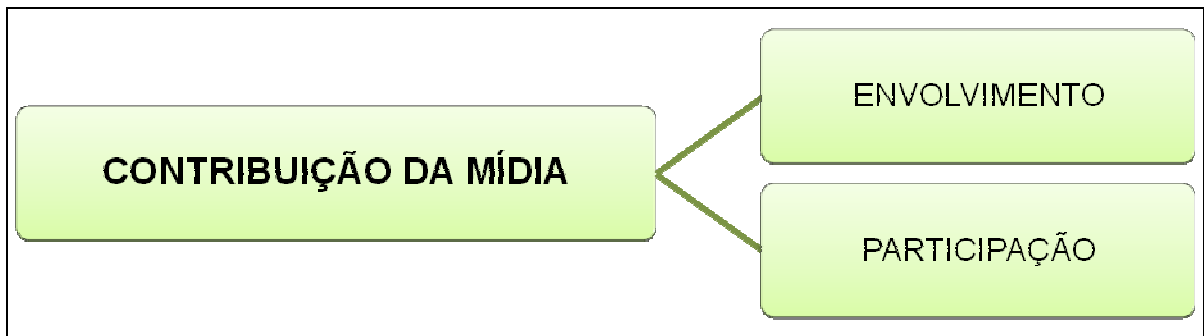
Os entrevistados são enfáticos em citar os diversos processos de melhoria que, a seu ver, a região Sul vivenciará com a emancipação, e não o fazem por mera intuição, mas baseados em exemplos, como é o caso de Estados que se emanciparam como o de Mato Grosso do Sul e do Tocantins, o que aparece de forma explícita na fala do entrevistado A11. Em sua compreensão, os Estados citados conseguiram sua autonomia política e progrediram de forma rápida, o que não seria possível sem a emancipação.

Os demais atores ratificam que a emancipação viabilizaria todos os setores, proporcionando melhoria de vida aos cidadãos, melhor alocação dos recursos disponibilizados pelo governo federal e empregos, pois as empresas passariam a perceber a região sob nova ótica, em princípio por ser localizada do ponto de vista geográfico e por dispor de autonomia para investir os recursos de que disporá, de acordo com um projeto de desenvolvimento e não por favorecimento de algum político ligado ao governo do Estado, como ocorre na atualidade.

Não obstante, ainda dentro do aspecto consequência, um dos atores, cuja fala se encontra em destaque na figura 11, posiciona-se de forma negativa ao projeto emancipacionista, uma vez que para ele, o município de Imperatriz, tornando-se a capital em conformidade com projeto de lei que tramita no congresso nacional, não tem estrutura suficiente para atender todas essas demandas, o que se configuraria como uma má consequência da emancipação.

3.5 Segundo tópico – (Contribuição da mídia para a divulgação das teses emancipacionista)

A figura 12 refere-se ao segundo tópico desta pesquisa atendendo ao segundo objetivo específico que é verificar a contribuição da mídia local/regional (escrita, falada e televisada) para a divulgação das teses emancipacionistas. Desta forma foram traçados dois aspectos a fim de verificar o nível de envolvimento e participação da mídia na propagação destas teses.

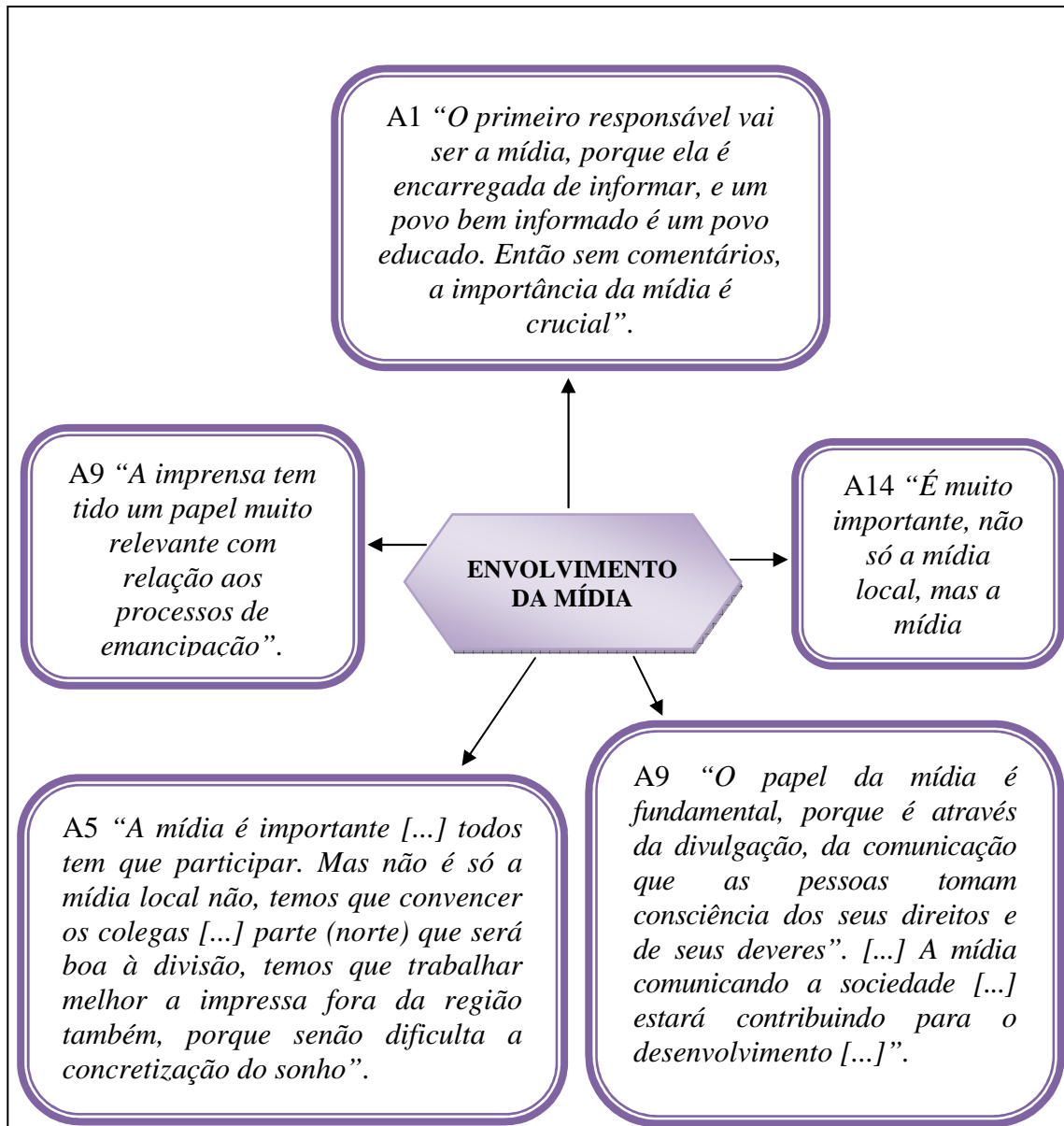
Figura 12: Contribuições da mídia para o processo emancipacionista

Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

Para atender a este objetivo foi perguntado aos atores como cada um avaliava a participação e o envolvimento da mídia local/regional no processo de emancipação. Todos os atores se manifestaram sobre a questão e muitas de suas falas são semelhantes, de forma que seria redundante reproduzir todas elas. Assim, optou-se por reproduzir algumas a título de exemplo.

Segundo eles a mídia é fator primordial na difusão das teses emancipacionistas, como demonstra A25, o qual diz que *“a mídia tem uma participação fundamental em todo esse processo porque é ela quem leva às comunidades as informações [...]”*. Por sua vez, A18 enfatiza: *“a mídia é importantíssima, mas se ela não tiver engajada, dificilmente sairá qualquer Estado novo”*. Além disso, A1, A5, A9, A14 e A19, também atribuem grande parte da responsabilidade em promover a emancipação aos meios de comunicação, como se verifica em suas falas na figura 13. asdf

Figura 13: Envolvimento da mídia com o movimento emancipacionista



Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

É perceptível na figura 13 a ênfase que os atores dão à mídia como sendo responsável para a propagação da ideia de criação do novo Estado. Por exemplo, o entrevistado A19 é enfático em afirmar que com o envolvimento da mídia será mais fácil promover essas teses

Importa saber que a possível emancipação do Sul do Maranhão, a despeito de sua importância para a população e as lideranças regionais, embora se trate da possibilidade de segmentação do território nacional, se caracteriza como um tema que diz respeito de forma direta, apenas ao Estado do Maranhão. Assim, a visibilidade desta questão na mídia nacional é esparsa e há órgãos que se colocam pró e contra a criação de novos Estados.

No entanto, quando o processo avança e alcança o ponto de autorização do congresso nacional para a realização da consulta plebiscitária, como é o caso dos possíveis novos Estados de Tapajós e Carajás⁸, frutos da segmentação do território paraense, tende a despertar de maneira mais profícua o interesse da mídia nacional, como é o caso dos exemplos aqui citados, inclusive porque muitos dos interessados, como empresas, lideranças e partidos políticos, estão divulgando, através de matérias pagas, cuja campanha publicitária conta com o suporte de empresas de publicidade altamente qualificadas em nível nacional.

Quando se trata da mídia regional, há duas situações claras: na capital do Estado do Maranhão, há menor veiculação de notícias nos meios de comunicação de massa, e quando são veiculadas matérias que não são do interesse direto desses meios de comunicação, divulgam opiniões, quase sempre contrárias à emancipação. (Anexo D)

No entanto, a oposição na mídia é menor do que se poderia esperar, de forma especial, quando se sabe que quase todos os veículos de comunicação de massa do Estado são de propriedade de grupos políticos que não teriam interesse na emancipação do Sul do Maranhão.

Em nível local/regional, como já foi demonstrado acima, a mídia, mesmo quando ligada a grupos políticos da capital, quase nunca veicula matérias contrárias à tese emancipacionista, mas também, excetuando um ou dois canais de comunicação, não há um engajamento direto na defesa da emancipação (Anexo E).

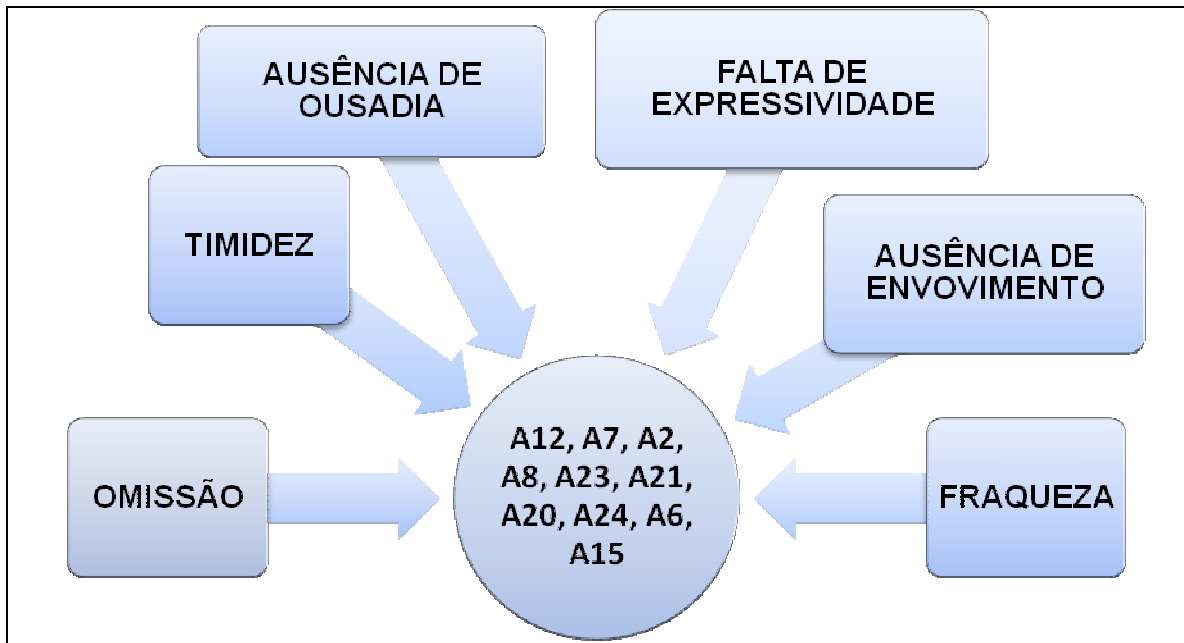
Um exemplo do comportamento da mídia local/regional é demonstrado pelo ator A7, o qual afirma: *“A gente tem uma dificuldade nessa nossa região de ter um comprometimento dos meios midiáticos maior. Agora recentemente com um grupo de colegas jornalistas é que se tem aí nas redes sociais e nos blogs a favor dessa emancipação do Maranhão que tem mais de seis mil integrantes que participam de discussões sobre o assunto. Mas uma discussão plena que a imprensa possa estar participando, que a imprensa possa estar na verdade enfocando essa visão emancipacionista está deixando a desejar”*.

Há o reconhecimento por parte de pelo menos alguns dos entrevistados, de que a mídia da região Sul poderia estar mais engajada na defesa da ideia emancipacionista. Como se sabe que muitos profissionais da imprensa participam de forma ativa de movimentos que militam em prol da emancipação, é possível que o comportamento tímido dos meios de comunicação de massa em relação ao tema, se deva à orientação editorial. Cabe lembrar que vários dos

⁸ O plebiscito ocorrerá no dia 11 de dezembro de 2011.

canais de comunicação, justamente os de maior alcance, se constituem como sucursais de empresas de comunicação sediadas na capital do Estado.

Figura 14: Envolvimento da mídia na visão de alguns atores



Fonte: Esboçado pelo autor, 2011.

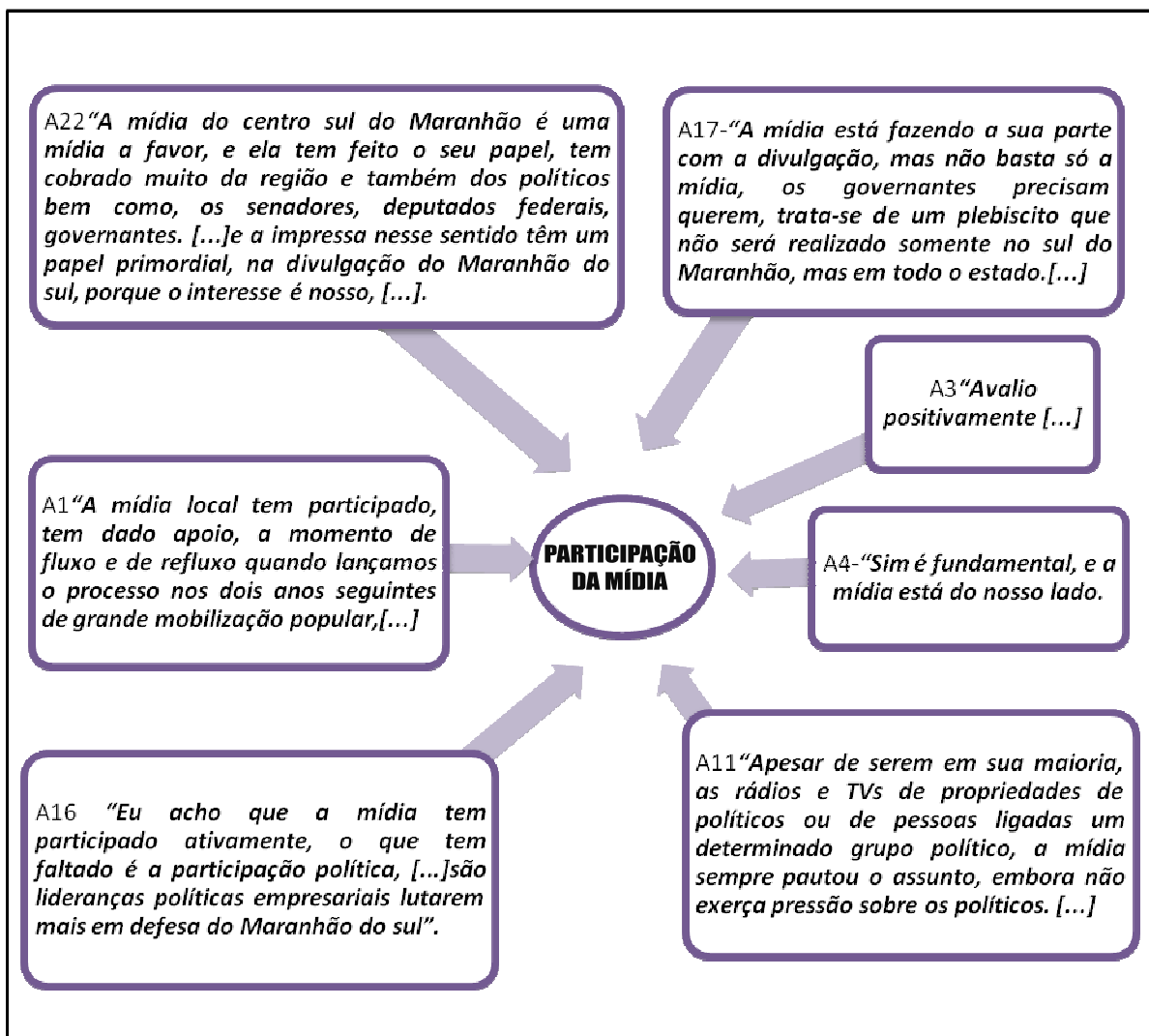
Como se depreende dos termos destacados na figura 14, pelo menos dez dos atores que colaboraram com a pesquisa reconhecem que a mídia deixa a desejar quanto ao apoio ao movimento emancipacionista. Todas as características grafadas acima, extraídas das falas dos entrevistados, conduzem a compreender que os meios de comunicação e a capacidade que eles têm em influenciar a opinião pública, têm deixado a população ou os defensores da tese de emancipação da região insatisfeitos, como fica demonstrado da fala do entrevistado A23: *“A mídia deixa a desejar, porque nós ficamos à mercê da própria sorte, pois ela poderia fazer mais”*.

Nesta mesma linha, A24 afirma: *“Eu avalio [a mídia] ainda muito tímida [...]”*. E A15 reconhece que a mídia é *“Muito fraca [...] as pessoas estão querendo ver para crer”*. Os demais afirmam que os meios de comunicação deveriam enfatizar mais esta causa e ser mais expressivos. Eles gostariam que a timidez e a omissão fossem escassas e que a propagação das teses emancipacionistas não esfriassem com o tempo. Os atores A20 e A21 têm a mesma visão. A20 disse: *“[...] te respondo aqui [...] acho que esfriou um pouco [...]”*. E A21 acrescentou: *“Hoje eu creio que está um pouco fria [...]”*.

Como já foi demonstrado acima, de forma ampla, parte dos atores que colaboraram com a pesquisa, compreende que a mídia tem desempenhado um papel importante, como fica exemplificado do fragmento de fala do ator A12: *“Sim é fundamental, e a mídia está do nosso lado. Eu não vejo ninguém que não seja favorável à criação do Maranhão do Sul, até aqueles que estão na capital sabem que aqui não pode ficar mais vinculada a política do Maranhão do Norte porque a capital fica a 600km é uma distância muito grande, então é preciso haver um novo ente de divisão (sic) para que o desenvolvimento chegue mais depressa”*.

Outro aspecto relacionado à mídia, e que é importante para a propagação das teses emancipacionistas, está correlacionado e complementar ao seu envolvimento: a participação. Isso pode ser verificado na figura 15. Pelo menos sete entrevistados se referiram à participação da mídia no projeto. Para eles a mídia tem participado, como se pode observar das falas de A1, A3, A4, A11, A16, A17 e A22.

Figura 15: Participação da mídia no processo emancipacionista



Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

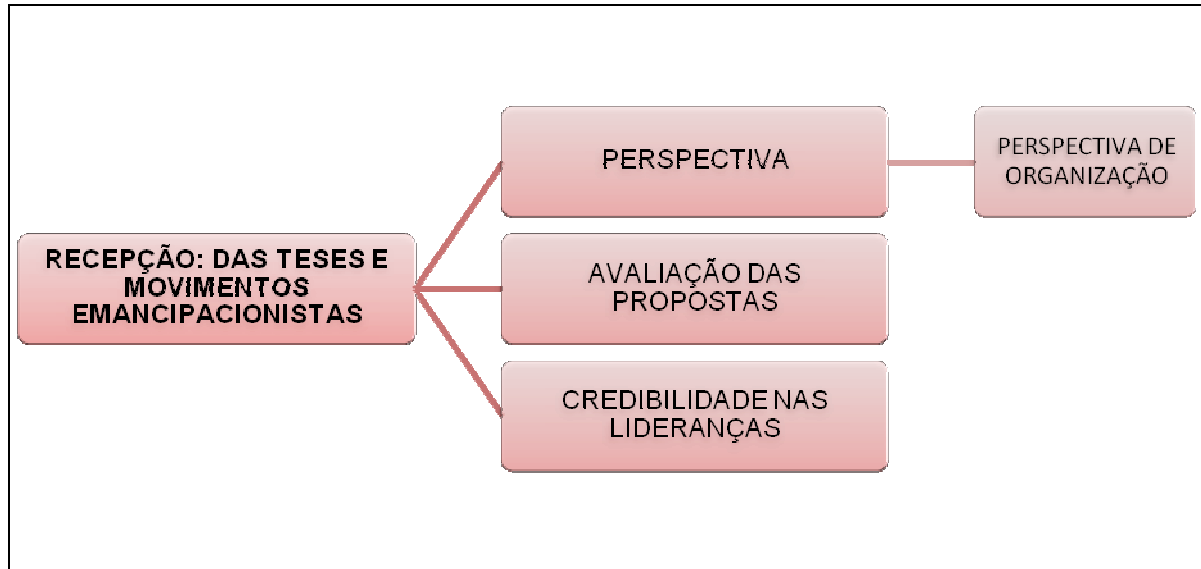
Analisando os fragmentos de fala contidos na figura 15, percebe-se uma avaliação positiva sobre a participação da mídia na divulgação do movimento de emancipação. No entanto, e de maneira espontânea, alguns dos atores entrevistados acrescentaram que o que falta para que o movimento emancipacionista alcance seus objetivos é a participação de políticos. Isto é, de pessoas que detenham liderança política e/ou que exerçam cargos eletivos.

Isso pode ser percebido de forma clara nas falas de A11 e A16, A17, e A22. Para eles a mídia é primordial pelo poder de influência que tem. Todavia, a responsabilidade recai também sobre os políticos, os quais, através dos meios de comunicações, deveriam defender a ideia de emancipação com maior ênfase.

Neste tópico foi possível perceber os consensos e dissensos dos atores entrevistados em relação ao envolvimento e à participação da mídia, de modo especial, da mídia de Imperatriz e da região Sul na difusão das teses emancipacionistas. Pelo menos dez atores afirmam que a mídia deixa a desejar e precisaria fazer alguma coisa mais propositiva. Sete atores afirmam que a mídia tem participado e apoiado o movimento, contudo, o poder está nas mãos dos líderes políticos e eles deveriam dar mais apoio. Oito atores não avaliaram em suas falas o envolvimento e a participação da mídia, porém disseram que a mesma era extremamente importante para a divulgação das ideias de emancipação.

3.6 Terceiro t3pico – (Recepç3o das teses e movimentos emancipacionistas pr3 Maranh3o do Sul por setores da sociedade n3o includidos no projeto de emancipaç3o: a regi3o Norte do Maranh3o)

Figura 16: Recepç3o das teses emancipacionistas por setores n3o envolvidos no movimento pr3 Maranh3o do Sul



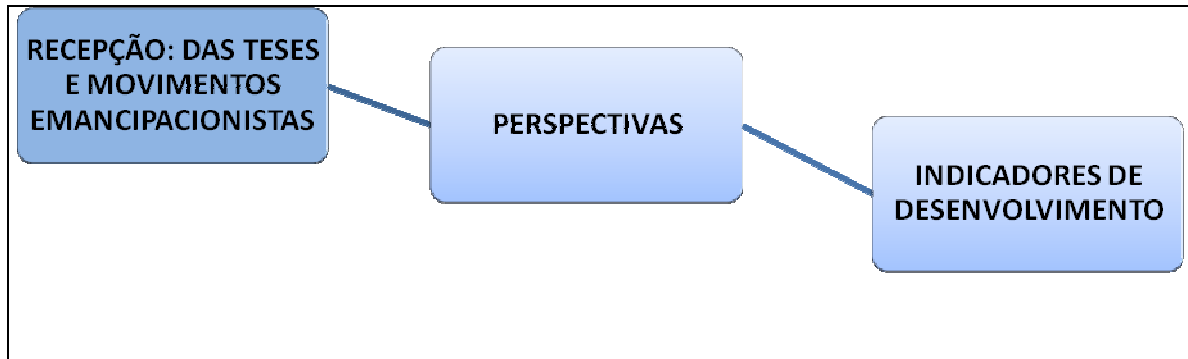
Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

O terceiro t3pico desta pesquisa representa a busca da investigaç3o de como se deu a receptividade das teses e movimentos emancipacionistas como vemos na figura 16. Dessa forma dentro desse t3pico foi poss3vel visualizar tr3s aspectos de suma relev3ncia para o entendimento do fen3meno. O primeiro aspecto buscou identificar quais perspectivas os atores tem para a criaç3o do novo Estado.

O segundo aspecto buscou investigar como os atores avaliam as propostas do projeto Maranh3o do Sul e o terceiro aspecto buscou investigar como anda a credibilidade nas lideranç3as do projeto de emancipaç3o do Maranh3o do Sul na vis3o dos atores podemos ver detalhadamente todos esses aspectos a seguir

Primeiro Aspecto - Perspectiva de organização

Figura 17: Perspectiva de organização após a criação do novo Estado



Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

No primeiro aspecto foi abordado o tema perspectiva onde foi perguntado aos entrevistados qual era a perspectiva para a criação do Maranhão do Sul e dentro deste aspecto foi criado ainda um subaspecto a fim de colher informações concernentes a visão dos entrevistados quanto aos indicadores de desenvolvimento depois da emancipação, assim, foi perguntado se no caso de emancipação os indicadores mudariam na década seguinte.

Analisando esse importante aspecto se percebe que a perspectiva dos entrevistados para a criação do Maranhão do Sul é bastante positiva. Pois dezenove atores disseram que sua visão para este projeto é ótima e trará aproximação, desenvolvimento, crescimento, mais recursos investidos e melhor administração.

Pode-se perceber isso na fala de A25 onde ele diz que sua perspectiva é de *“aproximação do Estado norte com o sul, de desenvolvimento, de crescimento, de uma infraestrutura melhor, de mais recursos e investimentos [...] As minhas perspectivas são todas muito boas e positivas”*. A7 é enfático em dizer que sua perspectiva para a criação do Estado do sul é: *“De crescimento, desenvolvimento e de progresso”*. Consoante a isto, A23 afirma que *“[...] o Maranhão tem muita potencialidade para se desenvolver bem, caso haja mesmo o Maranhão do sul [...]”* e para A22 *“As perspectivas são de desenvolvimento, de crescimento em todas as áreas, social, econômica, educacional, na saúde. Essa divisão trará muitos benefícios e as comunidades terão mais emprego e renda porque a cidade vai se desenvolver e vai abrir muitas portas”*. Já o A6 diz: *“Eu sou favorável e sempre fui desde que o tema não seja tratado de forma banal, mas, que as pessoas entendam as reais oportunidades e benefícios que essa criação trará para o Estado do Maranhão”*.

Torna-se interessante salientar, também, que dos atores que avaliaram sua perspectiva como positiva boa parte exemplifica sua fala usando o Estado do Tocantins que outrora era Goiás e com o desmembramento tornou-se exemplo de desenvolvimento e prosperidade. Outros afirmam que apesar de boa perspectiva os líderes políticos ainda são responsáveis por essa consolidação.

Foi possível identificar nas falas de quatro atores palavras e expressões de caráter similar onde se apontam perspectivas negativas com a criação do novo Estado, como se percebe na figura 18.

Figura 18: Nível de expectativa



Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

É perceptível a ênfase que os atores dão ao apoio político. Para eles os líderes políticos deveriam tomar frente nesta causa e ter realmente representatividade no congresso. Vemos através da análise da figura 18 que o nível de expectativas destes atores é baixo devido a falta de mobilidade dos cidadãos, das empresas, da fraqueza política no congresso nacional que automaticamente desencadeia em uma ineficácia política, dessa forma para alguns atores o nascimento de um novo Estado fica para um tempo mais longínquo.

Podemos confirmar isso na fala de A11, pois para ele, “*na região sul do Maranhão, o movimento emancipacionista [...] não tem força política institucional. [...]o projeto [...]ainda não tem força no congresso, onde está arquivado na câmara e no senado. O novo Estado nascerá quando a oposição ao grupo que governa o Maranhão tiver força em Brasília. A perspectiva é que um dia o novo Estado seja uma realidade*”. Seguindo esse mesmo

raciocínio vemos A16 dando sua justificativa “*Olha, sem querer ser pessimista eu acho que vai demorar bastante, porque, como eu te falei, falta mobilização empresarial e política de fato, falta atitude no congresso [...]*”. Os demais atores A13 e A10 afirmam em suas falas que tudo depende do sonho do povo e de força política. É possível notar que ambos os grupos que tem sua perspectiva positiva e negativa, atribuem ainda a emancipação a força política do Estado.

Sub aspecto - Indicadores de desenvolvimento

Quanto aos indicadores de desenvolvimento, absolutamente todos os entrevistados afirmam que com a emancipação o Maranhão só terá ganhos e quando isso acontecer os indicadores de desenvolvimento crescerão considerável.

Foi possível perceber palavras de aspectos congruentes que nos remetem a conjecturar que haverá um sinal de perspectivas/possibilidades positivas para a sociedade sul maranhense se o projeto for aprovado. A figura 19 demonstra as palavras similares encontradas nas falas dos atores.

Figura 19: Perspectivas/possibilidades de desenvolvimento do Maranhão do Sul pós emancipação



Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

Dessa forma é possível entender que a população do Sul do Maranhão tem interesse pelo assunto e acredita que com a emancipação na próxima década as possibilidades de desenvolvimento são possíveis, uma prova disso é que nenhum dos entrevistados citou um cenário negativo caso a emancipação se concretize, pelo contrário acreditam que o Maranhão só tem a ganhar com o esse projeto.

Veja-se o que diz o entrevistado A13 *“O que vai haver é o angariamento de novos recursos, uma capacidade de pressão maior, nós teremos um governador envolvido, teremos três senadores, teremos oito deputados federais, teremos vinte e quatro deputados estaduais, aí nós teremos a força de pressão.*

Continuando na mesma linha de pensamento o entrevistado A1 afirma *“[...] Imperatriz, um grande pólo comercial na prestação de serviços e agora também na área industrial com a chegada da indústria de papel e celulose (Suzano) que é absolutamente sustentável, [...] Então, [...] Estado já nasce muito forte”.*

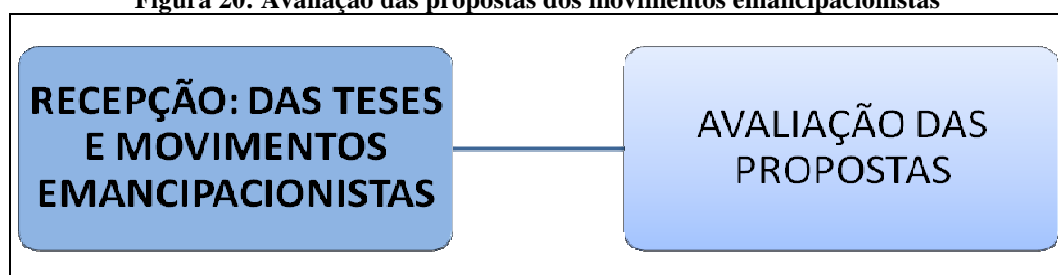
Sobre a administração de recursos A7 afirma categoricamente *“Claro, todos os indicadores melhorariam porque o Estado teria mais recursos e quem está a frente desse projeto eu acredito que saberá administrar esses recursos que virão para o nosso Estado”.*

É interessante frisar que os atores que não têm perspectiva positiva para a criação do novo Estado, acreditam que com a formação do mesmo os indicadores de desenvolvimento estarão em alta na próxima década, assim pode-se atribuir que sua perspectiva é boa com relação a criação do novo Estado.

Os atores ainda fixaram a questão das empresas que investiriam na região devido à emancipação e que só traria benefícios. A criação de novas secretarias e de proximidade com a capital do novo Estado também foi percebida na fala dos mesmos.

Segundo aspecto - Avaliação das propostas

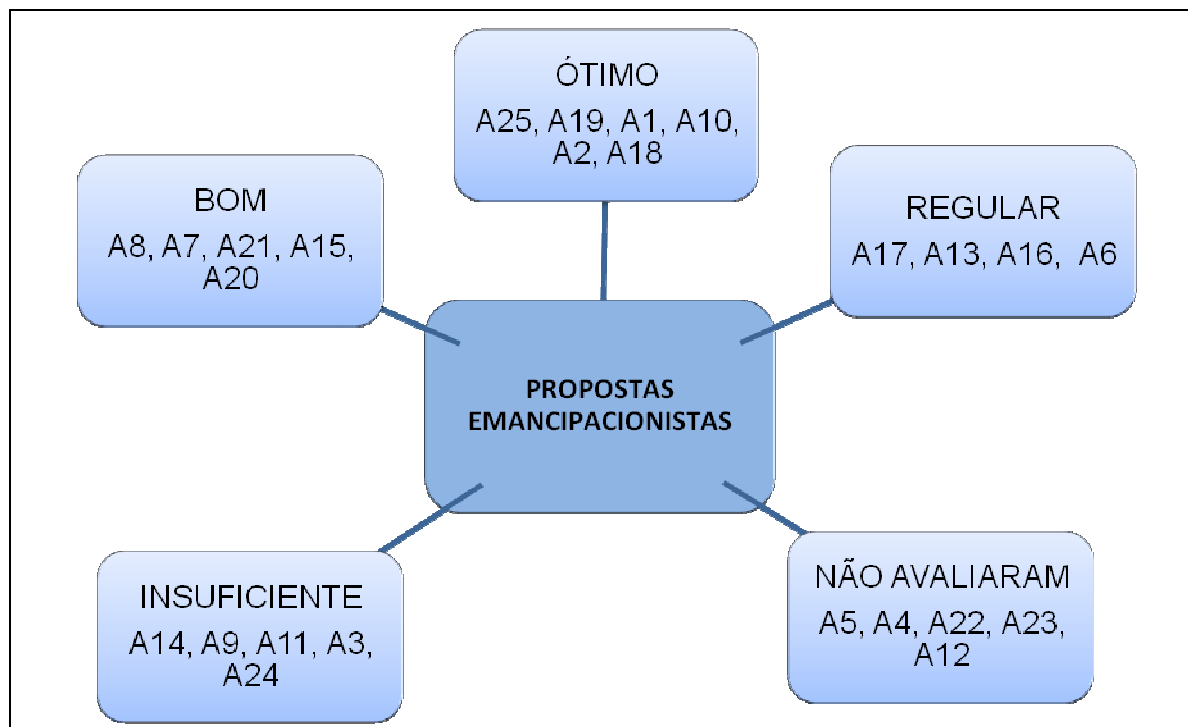
Figura 20: Avaliação das propostas dos movimentos emancipacionistas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

Com o intuito de investigar a receptividade das propostas emancipacionistas pela população envolvida foi feita aos entrevistados a seguinte indagação. Qual a sua avaliação das propostas oriundas dos movimentos emancipacionistas pró Maranhão do Sul? Houveram inúmeras divergências de respostas e com a captação das falas e a maneira de expressão dos entrevistados foi possível alocar cada resposta seguindo uma lógica avaliativa tais como: ótima, boa, regular e insuficiente como vemos na figura 21.

Figura 21: Propostas dos movimentos emancipacionistas na visão dos atores



Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

A figura acima demonstra que cinco atores afirmam que as propostas não são possuem créditos, pois, para eles, os argumentos não são convincentes. Isso pode ser percebido na afirmação do entrevistado A14 que diz: “[...] todas as propostas que tivemos aqui, não foram propostas “sérias”, porque eu não senti de fato a preocupação com a população maranhense, e sim que buscavam esse movimento por motivos meramente eleitorais”.

A9 também enfatiza dizendo que as propostas emancipacionistas são: “Muito fracas, eu penso que existe uma necessidade da mídia fomentar e incentivar, provocar na sociedade e nas instituições para uma participação mais efetiva inclusive a própria igreja, para que a ideia de novo Estado vingue e que o Estado do Maranhão venha realmente se desenvolver”.

Outros quatro atores avaliam as propostas como regular. O entrevistado A17 diz não ver progresso nas propostas. Para ele “[...] Algumas propostas eu vejo viabilidade e outras

não, [...]”. Os demais entendem que o Maranhão do Sul, para tornar-se realidade, precisa do engajamento sincero das forças políticas, única forma do povo acreditar em suas propostas.

Notou-se também na figura acima, que cinco atores não se manifestaram sobre as propostas de emancipação. Já os demais atores demonstraram em seus depoimentos que estão satisfeitos e avaliam as propostas do movimento emancipacionista como sendo boas e ótimas.

Cinco atores afirmam que estas propostas viabilizariam o progresso do Estado do sul e por isso são boas sendo que precisam melhorar e receber apoio dos líderes políticos, veja o que diz o entrevistado A8: *“Os movimentos são legítimos e integrados por pessoas de todas as classes [...] entendo que deveria haver mobilização maior por parte de todos os movimentos [...], junto aos deputados federais do Maranhão [...] do congresso. A bancada de parlamentares maranhenses deve percorrer todos os gabinetes da Câmara e Senado mostrando tecnicamente que o Maranhão do Sul é viável [...]”*. A20 e A21 dizem que as propostas são boas, mas enfatizam que deve haver sentimento comunitário e devem ser divulgadas pela mídia com mais veemência.

Em outro conjunto de falas, seis dos atores entrevistados dizem que as propostas são ótimas. A25 afirma que quanto às propostas *“Elas são avaliações positivas, pois todos nós temos muitas responsabilidades e [...] devemos colocar essa proposta de divisão como prioridade e não deixar esquecida a idéia da emancipação”*. Os demais afirmam que o Maranhão tem toda estrutura para autosustentar-se. A este respeito, A2 é enfático: *“temos também um bom rebanho bovino, uma disponibilidade de água muito grande, terras férteis para plantio, assentamento para agricultura familiar [...]”*.

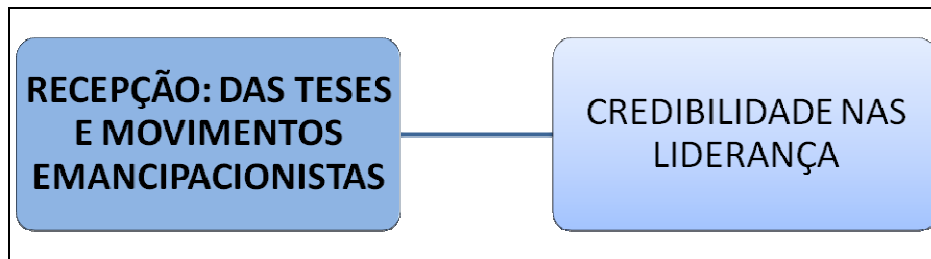
Para os atores entrevistados, o tema Maranhão do Sul deve ser melhor difundido na sociedade. A2 afirma: *“E tudo isso tem que ser discutido com mais propriedade de sistematizar e levar esse debate para a sociedade para se ter o empoderamento por parte dos empresários, estudantes e trabalhadores para se ter uma maior consciência quando vir o plebiscito, de que esse movimento será melhor para todos”*.

O movimento que defende a emancipação da região Sul do Maranhão, o faz imbuído de que a autonomia é positiva para o desenvolvimento do Sul maranhense, portanto, para a melhoria das condições de vida da sociedade. Além disso, apresenta a ideia como sendo fruto do desejo e do interesse da sociedade da região. No entanto, o que se tem verificado é que muito se fala sobre a emancipação do Maranhão do Sul, mas não se percebe um engajamento maciço da sociedade. Apenas alguns segmentos participam dos debates e, de forma mais

prática, dos eventos que visam a criação do novo Estado. É possível que a pouca participação da população como um todo se deva a uma divulgação inadequada ou insuficiente das teses emancipacionistas.

Terceiro aspecto - Credibilidade nas lideranças

Figura 22: Credibilidade nas lideranças dos movimentos emancipacionistas



Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

Para atender ao terceiro aspecto deste terceiro tópico, foi perguntado aos atores que colaboraram com a pesquisa sobre a credibilidade dos mentores do projeto de emancipação. Para isso, os entrevistados foram indagados sobre se acreditavam nas pessoas que estão à frente do projeto, e as respostas de alguns deles constam na figura 23:

Figura 23: Credibilidade nas lideranças na visão dos atores



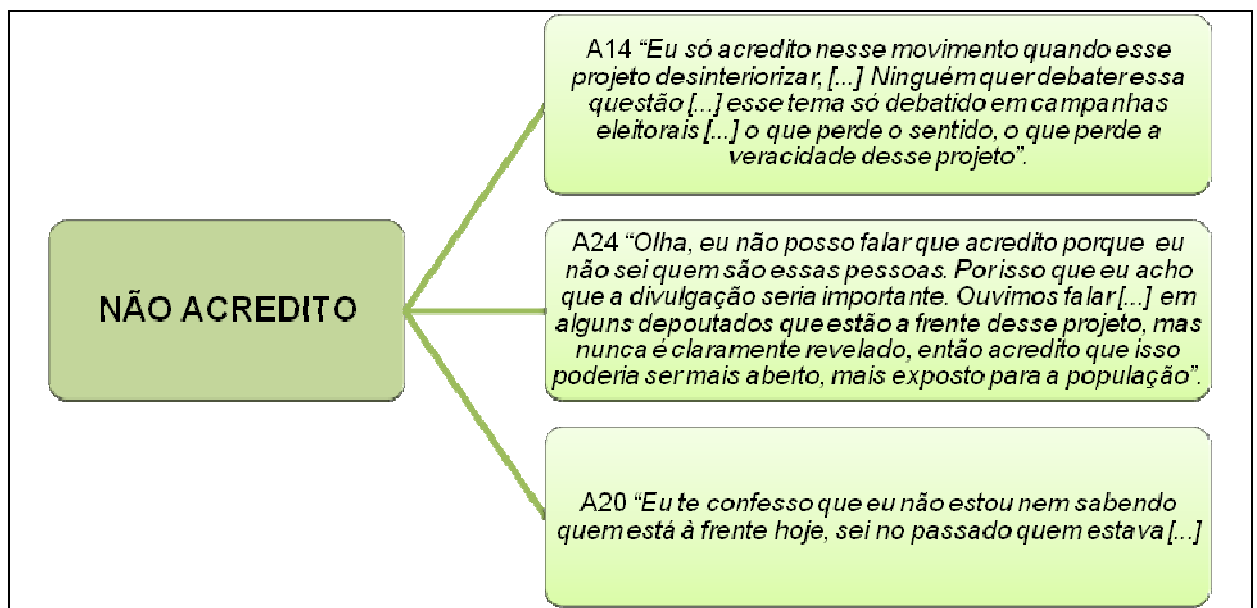
Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

Como se percebe das respostas constantes na figura 26, sete atores manifestaram que acreditam nos líderes do movimento emancipacionista. Mesmo o ator A9 que diz não conhecer as pessoas que estão à frente do projeto, manifesta sua crença nelas baseada no que delas tem ouvido falar.

No entanto três dos entrevistados afirmam não acreditar nas teses e nas pessoas que estão à frente do movimento, pois para esses atores, por trás do movimento, o que existe é interesse político, a prova disso, é que em todas as campanhas eleitorais o movimento emancipacionista ganha mais força e visibilidade, enquanto arrefece em períodos em que não há disputas eleitorais.

Este pode ser um dos motivos que contribuem para o pouco engajamento da população no movimento, uma vez que ele poderia estar sendo percebido pelas pessoas, não como uma possibilidade de desenvolvimento regional, mas como um movimento que interessa em primeira instância àquelas pessoas ligadas à vida político-partidária. Isso pode ser inferido das falas dos três atores expostas na figura 24.

Figura 24: Atores que desacreditam nas lideranças

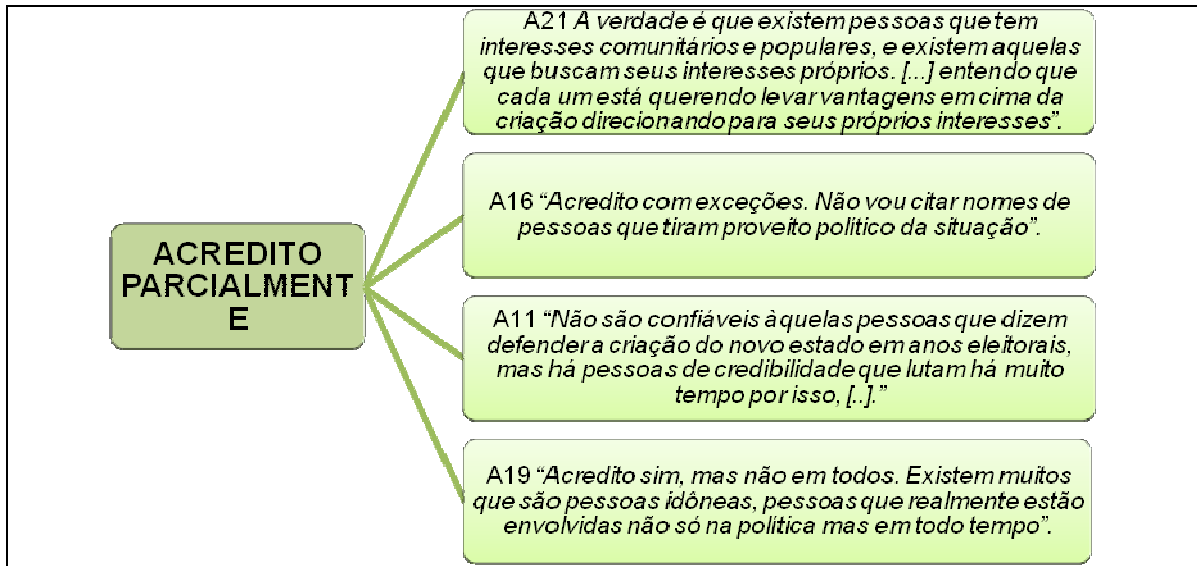


Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

É importante frisar que onze atores A12, A7, A23, A1, A4, A13, A5, A9, A17, A25, e A22 disseram acreditar nos líderes do projeto e nove atores A6, A15, A8, A21, A2, A3, A11, A16 e A19 disseram que acreditam parcialmente neste líderes. Então, pode-se depreender, mais uma vez, que embora as pessoas aceitem e apoiem as ideias emancipacionistas, podem deixar de se engajar na luta para alcançar esse objetivo por não confiarem de forma profunda

nas lideranças ou por desconfiarem de que tais lideranças, sob o discurso de preocupação com a defesa dos interesses regionais podem estar defendendo apenas ou em grande parte, interesses pessoais, o que pode ser constatado nas falas constantes na figura 25.

Figura 25: Acreditam com restrições nas lideranças

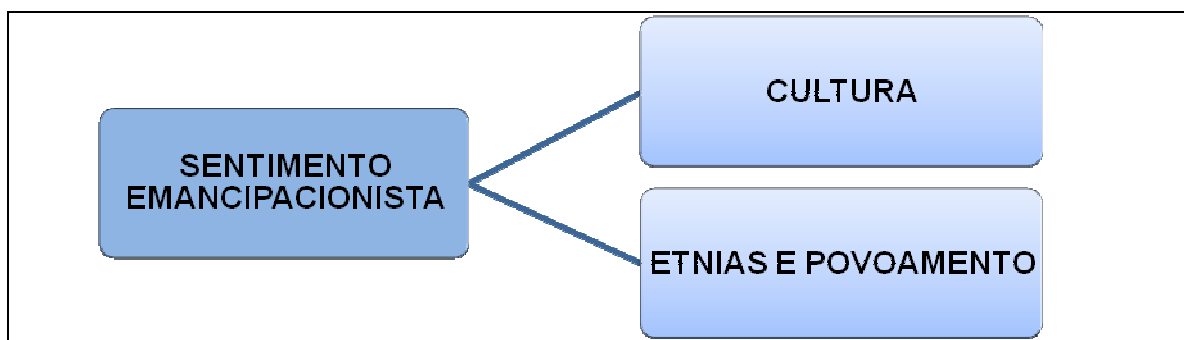


Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

As falas acima confirmam o que já foi afirmado antes. Alguns atores entrevistados não confiam ou confiam com reservas nas lideranças do movimento emancipacionista, justamente pelas razões já evidenciadas: muitas das lideranças que participam do movimento pro criação do Maranhão do Sul, quer parecer, o fazem pensando na possibilidade de acessão política.

3.7 Quarto tópico: Sentimento emancipacionista – Aspectos: cultura, etnias e povoamento

Figura 26: Quanto ao sentimento emancipacionista



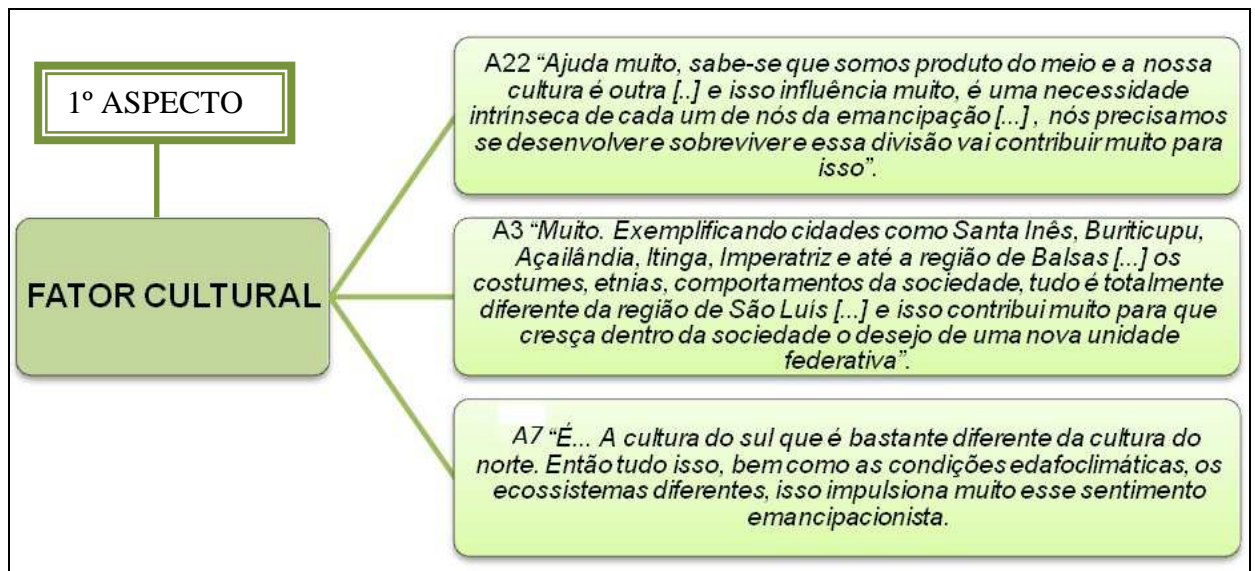
Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

Com a finalidade de atender ao quarto objetivo que buscou analisar se as diferenças quanto ao povoamento, cultura e até mesmo a respeito das etnias que vivem no Norte e Sul do Estado contribuíram para o fortalecimento do sentimento emancipacionista, perguntou-se aos entrevistados se estes acreditavam que essas diferenças influenciavam o surgimento desse sentimento.

Foram extraídas das falas dos entrevistados várias expressões (figura 30) que induzem a afirmar que o povo sul maranhense possui um sentimento emancipacionista. Esse sentimento pode ser resultante de diversos fatores, inclusive da cultura do povo local e da diversidade de povos que com o passar dos anos vieram morar na região Sul do Estado do Maranhão. Todavia é necessário analisar de forma isolada cada um desses itens, pois vários atores disseram não acreditar que esses fatores contribuíram para a emergência do sentimento emancipacionista.

Nas falas constantes na figura 27, abaixo, emergem concepções que pelo menos em tese, demonstrariam o que conduziu ao surgimento do sentimento de independência verificado na região Sul do Estado.

Figura 27: Fator cultural



Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

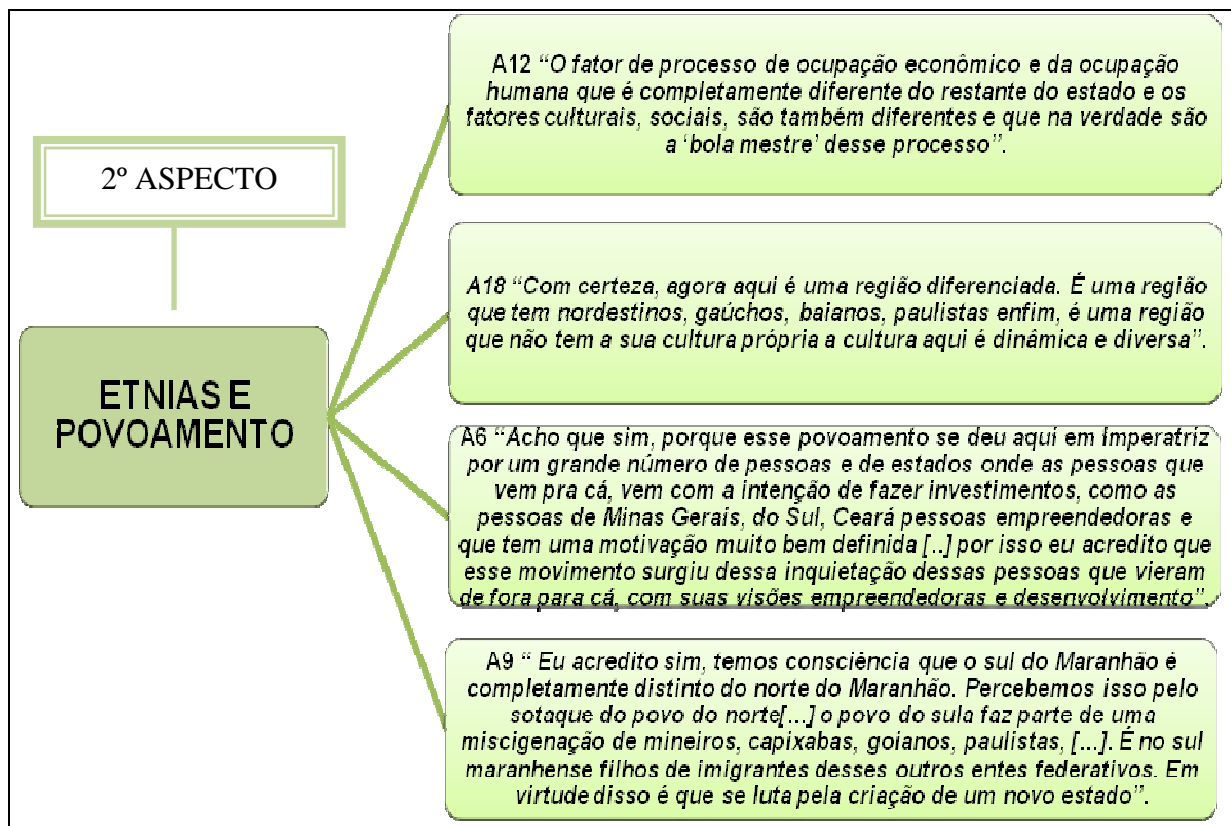
Como se percebe das falas constantes da figura 27, alguns dos atores entrevistados compreendem que a questão cultura é determinante para o surgimento e manutenção do sentimento de emancipação. Ao todo, treze atores se manifestaram sobre este aspecto, além de evidenciar outros. Pelo menos sete outros atores afirmaram que o sentimento

emancipacionista pode se dever a outros fatores, como por exemplo, a questão que envolve o povoamento do Sul do Maranhão.

Neste aspecto, cabe ressaltar que o povoamento da região, ao contrário da região Norte, se deu do continente para o litoral. Isso tem implicações importantes: enquanto as pessoas do Norte eram mais sedentárias, as do Sul eram mais inquietas e dadas a aventuras, talvez em função de sua atividade pastoril. Cabe lembrar que o gado era criado solto e que havia a necessidade de constante movimentação em busca de pastos para a alimentação dos rebanhos.

Não se deseja aqui negar o espírito empreendedor que motivou e motiva o povo da região Norte, mas apenas ressaltar que seu modo de ser e de viver, historicamente se apresentou de forma diferente da vida do povo do Sul. Desde o início do processo de povoamento da região, quem até aqui se deslocou, era porque acreditava na possibilidade de fazer fortuna, ou pelo menos, ter uma vida melhor, o que resultou no reconhecido empreendedorismo que tem caracterizado a região.

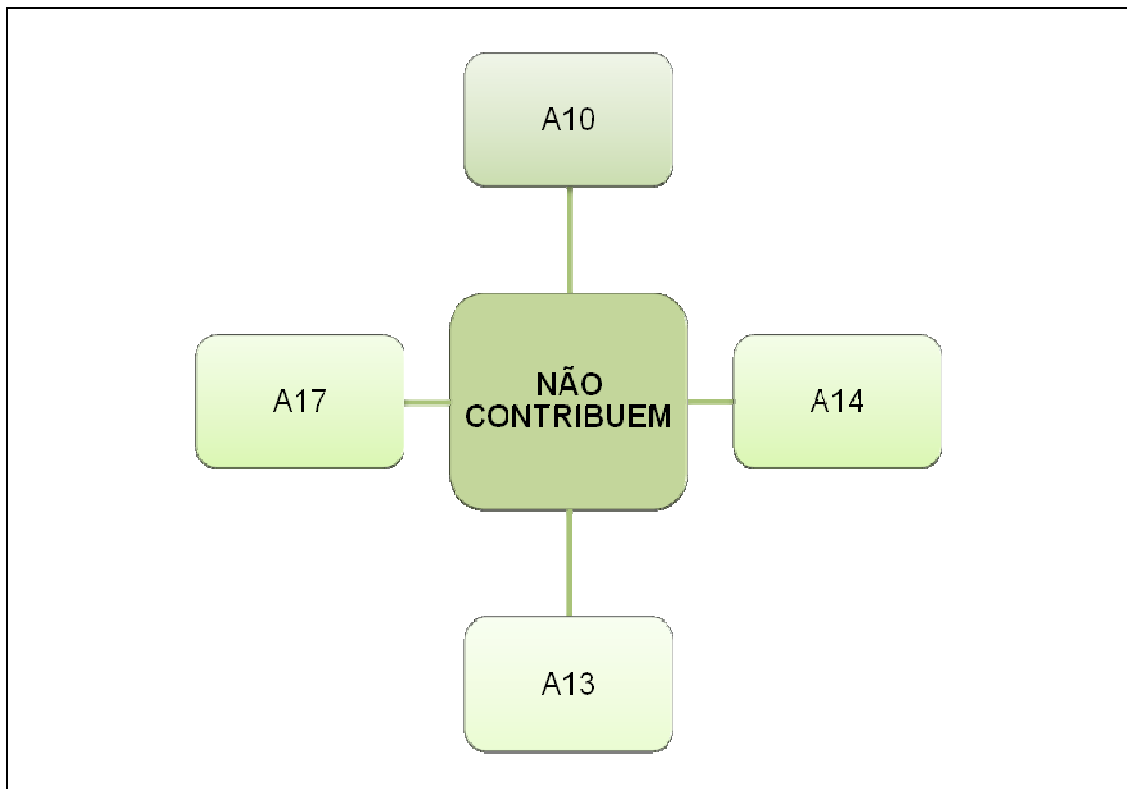
Figura 28: Etnias e povoamento



Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

Outro fator que merece destaque neste aspecto é o fator social. A12, A3 e A1 em suas falas indicam que o fator social tem importância para a consolidação da tese emancipacionista, como fica demonstrado do fragmento de fala de A12. Ele diz que “*O fator de processo de ocupação [...] humana que é completamente diferente do restante do Estado e os fatores [...] sociais [...]. Tudo isso influencia numa sociedade que anseia por melhorias na administração pública*”. Alguns outros atores confirmam que esse sentimento se deve a diversos fatores que merecem um destaque e uma atenção especial. No entanto, como se observa da figura 29, abaixo, outros tantos atores demonstram que questões sociais, étnicas, culturais e de povoamento não influenciaram para o surgimento do sentimento de emancipação.

Figura 29: Questões culturais não contribuem para o sentimento emancipacionista



Fonte: Elaborado pelo autor, 2011.

A17 em sua fala afirma categoricamente: “*[...] não vejo que as diferenças culturais facilitam o movimento. O que eu vejo é que o próprio desinteresse governamental pela região*” Para este ator o que falta mesmo é o apoio dos líderes políticos. A14 pensa de igual modo, quando diz: “*[...] eu não acho que essa questão interfere com tanta ênfase no movimento emancipacionista*”. Por sua vez, diz A13 que “*O que vai permear na verdade é o*

poder de pressão que tem o representante político da população [...] Essa questão de língua e de cultura eu creio que não será esse o referencial [...]”.

Já o ator A10 afirma: “*O Maranhão é muito ‘barrista’, esse povo do norte estão morrendo de inveja da gente, se for emancipar e eles tiverem forças para atrapalhar, com certeza eles irão fazer, porque eles não querem jamais perder ‘a galinha dos ovos de ouro’ que é a região sul. Isso ai não corrobora não*”.

A despeito da posição desses quatro atores, não se pode olvidar o fato de que a maioria dos atores entrevistados, com ou sem razão, considera que tais fatores foram e são importantes para o surgimento, crescimento e fortalecimento da ideia emancipacionista. Claro está que esta é a percepção desses atores. Se eles pensam assim, qualquer tentativa de análise deve considerar esta percepção.

Seja como for, o fato é que a ideia emancipacionista existe e está corporificada em um movimento do qual participam amplos setores da sociedade da região Sul do Maranhão. Sabe-se, e não é de hoje, que há uma aspiração à separação entre o Sul e o Norte do Estado do Maranhão, e isso se deve ao sentimento da região Sul, e que sempre esteve relegada a um plano inferior quando se trata de políticas públicas. Não é por acaso que a região litorânea tem, ao longo do tempo, vivenciado um crescimento mais visível que a região Sul.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil se configura como um País de dimensões continentais e em sua configuração geopolítica apresenta grande diversidade. Por sua vez, em sua configuração apresenta profundas desigualdades. Assim, algumas de suas regiões são caracterizadas pela evolução e mesmo pelo desenvolvimento social, político e econômico, como é o caso das regiões Sudeste e Sul, enquanto outras, como as regiões Norte e Nordeste foram e de certa forma ainda são caracterizadas pela pobreza e pelas desigualdades como apontam os índices oficiais.

Este ambiente, de modo especial a região Nordeste, se mostrou favorável ao desenvolvimento de relações desiguais em todos os níveis, em especial nos níveis econômico e político. Essas desigualdades propiciaram, desde o período da colonização, as condições adequadas ao desenvolvimento de uma política de dominação fundamentada no clientelismo, no personalismo, no assistencialismo e no patrimonialismo, o que resultou, a partir do poder coronelístico, no surgimento de oligarquias que em alguns Estados da federação, como o Maranhão, ainda se encontram em plena vigência.

O Estado do Maranhão reproduziu, em nível micro, as condições de desigualdades que caracterizaram a sociedade brasileira em nível mais amplo. A gênese das desigualdades se encontra na forma com que foi colonizado. A colonização do Estado teve início na região litorânea, e mais propriamente, na Ilha de São Luís, no Norte, local em que desde o primeiro instante se localizou a capital, a qual recebeu o nome da Ilha. Durante muito tempo, a povoação do Maranhão se deu de forma lenta e no entorno da Ilha, o que terminou por lhe conferir as condições necessárias à centralização das atividades econômicas e à concentração do poder político.

Os portugueses e outros povos europeus, como franceses e holandeses, que ocuparam por tempos mais curto, o Maranhão, pouco se aventuraram na ocupação e exploração da região continental, não se afastando do litoral, por muito mais de trezentos quilômetros. Isso teve e tem consequências. No entanto, criadores de gado e vaqueiros provenientes de outros Estados nordestinos, tendo em vista que o gado era criado solto e alimentado com pastagens naturais, na tentativa de encontrar campos adequados para a manutenção dos rebanhos bovinos, adentraram territórios maranhenses, a partir da região Sul, a região dos *Pastos Bons*.

A fartura de pastos e águas que caracterizam o Bioma Cerrado preponderante na ecologia do Sul motivou a permanência dos primeiros aventureiros, os quais foram

implantando fazendas, se acomodando nesse ambiente favorável à sua atividade econômica, o que terminou por se estabelecer como uma segunda frente colonizadora. No início da ocupação do Maranhão, pode-se afirmar, o que separava os maranhenses do Norte e do Sul era a distância e a falta de vias de comunicação como estradas e rios navegáveis o ano inteiro. Do ponto de vista econômico, as atividades desenvolvidas nas duas regiões eram praticamente as mesmas.

Essa situação perdurou por muito, até pelo menos, o Norte se beneficiar de investimentos públicos que contribuíram para a diversificação da produção, para melhoria econômica e social do Norte, enquanto o Sul continuava com as mesmas atividades agropastoris rudimentares. O avanço vivenciado pela região Norte, irradiado a partir de São Luís, a capital, longe de aproximar as duas regiões, as afastou ainda mais.

Tudo isto concorreu para uma relação um crescimento assimétrico entre as duas regiões, para o fortalecimento de ressentimentos, para o crescimento das desigualdades, para o aprofundamento de um fosso e para o surgimento de um desejo de separação do Sul em relação ao Norte. Não bastasse isso, como os investimentos públicos se deram de forma mais expressiva no norte, isto concorreu para a concentração do poder político, coronelístico e oligárquico no Norte, com pretensões hegemônicas. A hegemonia pretendida, de início, não tinha como foco a agregação das riquezas, mas dos votos do Sul.

Isto se caracterizou como mais um fator complicador entre as duas regiões, afastadas uma da outra, tanto do ponto de vista geográfico, quanto do econômico e político, a região Sul terminou por estabelecer contatos mais aproximados com outros Estados, como por exemplo, Goiás e Pará. O rio Tocantins, fronteira natural com Goiás, se constituiu caminho, elo de ligação social e comercial entre o Sul do Maranhão e Belém, a capital do Pará.

Além disso, já no período republicano, por interferências do governo federal e do desenvolvimento da política dos governadores, o Maranhão sofreu várias intervenções, e alguns grupos terminaram por concentrar o poder econômico e político. Um exemplo, é Vitorino Freire, militar pernambucano que chegou ao Maranhão como funcionário público, e que, por suas habilidades, terminou por criar uma estrutura oligarca que perdurou desde o início do século XX até a chegada dos militares ao poder através da denominada Revolução de 1964.

A oligarquia vitorinista foi desbancada do poder estadual por um de seus correligionários e apadrinhados, José Sarney, o qual se tornou governador do Estado com o

apoio dos militares em 1966, a partir de um discurso de renovação. Político tão ou mais hábil que Vitorino, desbancou sua estrutura de poder e constituiu uma própria, reconhecida como a oligarquia Sarney, a qual permanece no poder regional desde então, com profunda influência no contexto político nacional.

Como se percebe, o centro do poder político e administrativo do Maranhão esteve sempre localizado na região Norte, o que contribuiu para um mais elevado nível de crescimento, e mesmo em alguns pontos isolados, como São Luís, de desenvolvimento. Enquanto isso, o Sul do Maranhão se manteve sempre distante, isolado e sempre percebido pelos ludovincenses, os nativos de São Luís, como a periferia.

No final da década de 1950, por uma *espécie de sorte*, o Sul do Maranhão foi cortado pela importante rodovia federal BR 010 construída pelo governo federal com a finalidade de integrar o Brasil central, onde tinha se instalado Brasília, a capital da federação, com o Norte distante. Esse fato se constituiu como a mola propulsora para solapar um período importante de desenvolvimento e para o aumento da população através de correntes migratórias de todas as regiões do Brasil.

O Sul do Maranhão fortaleceu-se do ponto de vista econômico, mas não do ponto de vista político. Isso só contribuiu para a exacerbação do desejo da região Sul de separar-se do restante do Estado. Os sulmaranhenses passaram a compreender, de forma justa ou não, que só tinham importância para o Maranhão, por sua contribuição política, mas apenas como celeiro de votos, e econômica. Isso consolidou a convicção regional de que só a emancipação política e administrativa poderia se apresentar como possibilidade de um projeto de desenvolvimento regional. O Sul, historicamente separado pelas desigualdades sociais, culturais, políticas e econômicas do Norte, pleiteava e pleiteia sua emancipação. Nos discursos dos defensores da separação do território maranhense, a região é capaz de promover o próprio desenvolvimento sem a necessidade de *mendigar* os favores dos políticos do Norte.

Os objetivos norteadores desta pesquisa foram todos trabalhados. Para contemplar o primeiro objetivo, se identificou e classificou os principais argumentos favoráveis e contrários ao processo emancipacionista. Para isso, foram entrevistados atores da região emancipanda, bem como da região remanescente.

Em seguida verificou-se a contribuição da mídia regional para a difusão das teses emancipacionistas, uma vez que sem a repercussão dos meios de comunicação de massa, tais

teses não teriam alcançado o amadurecimento necessário à sua defesa no âmbito do poder central, de modo especial do Congresso Nacional.

Analisou-se a recepção das teses e dos movimentos emancipacionistas em prol da criação do Estado do Maranhão do Sul. Para tanto, ouviu-se atores das duas regiões envolvidas no processo, uma vez que a emancipação não depende apenas do desejo e dos esforços da região Sul, mas também da compreensão e colaboração da população do restante do Estado, visto que a consulta plebiscitária, nos termos da legislação federal vigente, abrange o Estado como um todo, e não apenas a parte interessada na divisão territorial, portanto, na criação de um novo ente federativo.

E ainda analisou-se se as diferenças quanto ao povoamento, cultura e até mesmo a respeito das etnias que vivem no Norte e Sul do Estado contribuíram para o sentimento emancipacionista, uma vez que tais aspectos, pelo menos no entendimento de vários dos entrevistados concorreram para o surgimento do sentimento emancipacionista.

Os principais resultados a que chegou o estudo, são os seguintes:

1 - Verificou-se que caso a emancipação venha se concretizar a região Sul do Maranhão passará por uma completa transformação com um novo espectro de desenvolvimento se desenhando, além de se poder pensar, elaborar e implementar políticas públicas que vão realmente ao encontro dos anseios da população em tela, ainda segundo os atores participantes ouvidos na pesquisa ficou perceptível também a oportunidade do surgimento de novas lideranças políticas mais comprometidas com a região isso porque nesse novo cenário a princípio surgiriam novos deputados federais, deputados estaduais e novos senadores que fariam parte do cenário político regional e nacional.

2 - Outro resultado importante, mas, não muito satisfatório, foi que todos os atores afirmaram ter consciência da importância da mídia em todas as suas modalidades no fomento, na massificação e na difusão das teses emancipacionistas levando aos rincões mais distantes a mensagem e a necessidade de se idealizar, elaborar e estabelecer as próprias políticas públicas no sentido político-administrativo.

Isso pode contribuir para que tanto a população emancipanda, quanto a região remanescente, internalizem o desejo da autonomia tão propalado pelos movimentos pró-criação Maranhão do Sul, uma vez que a criação do novo Estado, pelo menos na compreensão dos atores entrevistados e que residem na região Sul, seria benéfica para ambas as regiões.

3 - Os depoimentos trazem evidências de que justamente pelos resultados obtidos no objetivo acima, que boa parte da região Norte e ainda uma parte significativa da região Sul não consegue receber informações precisas acerca do processo emancipacionista. Isso pode comprometer a viabilidade do movimento emancipacionista, uma vez que, caso o plebiscito seja autorizado pelo Congresso Nacional, corre um sério risco de reprovação pelas populações envolvidas no processo de redivisão territorial.

Pela natureza e importância do tema, o estudo, de modo especial por ter sido efetivado a partir de uma base interdisciplinar, pode contribuir com acadêmicos, professores e estudiosos de diversas áreas, como ciências políticas, sociologia, economia, geografia e história. Além disso, pode se constituir como uma base, mesmo incipiente, a partir da qual outros estudos sobre o mesmo objeto possam ser efetivados.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. [Tradução do original italiano de Alfredo Bosi]. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ARISTÓTELES. *Política*. São Paulo: Editora Escala, 2004.

Atlas do Desenvolvimento Humano. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2009). Página visitada em 11 de outubro de 2010.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOISIER, Sergio. Desenvolvimento. In: SIEDENBERG, Dieter R. (org). *Dicionário do desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

BORRALHO, José Henrique de Paula. *Terra e céu de nostalgia: tradição e identidade em São Luís do Maranhão*. Assis-SP. Programa de Pós-Graduação em História da UNESP. Dissertação de Mestrado, 2000.

_____. Tradições Historiográficas no Maranhão, 2004. In: *Conferência Ministrada durante a Reunião Regional da SBPC: reunião dedicada ao professores dos ensinos médio e fundamental, durante o período de 23 a 26 de março de 2004, tema: Educação, Cultura, Ciência para a cidadania, na UEMA*. Data da conferência: 26 de março de 2004, com o título de “Usos e Abusos das invenções e tradições no Maranhão”.

BOTELHO, Jean. *Conhecendo e debatendo a história do Maranhão*. São Luis: Fort Gráfica, 2007

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. [Tradução de Fernando Tomaz]. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. (Coleção Saraiva de legislação).

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Contagem populacional*. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/d...>>. Acesso em: mai. 2011

BRAUDEL, Fernand. *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

CAREGNATTO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. *A pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo*. Texto & contexto em Enferm., Florianópolis, v. 15, n. 4, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. Dados [online]. 1997, vol.40, n.2 [cited 2010-04-28] ...

CERVO, A.R. BERVIAN, P. A. *Metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

COSTA, Vagner Cabral da. *Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão*. Campinas: UNICAMP, 2001.

DAMATA, Roberto. *Reflexões sobre o público e o privado no Brasil: um ponto de vista perverso*. Cad. Ciênc. Soc., Belho Horizonte, v.3, n.3, 1993.

DEMO, Pedro. *Metodologia científica em ciências sociais*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.) *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre, Artmed Bookman, 2006.

DINO, Sálvio. *Parsondas de Carvalho: um novo olhar sobre o Sertão*. Imperatriz: Ética, 2006.

DOWBOR, Ladislau. *Democracia econômica: alternativas de gestão social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

FAORO, Raymundo. *A questão nacional: a modernização*. Estudos avançados. São Paulo: USP, 1992.

_____. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*, 3 ed. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTA, C. G. *Brasil em perspectiva*. 20 ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

FERREIRA JÚNIOR, José de Ribamar. *A arena da palavra: parlamentarismo em debate na imprensa maranhense, 1961 – 1963*. São Paulo: Annablume, 1978.

FERREIRA, Wilton Alves. *Maranhão do Sul: o Estado da integração nacional*. Imperatriz: Ética, 2007.

FICO, Carlos. O Brasil no contexto da guerra fria: democracia, subdesenvolvimento e ideologia do planejamento (1946-1964). In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: SENAC, 2000.

FRANKLIN, Adalberto. *Apontamentos e fontes para a história econômica de Imperatriz*. Imperatriz: Ética, 2008.

_____. *Breve história de Imperatriz*. Imperatriz: Ética, 2005.

FREITAS, Rodrigo Caldas. *CRUZ E ESPADA: Período militar no Maranhão: a ditadura nos anos 1960 vista através do Jornal do Maranhão*. São Luis, 2009. Monografia (Curso de História da Universidade Estadual do Maranhão).

FURTADO, Celso. *O capitalismo global*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. Entre inconformismo e reformismo. *Revista de Economia Política*, 9(4): 6-28, outubro-dezembro/1989.

_____. *Entrevista com Celso Furtado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1988.

_____. *Formação econômica do Brasil*. 27 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional: Publifolha, 2000.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996

GRILL, Igor Gastal. “Heranças políticas” no Rio Grande do Sul e no Maranhão. *Ciências Humanas em Revista*. São Luís, v.5, n.2, dezembro 2007.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. *A Invenção das tradições*. 2 ed, São Paulo: Paz e Terra S.A, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO IMPERATRIZ. *Enciclopédia de Imperatriz 150 anos: a maior obra de referência da Capital Brasileira da Energia / coordenador, Edmilson Sanches*. Imperatriz: Instituto Imperatriz, 2002.

JANOTTI, Maria de Lurdes M. *Coronelismo: uma política de compromisso*. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

KNECHTEL, Maria do Rosário. *Multiculturalismo e processos educacionais*. IBPEX, 2003.

LUNA, Sergio Vasconcelos de. *Planejamento de pesquisa: uma introdução*. São Paulo: EDUC, 2007.

MAGALHÃES, José Antônio Fernandes de. *Ciência política*. 3. ed. Brasília: Editora Vestcon, 1989.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia científica*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004

MARTINS, Gilberto de Andrade. *Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2006.

MATTOSO, José. *A monarquia feudal*. Disponível em: <http://www.eselx.ipl.pt/ciencias-sociais/Temas/monarquia_feudal.htm>. Acesso em 29 ago. 2011.

MEIRELES, Mário M. *História do Maranhão*. 4 ed. rev. Imperatriz: Ética, 2008.

MINAYO, M.C.S. et all. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro, Vozes, 1994.

MORAES, Jorge Luiz Amaral de. Capital social e desenvolvimento regional. In: CORREA, Sílvio Marcus de Souza. *Capital social e desenvolvimento regional*. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2003.

MORAIS, Natércia Cristyna. “A PONTE DA ESPERANÇA”: O símbolo da modernização e do desenvolvimento urbano no governo Sarney (1966-1970). São Luís, 2006

MOREIRA, D. A. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira-Thonson, 2002.

NOLETO, Agostinho. Educação para todos. In: *Imperatriz 150 Anos*. Imperatriz: Academia Imperatrizense de Letras, 2002.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: diversidade cultural no Brasil-nação*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

PEDRÃO, F. C. *Condições e perspectivas do planejamento no Nordeste*. 2004. (Série Estudos e Pesquisas, v. 67).

Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Maranhão: período 2005 a 2009 / Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. V. 1 (2005) - São Luís: IMESC, 2011.

REZENDE, Cyro. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, Milton. Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza. In: SANTOS, Milton. *Economia espacial*. São Paulo: Edusp, 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 17. Reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

VIEIRA, Evaldo. *Autoritarismo e corporativismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1981.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4. ed. v. 1. Brasília: UnB, 2004.

_____. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Régis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4. ed. v. 1. Brasília: UnB, 1998.

APÊNDICES

APÊNDICE A: ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Local: _____ **Data:** ____/____/____ **Hora:** _____.

I - Caracterização do (a) entrevistado (a):

1. Nome: _____
2. Gênero: M () F ()
3. Idade: () 20 a 30 () 31 a 40 () 41 a 50 () 51 a 60 () acima de 60
4. Estado civil: _____
5. Ocupação: _____

II – Aspectos conceituais:

- 1) Em sua opinião, qual a necessidade para a criação do Maranhão do Sul?
- 2) Quais possíveis conseqüências que poderão desencadear com a criação do Maranhão do Sul?
- 3) Como você avalia a participação e o envolvimento da mídia local neste processo emancipacionista?
- 4) Qual a sua perspectiva para a criação do Maranhão do sul?
- 5) Qual a sua avaliação das propostas oriundas dos movimentos emancipacionistas pró Maranhão do Sul?
- 6) Você acredita nas pessoas que estão a frente do projeto de emancipação do Maranhão do Sul?
- 7) Em caso de emancipação você acredita que os indicadores oficiais seriam elevados já na próxima década?
- 8) Você acredita que as diferenças quanto ao povoamento, cultura e até mesmo a respeito das etnias que vivem no norte e sul do Estado corroboram para o sentimento emancipacionista?

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa da UNISC - Universidade de Santa Cruz do Sul cujo tema refere-se: “A invenção do Maranhão do Sul enquanto um projeto de desenvolvimento regional”. Leia, cuidadosamente, o que segue e quaisquer dúvidas serão respondidas prontamente. Este estudo será conduzido pelo doutorando Antonio Esmerahdson de Pinho da Silva sob a orientação do professor Doutor Marcos Artemio Fischborn Ferreira.

A sua participação é voluntária, e será documentado através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado. Não participarão desse estudo pessoas sem participação voluntária, menores de idade, e indivíduos que não atendam aos critérios técnicos estipulados pelo pesquisador.

O objetivo dessa pesquisa é investigar o conteúdo de propostas, a definição de estratégias e a dinâmica do movimento emancipacionista pró-criação do Estado do Maranhão do Sul, sua repercussão regional e estadual e os efeitos de sua difusão junto a sociedade maranhense e do poder público estadual.

. O instrumento de coleta de dados implica a realização de uma entrevista. Se concordar em participar do estudo, seu nome e identidade serão mantidos em sigilo. Somente o pesquisador terá acesso a suas informações para verificar dados do estudo.

Sua participação no estudo é voluntária. Você pode escolher não fazer parte dele, ou desistir a qualquer momento. Você poderá ser solicitado a sair do estudo se não cumprir os procedimentos previstos ou atender as exigências estipuladas. Você receberá uma via assinada deste termo de consentimento.

“Declaro que li e entendi o formulário de consentimento, sendo minhas dúvidas esclarecidas e que sou voluntário a tomar parte neste estudo”.

Imperatriz, _____ de _____ de 2011.

Assinatura do participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

ANEXOS

ANEXO A – RELAÇÃO DO PIB DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES

Tabela 5 - PIB a preço de mercado corrente, percentual de participação no PIB, população, PIB per capita, valores agregados a preços correntes. Ano de 2009

MARANHÃO						
		39.854.677	100%	5.982.495	5.536.844	24.547.381
MUNICÍPIOS	Nº	PIB mil R\$	% do PIB	VA Agropecuária mil R\$	VA Indústria mil R\$	VA Serviços mil R\$
São Luís	1º	15.337.347	38,48	19.986	2.661.428	10.141.315
Imperatriz	2º	2.000.735	5,02	42.998	266.880	1.479.046
Açailândia	3º	1.301.121	3,26	175.767	314.248	675.097
Balsas	4º	1.120.221	2,81	244.299	87.149	685.383
Caxias	5º	825.527	2,07	38.032	165.035	508.996
Timon	6º	715.427	1,80	18.480	103.436	527.389
Bacabal	7º	505.600	1,27	50.387	63.381	353.402
Codó	8º	493.036	1,24	44.033	112.037	294.077
São José de Ribamar	9º	473.407	1,19	21.776	65.833	343.347
Santa Inês	10º	421.676	1,06	16.713	43.176	328.299
Barra do Corda	11º	392.366	0,98	155.444	29.113	198.149
São Raimundo das Mangabeiras	12º	374.489	0,94	248.023	35.608	77.103
Pinheiro	13º	316.422	0,79	38.677	28.540	231.471
Paço do Lumiar	14º	291.564	0,73	29.399	43.970	207.093
Chapadinha	15º	277.768	0,70	65.947	23.984	178.124
Grajaú	16º	277.078	0,70	101.481	22.572	143.952
Estreito	17º	269.802	0,68	31.250	110.930	110.724
Bom Jardim	18º	255.606	0,64	151.256	10.905	90.606
Tasso Fragoso	19º	252.912	0,63	168.796	18.251	56.505
Buriticupu	20º	248.992	0,62	83.675	23.994	134.332
Santa Luzia	21º	243.950	0,61	92.505	16.613	130.000
Pedreiras	22º	215.696	0,54	39.663	21.575	140.157
Itapecuru Mirim	23º	213.359	0,54	40.842	26.272	135.757
Porto Franco	24º	211.566	0,53	22.468	70.301	90.431
Coroatá	25º	187.734	0,47	18.551	19.520	145.154
Presidente Dutra	26º	185.825	0,47	17.955	19.861	136.538
Zé Doca	27º	185.140	0,46	50.964	15.276	113.200
Santa Luzia do Paruá	28º	160.432	0,40	63.831	10.137	80.530
Coelho Neto	29º	157.696	0,40	29.130	17.135	105.873
Lago da Pedra	30º	152.435	0,38	34.825	14.523	99.145
Riachão	31º	151.116	0,38	63.984	14.338	66.681
Viana	32º	149.946	0,38	37.166	14.389	93.427
Barreirinhas	33º	148.248	0,37	42.520	14.727	87.767
Vargem Grande	34º	142.971	0,36	40.133	15.101	83.455
Itinga do Maranhão	35º	137.673	0,35	57.460	10.188	66.074
Tutóia	36º	135.142	0,34	36.892	12.902	82.020
Rosário	37º	134.819	0,34	20.327	20.852	88.057
Tuntum	38º	133.868	0,34	42.064	11.434	77.995
Araioses	39º	132.999	0,33	48.523	11.242	71.045
Colinas	40º	132.661	0,33	27.791	13.495	88.110
Amarante do Maranhão	41º	131.347	0,33	48.247	9.864	71.431
Brejo	42º	126.317	0,32	45.405	10.037	68.466
Vitorino Freire	43º	122.207	0,31	38.749	10.900	69.895
Bom Jesus das Selvas	44º	121.741	0,31	61.924	7.109	50.364
Pamarama	45º	120.248	0,30	39.365	9.486	68.929

Fonte: IMESC, IBGE

Tabela 5 - PIB a preço de mercado corrente, percentual de participação no PIB, população, PIB per capita, valores agregados a preços correntes. Ano de 2009

(Continuação)

MARANHÃO						
		39.854.677	100%	5.982.495	5.536.844	24.547.381
MUNICÍPIOS	Nº	PIB mil R\$	% do PIB	VA Agropecuária mil R\$	VA Indústria mil R\$	VA Serviços mil R\$
Turiçu	46º	120.008	0,30	43.397	8.478	66.504
Centro Novo do Maranhão	47º	119.718	0,30	77.394	4.667	36.562
São Mateus do Maranhão	48º	117.997	0,30	25.157	11.871	77.408
Alto Alegre do Pindaré	49º	117.887	0,30	49.884	9.640	56.644
Carolina	50º	117.393	0,29	35.072	9.055	67.173
São Domingos do Maranhão	51º	117.009	0,29	30.151	10.474	73.747
Pindaré-Mirim	52º	115.793	0,29	14.389	23.126	70.622
Cururupu	53º	107.963	0,27	22.677	9.899	73.226
São Bento	54º	105.918	0,27	12.291	11.104	79.959
Santa Helena	55º	105.131	0,26	17.331	12.429	73.314
Aldeias Altas	56º	101.973	0,26	37.725	12.448	47.878
Raposa	57º	100.920	0,25	34.445	9.151	54.949
Sambaíba	58º	100.500	0,25	57.389	6.034	32.875
Penalva	59º	100.141	0,25	25.227	9.110	64.510
Burití	60º	99.995	0,25	45.376	6.934	46.418
Santa Rita	61º	99.755	0,25	14.120	19.092	61.683
Vitória do Mearim	62º	99.288	0,25	22.521	10.372	63.977
Arame	63º	97.224	0,24	37.290	7.530	50.801
Alto Parnaíba	64º	97.214	0,24	58.143	3.564	33.806
Mirador	65º	97.021	0,24	50.103	5.318	40.489
São Luís Gonzaga do Maranhão	66º	96.742	0,24	43.988	6.017	45.560
Bacabeira	67º	95.501	0,24	12.325	35.521	39.570
Poção de Pedras	68º	94.814	0,24	46.408	5.229	41.704
Monção	69º	94.032	0,24	35.424	7.000	50.548
Arari	70º	92.651	0,23	22.620	8.634	59.185
Santa Quitéria do Maranhão	71º	92.080	0,23	32.036	8.194	49.515
Paulo Ramos	72º	90.369	0,23	40.151	5.167	43.709
João Lisboa	73º	89.842	0,23	20.221	9.309	57.315
São Bernardo	74º	89.597	0,22	20.527	7.742	58.496
São João dos Patos	75º	89.164	0,22	7.739	9.836	66.917
Senador La Rocque	76º	87.790	0,22	31.994	6.362	48.192
Loreto	77º	83.674	0,21	48.806	3.298	30.565
Governador Nunes Freire	78º	82.838	0,21	14.843	7.470	58.414
Cidelândia	79º	81.823	0,21	41.892	4.220	33.443
Trizidela do Vale	80º	80.588	0,20	15.805	8.839	51.885
Fortaleza dos Nogueiras	81º	80.253	0,20	46.246	3.718	29.173
Matões	82º	80.208	0,20	12.235	8.684	57.667
Dom Pedro	83º	79.901	0,20	10.526	9.483	55.369
Anajatuba	84º	78.904	0,20	24.732	6.852	46.175
Nova Olinda do Maranhão	85º	77.139	0,19	31.596	4.985	39.518
Humberto de Campos	86º	76.256	0,19	21.010	6.484	47.515
Igarapé do Meio	87º	75.124	0,19	9.393	25.911	31.072
Barão de Grajaú	88º	73.868	0,19	6.557	11.246	51.159
Icatu	89º	73.258	0,18	20.409	6.401	45.249
Urbano Santos	90º	72.605	0,18	20.863	6.499	43.638
Pio XII	91º	70.834	0,18	14.085	7.154	47.837

Fonte: IMESC, IBGE

Tabela 5 - PIB a preço de mercado corrente, percentual de participação no PIB, população, PIB per capita, valores agregados a preços correntes. Ano de 2009

(Continuação)

MARANHÃO						
		39.854.677	100%	5.982.495	5.536.844	24.547.381
MUNICÍPIOS	Nº	PIB mil R\$	% do PIB	VA Agropecuária mil R\$	VA Indústria mil R\$	VA Serviços mil R\$
São Domingos do Azeitão	92º	70.780	0,18	24.805	4.895	35.886
Turilândia	93º	70.475	0,18	23.122	5.415	41.052
Alto Alegre do Maranhão	94º	70.238	0,18	15.249	6.725	46.493
Buriti Bravo	95º	68.815	0,17	16.278	6.270	44.892
Campestre do Maranhão	96º	68.476	0,17	23.608	13.963	26.649
Olho d'Água das Cunhãs	97º	67.412	0,17	20.436	5.530	39.689
Carutapera	98º	67.091	0,17	17.621	6.094	41.417
Palmeirândia	99º	66.772	0,17	23.069	5.082	37.804
Anapurus	100º	66.123	0,17	26.114	6.773	31.493
Vila Nova dos Martírios	101º	65.730	0,16	38.856	2.864	22.791
Alcântara	102º	65.418	0,16	18.419	7.544	37.708
São Pedro da Água Branca	103º	65.257	0,16	34.288	3.844	24.896
Maracaçumé	104º	65.045	0,16	19.958	5.223	38.020
Santo Antônio dos Lopes	105º	65.008	0,16	23.378	4.572	35.762
Formosa da Serra Negra	106º	64.832	0,16	28.666	4.319	31.125
Bequimão	107º	64.785	0,16	22.571	5.624	35.611
Esperantinópolis	108º	64.343	0,16	17.170	5.683	39.981
Presidente Sarnley	109º	63.822	0,16	26.198	4.241	32.717
Timbiras	110º	63.725	0,16	9.762	7.022	45.862
Sítio Novo	111º	63.306	0,16	23.394	4.443	34.620
Miranda do Norte	112º	63.277	0,16	5.207	6.337	47.101
Pirapemas	113º	61.941	0,16	24.496	4.321	32.349
Passagem Franca	114º	61.834	0,16	17.585	5.572	37.189
Pedro do Rosário	115º	61.557	0,15	12.226	5.688	42.906
Joselândia	116º	60.842	0,15	23.378	4.536	31.948
Paraibano	117º	60.119	0,15	9.390	6.539	42.202
Governador Edison Lobão	118º	59.880	0,15	7.889	10.840	36.611
Matinha	119º	59.626	0,15	11.253	6.324	40.827
Cantanhede	120º	59.457	0,15	13.327	5.907	39.098
Magalhães de Almeida	121º	59.104	0,15	22.104	4.855	31.080
Mata Roma	122º	57.988	0,15	22.964	4.404	29.660
Bom Lugar	123º	57.369	0,14	26.885	3.584	26.355
Maranhãozinho	124º	56.887	0,14	28.905	3.179	24.200
Pastos Bons	125º	56.694	0,14	13.352	5.557	35.968
Cândido Mendes	126º	56.099	0,14	13.160	5.009	36.953
Peitoró	127º	55.434	0,14	7.902	6.312	39.530
Lago Verde	128º	54.979	0,14	19.776	4.062	30.220
Fortuna	129º	54.453	0,14	21.006	4.385	28.029
São Benedito do Rio Preto	130º	54.039	0,14	13.381	4.867	34.913
Governador Newton Bello	131º	52.123	0,13	29.539	2.690	19.262
Jenipapo dos Vieiras	132º	51.609	0,13	19.741	3.955	27.051
Paulino Neves	133º	51.447	0,13	20.654	3.263	27.084
Governador Eugênio Barros	134º	51.424	0,13	11.864	5.569	32.898
São João do Paraíso	135º	50.444	0,13	25.829	3.218	20.666
Gonçalves Dias	136º	50.201	0,13	12.049	4.849	32.212

Fonte: IMESC, IBGE

Tabela 5 - PIB a preço de mercado corrente, percentual de participação no PIB, população, PIB per capita, valores agregados a preços correntes. Ano de 2009

(Continuação)						
MARANHÃO						
		39.854.677	100%	5.982.495	5.536.844	24.547.381
MUNICÍPIOS	Nº	PIB mil R\$	% do PIB	VA Agropecuária mil R\$	VA Indústria mil R\$	VA Serviços mil R\$
Buntirana	137º	48.739	0,12	14.421	4.437	29.215
Cajari	138º	48.669	0,12	17.484	3.546	27.024
Morros	139º	48.158	0,12	10.198	4.703	32.302
Conceição do Lago-Açu	140º	48.037	0,12	18.755	4.110	24.588
São João Batista	141º	47.761	0,12	16.762	4.267	26.122
Bacuri	142º	47.541	0,12	9.088	4.401	33.245
São João do Soter	143º	46.917	0,12	8.954	4.613	32.545
São Francisco do Brejão	144º	45.697	0,11	19.775	2.914	22.146
Lago dos Rodrigues	145º	44.756	0,11	21.945	2.557	19.653
Igarapé Grande	146º	44.660	0,11	12.354	3.591	27.703
Itaipava do Grajaú	147º	44.514	0,11	17.341	3.361	23.296
Capinzal do Norte	148º	44.286	0,11	19.672	2.956	20.991
Lima Campos	149º	41.258	0,10	10.382	3.860	26.064
Serrano do Maranhão	150º	40.996	0,10	20.564	2.625	17.367
Guimarães	151º	40.000	0,10	11.422	3.520	24.210
São João do Carú	152º	39.601	0,10	19.310	2.780	17.053
Mirinzal	153º	39.532	0,10	8.076	4.106	26.381
São Vicente Ferrer	154º	39.493	0,10	6.966	4.829	26.734
Lago do Junco	155º	39.000	0,10	15.620	2.820	20.030
São Francisco do Maranhão	156º	38.685	0,10	9.384	3.760	25.013
Presidente Juscelino	157º	38.452	0,10	10.172	3.153	24.639
Peri Mirim	158º	38.254	0,10	10.928	3.364	23.210
Ribamar Fiquene	159º	38.161	0,10	18.360	2.459	16.793
Apicum-Açu	160º	37.903	0,10	11.262	3.494	22.593
Santana do Maranhão	161º	37.811	0,09	16.447	2.633	18.315
Água Doce do Maranhão	162º	37.689	0,09	11.066	3.459	22.574
Lagoa Grande do Maranhão	163º	37.487	0,09	14.336	2.757	19.885
Matões do Norte	164º	37.178	0,09	11.306	2.968	22.464
Fernando Falcão	165º	36.902	0,09	17.581	2.190	16.716
Axixá	166º	36.745	0,09	6.869	3.883	25.369
Lagoa do Mato	167º	36.640	0,09	12.534	3.128	20.508
Marajá do Sena	168º	35.996	0,09	20.369	1.626	13.822
Araguanã	169º	35.695	0,09	15.504	2.586	17.208
Olinda Nova do Maranhão	170º	35.572	0,09	8.666	3.168	23.288
Davinópolis	171º	35.340	0,09	7.868	4.024	22.630
Governador Archer	172º	35.079	0,09	9.135	3.371	21.845
Centro do Guilherme	173º	35.059	0,09	17.677	2.016	15.015
Montes Altos	174º	34.997	0,09	11.722	2.587	20.160
Milagres do Maranhão	175º	34.294	0,09	18.128	1.863	14.068
Nina Rodrigues	176º	33.562	0,08	10.363	2.861	19.758
Presidente Vargas	177º	33.425	0,08	10.792	2.733	19.486
Brejo de Areia	178º	33.321	0,08	17.750	1.702	13.477
Primeira Cruz	179º	32.579	0,08	8.459	2.915	20.843
Feira Nova do Maranhão	180º	32.301	0,08	13.089	2.030	16.843
Bernardo do Mearim	181º	32.000	0,08	16.530	1.836	13.183

Fonte: IMESC, IBGE

Tabela 5 - PIB a preço de mercado corrente, percentual de participação no PIB, população, PIB per capita, valores agregados a preços correntes. Ano de 2009

(Continuação)

MARANHÃO						
		39.854.677	100%	5.982.495	5.536.844	24.547.381
MUNICÍPIOS	Nº	PIB mil R\$	% do PIB	VA Agropecuária mil R\$	VA Indústria mil R\$	VA Serviços mil R\$
Godofredo Viana	182º	31.905	0,08	8.973	2.801	19.653
Lajeado Novo	183º	31.863	0,08	11.743	2.157	17.437
Porto Rico do Maranhão	184º	31.664	0,08	13.139	2.066	16.056
Beia Vista do Maranhão	185º	31.554	0,08	6.080	2.825	22.039
Senador Alexandre Costa	186º	31.519	0,08	8.713	2.721	19.477
Sucupira do Norte	187º	31.425	0,08	9.136	2.863	18.862
Duque Bacelar	188º	31.130	0,08	4.769	3.154	22.721
Cedral	189º	30.859	0,08	9.933	2.767	17.572
Santo Amaro do Maranhão	190º	30.779	0,08	5.802	2.850	21.679
Altamira do Maranhão	191º	30.729	0,08	12.951	2.190	15.208
Satubinha	192º	30.406	0,08	10.317	2.284	17.340
Tufilândia	193º	28.744	0,07	11.639	1.718	14.951
Santa Filomena do Maranhão	194º	28.737	0,07	14.265	1.657	12.286
Luís Domingues	195º	28.483	0,07	11.482	1.869	14.782
Junco do Maranhão	196º	28.271	0,07	14.844	1.353	11.666
São José dos Basílios	197º	27.508	0,07	8.441	2.253	16.416
São Pedro dos Crentes	198º	27.160	0,07	14.080	1.378	11.339
Cachoeira Grande	199º	26.989	0,07	8.284	2.266	16.147
Jatobá	200º	26.733	0,07	7.483	2.447	16.403
Boa Vista do Gurupi	201º	26.424	0,07	6.905	2.190	16.644
Belágua	202º	26.267	0,07	11.460	1.703	12.833
Presidente Médici	203º	26.121	0,07	8.814	1.846	14.936
Amapá do Maranhão	204º	25.271	0,06	12.899	1.601	10.384
Central do Maranhão	205º	23.767	0,06	4.727	2.380	16.211
Governador Luiz Rocha	206º	23.451	0,06	6.446	2.146	14.414
Grça Aranha	207º	23.406	0,06	7.581	2.055	13.277
Nova Colinas	208º	22.907	0,06	9.670	1.821	11.082
Cajapió	209º	22.781	0,06	4.447	2.456	15.449
Afonso Cunha	210º	20.461	0,05	5.209	1.693	13.216
São Raimundo do Doca Bezerra	211º	19.793	0,05	8.362	1.233	9.880
São Félix de Balsas	212º	19.040	0,05	7.599	1.349	9.746
Benedito Leite	213º	18.226	0,05	4.537	1.841	11.431
São Roberto	214º	17.870	0,04	5.521	1.435	10.688
Bacurituba	215º	17.796	0,04	5.378	1.507	10.666
Nova Iorque	216º	16.706	0,04	3.746	1.664	11.016
Sucupira do Riachão	217º	15.976	0,04	4.688	1.491	9.479

Fonte: IMESC, IBGE

Tabela 6 - Ranking do PIB per capita, PIB a preço de mercado corrente, percentual de participação no PIB, população, população e valores agregados a preços correntes. Ano de 2009

MARANHÃO								
		6.259,43	39.854,677	100%	6.367.137	5.982.495	5.536.844	24.547.381
MUNICÍPIOS	Nº	PIB per capita R\$	PIB mil R\$	% do PIB	População	VA Agro mil R\$	VA Indústria mil R\$	VA Serviços mil R\$
Tasso Fragoso	1º	36.707,09	252.912	0,63	6.890	168.796	18.251	56.505
São Raimundo das Mangabeiras	2º	22.567,74	374.489	0,94	16.594	248.023	35.608	77.103
Sambaíba	3º	16.644,67	100.500	0,25	6.038	57.389	6.034	32.875
São Luís	4º	15.381,99	15.337.347	38,48	997.098	19.986	2.661.428	10.141.315
Balsas	5º	13.397,05	1.120.221	2,81	83.617	244.299	87.149	685.383
Açailândia	6º	12.865,82	1.301.121	3,26	101.130	175.767	314.248	675.097
Porto Franco	7º	10.847,88	211.566	0,53	19.503	22.468	70.301	90.431
São Domingos do Azeitão	8º	9.760,07	70.780	0,18	7.252	24.805	4.895	35.886
Estreito	9º	9.720,51	269.802	0,68	27.756	31.250	110.930	110.724
Alto Parnaíba	10º	9.136,61	97.214	0,24	10.640	58.143	3.564	33.806
Imperatriz	11º	8.452,94	2.000.735	5,02	236.691	42.998	266.880	1.479.046
Santa Luzia do Paruá	12º	7.946,13	160.432	0,40	20.190	63.831	10.137	80.530
Loreto	13º	7.819,28	83.674	0,21	10.701	48.806	3.298	30.565
Centro Novo do Maranhão	14º	7.640,94	119.718	0,30	15.668	77.394	4.667	36.562
Junco do Maranhão	15º	7.157,23	28.271	0,07	3.950	14.844	1.353	11.666
Vila Nova dos Martírios	16º	7.156,23	65.730	0,16	9.185	38.856	2.864	22.791
Riachão	17º	6.972,88	151.116	0,38	21.672	63.984	14.338	66.681
Fortaleza dos Nogueiras	18º	6.703,37	80.253	0,20	11.972	46.246	3.718	29.173
São Pedro dos Crentes	19º	6.553,99	27.160	0,07	4.144	14.080	1.378	11.339
Bom Jardim	20º	6.516,56	255.606	0,64	39.224	151.256	10.905	90.606
Cidelândia	21º	6.359,66	81.823	0,21	12.866	41.892	4.220	33.443
Bacabeira	22º	6.132,06	95.501	0,24	15.574	12.325	35.521	39.570
Igarapé do Meio	23º	6.112,10	75.124	0,19	12.291	9.393	25.911	31.072
Poção de Pedras	24º	6.104,05	94.814	0,24	15.533	46.408	5.229	41.704
Brejo de Areia	25º	6.052,83	33.321	0,08	5.505	17.750	1.702	13.477
São Pedro da Água Branca	26º	5.683,91	65.257	0,16	11.481	34.288	3.844	24.896
Lago dos Rodrigues	27º	5.636,73	44.756	0,11	7.940	21.945	2.557	19.653
Caxias	28º	5.575,17	825.527	2,07	148.072	38.032	165.035	508.996
Paulo Ramos	29º	5.565,93	90.369	0,23	16.236	40.151	5.167	43.709
Pedreiras	30º	5.540,05	215.696	0,54	38.934	39.663	21.575	140.157
Campestre do Maranhão	31º	5.385,00	68.476	0,17	12.716	23.608	13.963	26.649
Itinga do Maranhão	32º	5.269,79	137.673	0,35	26.125	57.460	10.188	66.074
Marajá do Sena	33º	5.176,33	35.996	0,09	6.954	20.369	1.626	13.822
São Francisco do Brejão	34º	5.155,88	45.697	0,11	8.863	19.775	2.914	22.146
Bacabal	35º	5.133,57	505.600	1,27	98.489	50.387	63.381	353.402
Bernardo do Mearim	36º	5.120,85	32.000	0,08	6.249	16.530	1.836	13.183
Ribamar Fiquene	37º	5.103,80	38.161	0,10	7.477	18.360	2.459	16.793
Tufilândia	38º	5.054,34	28.744	0,07	5.687	11.639	1.718	14.951
Anapurus	39º	4.987,76	66.123	0,17	13.257	26.114	6.773	31.493
Santa Filomena do Maranhão	40º	4.951,31	28.737	0,07	5.804	14.265	1.657	12.286
Santa Inês	41º	4.920,32	421.676	1,06	85.701	16.713	43.176	328.299
Grajaú	42º	4.892,51	277.078	0,70	56.633	101.481	22.572	143.952
São Luís Gonzaga do Maranhão	43º	4.867,05	96.742	0,24	19.877	43.988	6.017	45.560
Mirador	44º	4.853,26	97.021	0,24	19.991	50.103	5.318	40.489
Barra do Corda	45º	4.824,43	392.366	0,98	81.329	155.444	29.113	198.149

Fonte: IMESC; IBGE

Tabela 6 - Ranking do PIB per capita, PIB a preço de mercado corrente, percentual de participação no PIB, população, população e valores agregados a preços correntes. Ano de 2009

(Continuação)								
MARANHÃO								
		6.259,43	39.854.677	100%	6.367.137	5.982.495	5.536.844	24.547.381
MUNICÍPIOS	Nº	PIB per capita R\$	PIB mil R\$	% do PIB	População	VA Agro mil R\$	VA Indústria mil R\$	VA Serviços mil R\$
Bom Jesus das Selvas	46º	4.779,23	121.741	0,31	25.473	61.924	7.109	50.364
Timon	47º	4.749,41	715.427	1,80	150.635	18.480	103.436	527.389
Centro do Guilherme	48º	4.717,30	35.059	0,09	7.432	17.677	2.016	15.015
Carolina	49º	4.647,92	117.393	0,29	25.257	35.072	9.055	67.173
Lajeado Novo	50º	4.593,19	31.863	0,08	6.937	11.743	2.157	17.437
Senador La Rocque	51º	4.534,87	87.790	0,22	19.359	31.994	6.362	48.192
São Raimundo do Doca Bezerra	52º	4.527,11	19.793	0,05	4.372	8.362	1.233	9.880
Presidente Dutra	53º	4.499,06	185.825	0,47	41.303	17.955	19.861	136.538
Aldeias Altas	54º	4.498,73	101.973	0,26	22.667	37.725	12.448	47.878
Nova Colinas	55º	4.496,92	22.907	0,06	5.094	9.670	1.821	11.082
Maranhãozinho	56º	4.484,95	56.887	0,14	12.684	28.905	3.179	24.200
Governador Newton Bello	57º	4.477,17	52.123	0,13	11.642	29.539	2.690	19.262
Santo Antônio dos Lopes	58º	4.433,45	65.008	0,16	14.663	23.378	4.572	35.762
Belágua	59º	4.412,32	26.267	0,07	5.953	11.460	1.703	12.833
Porto Rico do Maranhão	60º	4.410,60	31.664	0,08	7.179	13.139	2.066	16.056
João Lisboa	61º	4.405,11	89.842	0,23	20.395	20.221	9.309	57.315
Milagres do Maranhão	62º	4.366,47	34.294	0,09	7.854	18.128	1.863	14.068
Codó	63º	4.327,27	493.036	1,24	113.937	44.033	112.037	294.077
Nova Olinda do Maranhão	64º	4.325,17	77.139	0,19	17.835	31.596	4.985	39.518
São João do Paraíso	65º	4.300,83	50.444	0,13	11.729	25.829	3.218	20.666
Barão de Grajaú	66º	4.286,94	73.868	0,19	17.231	6.557	11.246	51.159
Bom Lugar	67º	4.286,36	57.369	0,14	13.384	26.885	3.584	26.355
São Félix de Balsas	68º	4.286,30	19.040	0,05	4.442	7.599	1.349	9.746
Trizidela do Vale	69º	4.218,39	80.588	0,20	19.104	15.805	8.839	51.885
Fernando Falcão	70º	4.210,11	36.902	0,09	8.765	17.581	2.190	16.716
Capinzal do Norte	71º	4.143,52	44.286	0,11	10.688	19.672	2.956	20.991
Presidente Médici	72º	4.105,18	26.121	0,07	6.363	8.814	1.846	14.936
Pinheiro	73º	4.099,69	316.422	0,79	77.182	38.677	28.540	231.471
Feira Nova do Maranhão	74º	4.089,21	32.301	0,08	7.899	13.089	2.030	16.843
Luís Domingues	75º	4.070,75	28.483	0,07	6.997	11.482	1.869	14.782
Igarapé Grande	76º	4.015,86	44.660	0,11	11.121	12.354	3.591	27.703
Governador Edison Lobão	77º	4.013,14	59.880	0,15	14.921	7.889	10.840	36.611
Lagoa Grande do Maranhão	78º	4.003,78	37.487	0,09	9.363	14.336	2.757	19.885
Zé Doca	79º	4.001,72	185.140	0,46	46.265	50.964	15.276	113.200
Mata Roma	80º	4.001,67	57.988	0,15	14.491	22.964	4.404	29.660
Pirapemas	81º	3.996,22	61.941	0,16	15.500	24.496	4.321	32.349
Magalhães de Almeida	82º	3.991,39	59.104	0,15	14.808	22.104	4.855	31.080
Altamira do Maranhão	83º	3.954,28	30.729	0,08	7.771	12.951	2.190	15.208
Lago do Junco	84º	3.944,13	39.000	0,10	9.888	15.620	2.820	20.030
Chapadinha	85º	3.937,91	277.768	0,70	70.537	65.947	23.984	178.124
Sítio Novo	86º	3.935,45	63.306	0,16	16.086	23.394	4.443	34.620
Montes Altos	87º	3.926,06	34.997	0,09	8.914	11.722	2.587	20.160
Vitorino Freire	88º	3.923,93	122.207	0,31	31.144	38.749	10.900	69.895
Amapá do Maranhão	89º	3.917,33	25.271	0,06	6.451	12.899	1.601	10.384
Presidente Sarnay	90º	3.909,43	63.822	0,16	16.325	26.198	4.241	32.717

Fonte: IMESC; IBGE

Tabela 6 - Ranking do PIB per capita, PIB a preço de mercado corrente, percentual de participação no PIB, população, população e valores agregados a preços correntes. Ano de 2009

MARANHÃO								
		6.259,43	39.854.677	100%	6.367.137	5.982.495	5.536.844	24.547.381
MUNICÍPIOS	Nº	PIB per capita R\$	PIB mil R\$	% do PIB	População	VA Agro mil R\$	VA Indústria mil R\$	VA Serviços mil R\$
Raposa	91º	3.906,01	100.920	0,25	25.837	34.445	9.151	54.949
Brejo	92º	3.892,31	126.317	0,32	32.453	45.405	10.037	68.466
Paulino Neves	93º	3.852,28	51.447	0,13	13.355	20.654	3.263	27.084
Buritcupu	94º	3.849,31	248.992	0,62	64.685	83.675	23.994	134.332
Buriti	95º	3.816,30	99.995	0,25	26.202	45.376	6.934	46.418
Olho d'Água das Cunhãs	96º	3.761,21	67.412	0,17	17.923	20.436	5.530	39.689
Joselândia	97º	3.758,49	60.842	0,15	16.188	23.378	4.536	31.948
Itapecuru Mirim	98º	3.755,66	213.359	0,54	56.810	40.842	26.272	135.757
Serrano do Maranhão	99º	3.698,29	40.996	0,10	11.085	20.564	2.625	17.367
Cajari	100º	3.695,42	48.669	0,12	13.170	17.484	3.546	27.024
São José dos Basílios	101º	3.673,13	27.508	0,07	7.489	8.441	2.253	16.416
São João dos Patos	102º	3.660,72	89.164	0,22	24.357	7.739	9.836	66.917
Fortuna	103º	3.649,15	54.453	0,14	14.922	21.006	4.385	28.029
Formosa da Serra Negra	104º	3.643,86	64.832	0,16	17.792	28.666	4.319	31.125
Lago Verde	105º	3.640,26	54.979	0,14	15.103	19.776	4.062	30.220
Dom Pedro	106º	3.617,70	79.901	0,20	22.086	10.526	9.483	55.369
Graça Aranha	107º	3.617,62	23.406	0,06	6.470	7.581	2.055	13.277
Colinas	108º	3.606,20	132.661	0,33	36.787	27.791	13.495	88.110
Pindaré-Mirim	109º	3.592,03	115.793	0,29	32.236	14.389	23.126	70.622
Turiçu	110º	3.566,46	120.008	0,30	33.649	43.397	8.478	66.504
Bela Vista do Maranhão	111º	3.563,39	31.554	0,08	8.855	6.080	2.825	22.039
Palmeirândia	112º	3.556,99	66.772	0,17	18.772	23.069	5.082	37.804
Alto Alegre do Pindaré	113º	3.549,64	117.887	0,30	33.211	49.884	9.640	56.644
Maracaçumé	114º	3.532,37	65.045	0,16	18.414	19.958	5.223	38.020
Amarante do Maranhão	115º	3.513,07	131.347	0,33	37.388	48.247	9.864	71.431
Arame	116º	3.503,56	97.224	0,24	27.750	37.290	7.530	50.801
Lima Campos	117º	3.498,19	41.258	0,10	11.794	10.382	3.860	26.064
São Domingos do Maranhão	118º	3.492,17	117.009	0,29	33.506	30.151	10.474	73.747
Satubinha	119º	3.488,95	30.406	0,08	8.715	10.317	2.284	17.340
Araguanã	120º	3.457,15	35.695	0,09	10.325	15.504	2.586	17.208
Coelho Neto	121º	3.456,44	157.696	0,40	45.624	29.130	17.135	105.873
Passagem Franca	122º	3.454,79	61.834	0,16	17.898	17.585	5.572	37.189
Lagoa do Mato	123º	3.443,93	36.640	0,09	10.639	12.534	3.128	20.508
Lagoa da Pedra	124º	3.443,14	152.435	0,38	44.272	34.825	14.523	99.145
Afonso Cunha	125º	3.439,95	20.461	0,05	5.948	5.209	1.693	13.216
São Roberto	126º	3.425,26	17.870	0,04	5.217	5.521	1.435	10.688
Miranda do Norte	127º	3.421,48	63.277	0,16	18.494	5.207	6.337	47.101
Esperantinópolis	128º	3.419,77	64.343	0,16	18.815	17.170	5.683	39.981
Santa Luzia	129º	3.414,04	243.950	0,61	71.455	92.505	16.613	130.000
Rosário	130º	3.402,20	134.819	0,34	39.627	20.327	20.852	88.057
Tuntum	131º	3.399,38	133.868	0,34	39.380	42.064	11.434	77.995
Governador Archer	132º	3.395,81	35.079	0,09	10.330	9.135	3.371	21.845
Araioses	133º	3.395,77	132.999	0,33	39.166	48.523	11.242	71.045
São José de Ribamar	134º	3.394,26	473.407	1,19	139.473	21.776	65.833	343.347
Santana do Maranhão	135º	3.385,01	37.811	0,09	11.170	16.447	2.633	18.315

Fonte: IMESC; IBGE

Tabela 6 - Ranking do PIB per capita, PIB a preço de mercado corrente, percentual de participação no PIB, população, população e valores agregados a preços correntes. Ano de 2009

(Continuação)

MARANHÃO								
		6.259,43	39.854.677	100%	6.367.137	5.982.495	5.536.844	24.547.381
MUNICÍPIOS	Nº	PIB per capita R\$	PIB mil R\$	% do PIB	População	VA Agro mil R\$	VA Indústria mil R\$	VA Serviços mil R\$
Governador Nunes Freire	136º	3.378,38	82.838	0,21	24.520	14.843	7.470	58.414
São Bernardo	137º	3.366,40	89.597	0,22	26.615	20.527	7.742	58.496
Senador Alexandre Costa	138º	3.348,08	31.519	0,08	9.414	8.713	2.721	19.477
Boa Vista do Gurupi	139º	3.346,95	26.424	0,07	7.895	6.905	2.190	16.644
Jenipapo dos Vieiras	140º	3.343,01	51.609	0,13	15.438	19.741	3.955	27.051
Turilândia	141º	3.339,74	70.475	0,18	21.102	23.122	5.415	41.052
Pamarama	142º	3.312,63	120.248	0,30	36.300	39.365	9.486	68.929
Matões do Norte	143º	3.291,54	37.178	0,09	11.295	11.306	2.968	22.464
Monção	144º	3.287,59	94.032	0,24	28.602	35.424	7.000	50.548
Nova Iorque	145º	3.284,08	16.706	0,04	5.087	3.746	1.664	11.016
Governador Luiz Rocha	146º	3.282,62	23.451	0,06	7.144	6.446	2.146	14.414
Sucupira do Riachão	147º	3.281,14	15.976	0,04	4.869	4.688	1.491	9.479
Presidente Vargas	148º	3.279,89	33.425	0,08	10.191	10.792	2.733	19.486
Benedito Leite	149º	3.274,00	18.226	0,05	5.567	4.537	1.841	11.431
Buritirana	150º	3.238,29	48.739	0,12	15.051	14.421	4.437	29.215
Conceição do Lago-Açu	151º	3.221,98	48.037	0,12	14.909	18.755	4.110	24.588
Arari	152º	3.218,52	92.651	0,23	28.787	22.620	8.634	59.185
Nina Rodrigues	153º	3.188,22	33.562	0,08	10.527	10.363	2.861	19.758
Pio XII	154º	3.187,84	70.834	0,18	22.220	14.085	7.154	47.837
Itaipava do Grajaú	155º	3.187,80	44.514	0,11	13.964	17.341	3.361	23.296
Carutapera	156º	3.176,53	67.091	0,17	21.121	17.621	6.094	41.417
São João do Carú	157º	3.165,33	39.601	0,10	12.511	19.310	2.780	17.053
Urbano Santos	158º	3.165,28	72.605	0,18	22.938	20.863	6.499	43.638
Anajatuba	159º	3.148,21	78.904	0,20	25.063	24.732	6.852	46.175
Guimarães	160º	3.139,69	40.000	0,10	12.740	11.422	3.520	24.210
Vargem Grande	161º	3.133,26	142.971	0,36	45.630	40.133	15.101	83.455
Bacurituba	162º	3.129,16	17.796	0,04	5.687	5.378	1.507	10.666
Governador Eugênio Barros	163º	3.116,06	51.424	0,13	16.503	11.864	5.569	32.898
Santa Quitéria do Maranhão	164º	3.115,98	92.080	0,23	29.551	32.036	8.194	49.515
Presidente Juscelino	165º	3.105,44	38.452	0,10	12.382	10.172	3.153	24.639
Vitória do Mearim	166º	3.101,02	99.288	0,25	32.018	22.521	10.372	63.977
Pastos Bons	167º	3.097,01	56.694	0,14	18.306	13.352	5.557	35.968
Cururu	168º	3.075,18	107.963	0,27	35.108	22.677	9.899	73.226
Alto Alegre do Maranhão	169º	3.065,30	70.238	0,18	22.914	15.249	6.725	46.493
Peri Mirim	170º	3.062,27	38.254	0,10	12.492	10.928	3.364	23.210
Cedral	171º	3.039,74	30.859	0,08	10.152	9.933	2.767	17.572
Cantanhede	172º	3.039,12	59.457	0,15	19.564	13.327	5.907	39.098
Viana	173º	3.038,54	149.946	0,38	49.348	37.166	14.389	93.427
Santa Rita	174º	3.034,66	99.755	0,25	32.872	14.120	19.092	61.683
São Benedito do Rio Preto	175º	3.032,86	54.039	0,14	17.818	13.381	4.867	34.913
Água Doce do Maranhão	176º	3.024,82	37.689	0,09	12.460	11.066	3.459	22.574
Bequimão	177º	3.012,13	64.785	0,16	21.508	22.571	5.624	35.611
Humberto de Campos	178º	3.001,87	76.256	0,19	25.403	21.010	6.484	47.515
Jatobá	179º	3.000,71	26.733	0,07	8.909	7.483	2.447	16.403
Sucupira do Norte	180º	2.982,92	31.425	0,08	10.535	9.136	2.863	18.862

Fonte: IMESC; IBGE

Tabela 6 - Ranking do PIB per capita, PIB a preço de mercado corrente, percentual de participação no PIB, população, população e valores agregados a preços correntes. Ano de 2009

(Conclusão)

MARANHÃO								
		6.259,43	39.854.677	100%	6.367.137	5.982.495	5.536.844	24.547.381
MUNICÍPIOS	Nº	PIB per capita R\$	PIB mil R\$	% do PIB	População	VA Agro mil R\$	VA Indústria mil R\$	VA Serviços mil R\$
Buriti Bravo	181º	2.982,37	68.815	0,17	23.074	16.278	6.270	44.892
São Mateus do Maranhão	182º	2.978,06	117.997	0,30	39.622	25.157	11.871	77.408
Coroatá	183º	2.976,08	187.734	0,47	63.081	18.551	19.520	145.154
Alcântara	184º	2.970,86	65.418	0,16	22.020	18.419	7.544	37.708
Gonçalves Dias	185º	2.968,55	50.201	0,13	16.911	12.049	4.849	32.212
Paraibano	186º	2.968,11	60.119	0,15	20.255	9.390	6.539	42.202
Santa Helena	187º	2.963,76	105.131	0,26	35.472	17.331	12.429	73.314
Barreirinhas	188º	2.944,12	148.248	0,37	50.354	42.520	14.727	87.767
Davinópolis	189º	2.922,83	35.340	0,09	12.091	7.868	4.024	22.630
Cachoeira Grande	190º	2.906,41	26.989	0,07	9.286	8.284	2.266	16.147
Duque Bacelar	191º	2.875,19	31.130	0,08	10.827	4.769	3.154	22.721
Penalva	192º	2.868,79	100.141	0,25	34.907	25.227	9.110	64.510
Bacuri	193º	2.866,51	47.541	0,12	16.585	9.088	4.401	33.245
Icatu	194º	2.866,44	73.258	0,18	25.557	20.409	6.401	45.249
Cândido Mendes	195º	2.849,98	56.099	0,14	19.684	13.160	5.009	36.953
Godofredo Viana	196º	2.846,92	31.905	0,08	11.207	8.973	2.801	19.653
Matinha	197º	2.812,02	59.626	0,15	21.204	11.253	6.324	40.827
Paço do Lumiar	198º	2.804,64	291.564	0,73	103.958	29.399	43.970	207.093
Olinda Nova do Maranhão	199º	2.804,48	35.572	0,09	12.684	8.666	3.168	23.288
Peritoró	200º	2.797,28	55.434	0,14	19.817	7.902	6.312	39.530
Tutóia	201º	2.790,80	135.142	0,34	48.424	36.892	12.902	82.020
Mirinzal	202º	2.762,32	39.532	0,10	14.311	8.076	4.106	26.381
Matões	203º	2.729,45	80.208	0,20	29.386	12.235	8.684	57.667
Apicum-Açu	204º	2.728,79	37.903	0,10	13.890	11.262	3.494	22.593
São João do Soter	205º	2.707,90	46.917	0,12	17.326	8.954	4.613	32.545
São Bento	206º	2.694,29	105.918	0,27	39.312	12.291	11.104	79.959
Pedro do Rosário	207º	2.693,26	61.557	0,15	22.856	12.226	5.688	42.906
Morros	208º	2.687,98	48.158	0,12	17.916	10.198	4.703	32.302
Santo Amaro do Maranhão	209º	2.632,24	30.779	0,08	11.693	5.802	2.850	21.679
São Francisco do Maranhão	210º	2.613,69	38.885	0,10	14.801	9.384	3.760	25.013
Primeira Cruz	211º	2.607,81	32.579	0,08	12.493	8.459	2.915	20.843
São João Batista	212º	2.571,97	47.761	0,12	18.570	16.762	4.267	26.122
Central do Maranhão	213º	2.570,49	23.767	0,06	9.246	4.727	2.380	16.211
Axixá	214º	2.416,97	36.745	0,09	15.203	6.869	3.883	25.369
Timbiras	215º	2.368,16	63.725	0,16	26.909	9.762	7.022	45.862
Cajapió	216º	2.203,83	22.781	0,06	10.337	4.447	2.456	15.449
São Vicente Ferrer	217º	1.929,97	39.493	0,10	20.463	6.966	4.829	26.734

Fonte: IMESC; IBGE

ANEXO B - PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 947, DE 2001

(Do Sr. Sebastião Madeira e outros)

Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do Estado do Maranhão do Sul.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão realizará plebiscito sobre a criação do Estado do Maranhão do Sul, pelo desmembramento dos municípios de Açailândia, Alto Parnaíba, Amarante do Maranhão, Arame, Balsas, Barra do Corda, Benedito Leite, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Buritirana, Campestre do Maranhão, Carolina, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Feira Nova do Maranhão, Fernando Falcão, Formosa da Serra Negra, Fortaleza dos Nogueiras, Governador Edison Lobão, Grajaú, Imperatriz, Itaipava do Grajaú, Itinga do Maranhão, Jenipapo dos Vieiras, João Lisboa, Lajeado Novo, Loreto, Mirador, Montes Altos, Nova Colina, Nova Iorque, Pastos Bons, Porto Franco, Riachão, Ribamar Fiquene, Sambaíba, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas, São Francisco do Brejão, São João do Paraíso, São Pedro da Água Branca, São Pedro dos Crentes, São Raimundo das Mangabeiras, Senador La Roque, Sítio Novo, Sucupira do Norte, Tasso Fragoso, e Vila Nova dos Martírios.

Parágrafo único. Os municípios que vierem a ser criados por desmembramento de qualquer um dos relacionados neste artigo passam automaticamente fazer parte do grupo que comporá o Estado do Maranhão do Sul.

Art. 2º O Tribunal Superior Eleitoral expedirá instruções ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Maranhão para organizar, realizar, apurar, fiscalizar e proclamar o resultado do plebiscito.

Art. 3º No prazo de dois meses contados da proclamação do resultado do plebiscito, se favorável à criação do Estado do Maranhão do Sul, a Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão procederá a audiência de seus membros sobre a medida e participará o resultado ao Congresso Nacional em três dias úteis, para fins do inciso VI do artigo 48 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Caso não se efetue a deliberação pela Assembléia Legislativa, ou não seja feita a comunicação no prazo estabelecido, o Congresso Nacional considerará atendida a exigência de que trata o *caput* deste artigo

Art. 4º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A idéia de desmembramento do Estado do Maranhão em duas porções norte e sul não é nova, pois remonta ao século dezenove. Mas as características que individualizam as duas metades do Estado foram definidas já nos primórdios da nossa colonização. Com efeito, a parte norte foi colonizada, predominantemente, por imigrantes vindos de além-mar, como os portugueses,

holandeses e franceses, interessados mais que tudo no cultivo da cana de açúcar e no plantio do algodão, produtos então de grande procura no mercado internacional. Já o sul do Estado abrigou mais que tudo nordestinos, que fixaram-se tanto na região dos Pastos Bons como nas terras virgens e férteis das margens do Tocantins e seus afluentes, para lá levando seu gado e seus costumes.

No século dezenove, intelectuais tangidos da revolução de 1817 fixaram-se na parte sul do estado, sonhando em estabelecer a República do Sul do Maranhão. O movimento não progrediu, sobretudo por causa da proclamação da independência do País em 1822, mas as diferenças entre as duas metades do Estado foram-se tornando cada vez mais marcantes, definindo os aspectos que individualizam as duas regiões até hoje.

Um dos grandes impactos sobre o desenvolvimento do Sul do Maranhão ocorreu com a construção de Brasília, que abriu os caminhos para a região central do País, trazendo gaúchos, paulistas e mineiros que, inicialmente, com suas técnicas de cultivo da terra e de criação de gado, e, posteriormente, com as suas pequenas e médias empresas agropecuárias, deram ensejo ao surgimento de empreendimentos de maior porte como o Pólo

Agrícola Mecanizado de Balsas e o Pólo Siderúrgico de Açailândia. Isso possibilitou também o crescimento e consolidação da cidade de Imperatriz como um pólo comercial e de prestação de serviços.

Agora, o sul quer a emancipação, porque considera que já está maduro para isso e entende que para construir um futuro melhor, sobre as bases do que já foi plantado com a luta e o suor do seu povo, o fruto de seu trabalho deve ser revertido em benefício próprio.

Na verdade, à semelhança de unidades da Federação recentemente emancipadas, como é o caso dos Estados do Tocantins e do Mato Grosso do Sul, o sul do Maranhão sempre seguiu uma trajetória independente do norte do Estado. Inicialmente, as relações comerciais mais importantes da região davam-se com Belém do Pará e com Parnaíba, no Piauí. Depois, consolidou-se o intercâmbio com as capitais nordestinas, em especial Fortaleza e Recife.

Finalmente, por intermédio de Goiânia e Anápolis, deu-se o acesso às praças do sul do País, e São Paulo passou a ser o principal centro de intercâmbio direto com a região.

Em contrapartida, o norte do Estado, onde fica a capital, sempre ficou na contramão não só das nossas relações comerciais, mas também dos nossos vínculos culturais. Prova disso é que hoje a nossa juventude tem optado por centros como Belém, Goiânia, Brasília, São Paulo e Palmas para realizar seus estudos universitários.

A redivisão territorial do Brasil é uma medida urgente, pleiteada por várias unidades da Federação. E esse pleito não se trata de uma questão emocional, mas estritamente racional. Tanto que, recentemente, foram aprovados no Senado Federal projetos de decreto legislativo que autorizam a realização de plebiscito sobre a criação dos Estados do Tapajós, no Pará, e do

Araguaia, no Mato Grosso. E isso não denota apenas um sinal de respeito pela vontade popular, mas uma prova de que o Congresso Nacional está preocupado em analisar com seriedade a questão do gerenciamento do nosso território, onde grandes extensões de terra permanecem sem qualquer perspectiva de desenvolvimento social e econômico a curto e médio prazos.

Estudos divulgados em dezembro de 2000 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE, apresentam o Maranhão como o Estado mais pobre do País. Mas não é o Estado que é pobre, e sim o seu povo, sobretudo porque a riqueza que lá se produz, bem como os investimentos públicos, têm-se concentrado, desde os tempos coloniais, predominantemente em torno da capital, São Luís.

Nossa luta pela criação do Estado do Maranhão do Sul não é uma luta contra o Maranhão, mas em favor do Estado e de toda sua população.

A razão mostra que uma mudança há que ser feita. Mostra que existe uma parte do Estado com perfil humano e econômico totalmente diferente da outra, e que merece, portanto,

um tratamento diferenciado em relação ao que lhe vem sendo dado até hoje. Mostra que, a exemplo do que ocorreu em outras unidades da federação, a divisão territorial beneficiará toda a população maranhense, e não apenas os que vivem na parte que será desmembrada. Mostra que, por ser esta uma luta centenária, ela é mais que uma idéia suficientemente amadurecida, mas uma esperança que, temos certeza, em breve tornar-se-á realidade.

E nessa luta, estamos seguros de contar com o apoio dos ilustres membros deste Congresso Nacional. Estamos seguros que à população do sul do Estado será dado o direito de manifestar-se democraticamente pelo seu desejo de um futuro melhor e mais venturoso.

Deputado Sebastião Madeira

ANEXO C – PROJETO DECRETO LEGISLATIVO Nº 02/2007

SENADO FEDERAL

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 2, DE 2007**

Institui plebiscito sobre a criação do Estado do Maranhão do Sul.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica convocado, com fundamento nos arts. 18, § 3º, e 48, VI, da Constituição Federal, plebiscito para que o eleitorado do Estado do Maranhão decida sobre a conveniência da criação do Estado do Maranhão do Sul, mediante desmembramento do território compreendido pelos Municípios de Açailândia, Alto Parnaíba, Amarante do Maranhão, Arame, Balsas, Barra do Corda, Benedito Leite, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Buritirana, Campestre do Maranhão, Carolina, Cidelândia, Davinópolis, Estreito, Feira Nova do Maranhão, Fernando Falcão, Formosa da Serra Negra, Fortaleza dos Nogueiras, Governador Edison Lobão, Grajaú, Imperatriz, Itaipava do Grajaú, Itinga do Maranhão, Jenipapo dos Vieiras, João Lisboa, Lajeado Novo, Loreto, Mirador, Montes Altos, Nova Colina, Nova Iorque, Pastos Bons, Porto Franco, Riachão, Ribamar Fiquene, Sambaíba, São Domingos do Azeitão, São Félix de Balsas, São Francisco do Brejão, São João do Paraíso, São Pedro da Água Branca, São Pedro dos Crentes, São Raimundo das Mangabeiras, Senador La Roque, Sítio Novo, Sucupira do Norte, Tasso Fragoso e Vila Nova dos Martírios.

Parágrafo único. Os municípios que vierem a ser criados por desmembramento de qualquer um dos relacionados no *caput* deste artigo integrarão o Estado do Maranhão do Sul.

Art. 2º Somente poderão participar da consulta popular os eleitores inscritos na Justiça Eleitoral até cem dias antes da sua realização.

Art. 3º O Presidente do Congresso Nacional dará ciência da aprovação deste ato convocatório ao Tribunal Superior Eleitoral, para que sejam adotadas as providências a que alude o art. 8º da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998.

Art. 4º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A criação do Estado do Maranhão do Sul vai ao encontro da necessária redivisão territorial do Brasil que foi objeto da preocupação do Constituinte de 1987/88 ao prever, no art. 12 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a criação de uma comissão de estudos territoriais, *com a finalidade de apresentar estudos sobre o território nacional e anteprojetos relativos a novas unidades territoriais.*

Esta não é a primeira tentativa legislativa com esse objetivo. No Senado Federal, foi arquivado projeto de decreto legislativo com a mesma finalidade, em razão do encerramento da Legislatura 2003-2007, conforme determina norma regimental. Enquanto que, na Câmara dos Deputados, tramita, vagarosamente, desde 2001, projeto semelhante, sem que se vislumbre decisão daquela Casa sobre a matéria.

Em face desses percalços, os autores desta proposição reiteram a pretensão dos que nos antecederam nessa idéia, a fim de que seja encontrada rápida solução legislativa para o fim almejado, que é a criação do Estado do Maranhão do Sul.

O Estado do Maranhão do Sul que se pretende criar mediante desmembramento de parte do atual território do Estado do Maranhão, compreende uma área de quase 150 mil km², o que o tornaria o quinto maior estado nordestino, com área territorial maior do que a de outros cinco da mesma região: Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Sergipe.

Sua população seria de pouco mais de um milhão e cem mil habitantes, distribuída por quarenta e nove municípios, tendo como capital a cidade de Imperatriz, com mais de duzentos e trinta mil habitantes.

A região sul do Maranhão tem fortes relações comerciais com outras regiões do País, o que torna o seu vínculo com a capital do Estado bem menos importante do ponto de vista econômico e vivencial, o que prenuncia o processo de emancipação político-econômico regional, cuja evolução guarda paralelo com o que antecedeu às bem-sucedidas criações dos Estados de Mato Grosso do Sul e do Tocantins.

Se já não bastasse o argumento da grande extensão territorial do Estado do Maranhão, cerca de 332 mil km², o oitavo, dentre as vinte e sete unidades da Federação, e de sua numerosa população, cerca de cinco milhões e seiscentos mil habitantes, a história e cultura das suas regiões norte e sul são bem diferenciadas.

O norte do Maranhão, onde se localiza a capital, São Luís, teve um processo de ocupação que se consolidou ainda nos primórdios da nação brasileira, por ocasião das grandes descobertas marítimas dos Séculos XVI e XVII, em razão de suas condições geográficas favorecerem o acesso aos colonizadores de além-mar – portugueses, holandeses e franceses –, com vistas à exploração da agricultura voltada para o abastecimento das metrópoles européias, especialmente cana-de-açúcar e algodão.

De outro lado, o sul do Maranhão, onde se localiza Imperatriz, o município de maior população dessa região, teve o seu desbravamento efetivamente realizado a partir do Século XIX, em decorrência do deslocamento das populações oriundas principalmente do Nordeste oriental brasileiro em busca de terras para o pastoreio de gado e lavoura tradicional.

Já em 1817, antes da proclamação da independência do Brasil, intelectuais que se refugiaram no Maranhão, devido ao fracasso da Revolução pernambucana, de inspiração iluminista e liberal, sonharam em estabelecer a República do Sul do Maranhão, libertada do jugo colonial português.

Desde a década de sessenta, com a construção de Brasília e da estrada Belém-Brasília, a região sul do Maranhão começou a sua transformação em pólo de desenvolvimento regional. Recentemente, levas de imigrantes gaúchos, paranaenses, mineiros e paulistas introduziram técnicas modernas de exploração agrícola e pecuária que impulsionaram o desenvolvimento da região e propiciaram, também, o surgimento de empreendimentos de maior porte como o Pólo Agrícola Mecanizado de Balsas, o Pólo Siderúrgico de Açailândia e a consolidação da cidade de Imperatriz como pólo comercial e de prestação de serviços, onde se destacam inúmeras empresas, tributárias das progressistas atividades agropecuárias.

A necessidade da criação do Estado do Maranhão do Sul é reforçada pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que apresentam o Maranhão como o Estado com os piores indicadores sócio-econômicos, o que se deve, em grande parte, ao fato de os investimentos públicos terem se concentrado, desde os tempos coloniais, em torno da capital – São Luís, de modo que as regiões mais distantes do poder estadual – Imperatriz – dista mais de ~~um~~ mil quilômetros da capital –, não obstante o forte crescimento

populacional que as caracterizam, especialmente decorrente das imigrações, não recebiam do poder público estadual a devida atenção administrativa.


Com o objetivo de redivisão territorial, já foram aprovados no Senado Federal projetos de decreto legislativo que autorizam a realização de plebiscito sobre a criação dos Estados do Tapajós, no Pará, e do Araguaia, no Mato Grosso. Também se discute a criação do Estado de Carajás, no Pará, Solimões, no Amazonas, e do Triângulo Mineiro, em Minas Gerais. Trata-se de demonstração de que o Congresso Nacional está atento aos interesses das comunidades que reivindicam autonomia político-administrativa, tendo em vista a necessidade de descentralizar o poder político e, por esse meio, conferir maior eficácia à atuação do poder público em território de extensão adequada e mais homogêneo, do ponto de vista histórico e sócio-econômico.

É importante ressaltar que a nossa luta pela criação do Estado do Maranhão do Sul não prejudica a população do Maranhão que remanescer da divisão pretendida. Ao contrário, entendemos que essa divisão territorial poderá beneficiar toda a população do atual Estado do Maranhão, em razão de ser previsível que os efeitos econômicos do aporte de recursos necessário à criação do novo Estado venha a repercutir além dos limites territoriais da parte que será desmembrada.

É chegada a hora de toda a população maranhense, conforme exige o art. 7º da Lei nº 9.709, de 18 de novembro de 1998, poder, democraticamente, decidir a respeito da criação do Estado do Maranhão do Sul, que, se concretizada, haverá de fulgurar como nova estrela no pavilhão nacional. Mas para que se cumpra esse desiderato, é indispensável o apoio dos ilustres membros desta Casa da Federação.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 2007.

Edison
(ex-petição de Fican) *relinke*
 Senador **EDISON LOBÃO**
A. ROSEANA
LOBÃO



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2006

Institui plebiscito sobre a criação do Estado do Maranhão do Sul.

1		
2	Silvia Machado	Silvia Machado
3	[Handwritten signature]	MARCELO CRIVELLA
4	[Handwritten signature]	GERALDO MACHADO DA SILVA
5	[Handwritten signature]	[Handwritten signature] João F. Costa
6	[Handwritten signature]	RODRIGO TUMA
7	Jonas Pinheiro	JONAS PINHEIRO
8	[Handwritten signature]	JOE AGRIPINO
9	[Handwritten signature]	[Handwritten signature]
10	[Handwritten signature]	[Handwritten signature] ALVARO DI
11	[Handwritten signature]	[Handwritten signature] SÉRGIO ZIMBIAS
12	[Handwritten signature]	JETHESON PERES
13	[Handwritten signature]	DEMÓSTENES TORRES
14	[Handwritten signature]	ESCERRO LUCENA
15	[Handwritten signature]	[Handwritten signature] Daniel Campos

- 16 *Francisco Manoel Augusto*
- 17 *[Signature]*
- 18 *L. Quintanilha*
- 19 *Alvaro*
- 20 *Frederico*
- 21 *[Signature]*
- 22 *[Signature]*
- 23 *[Signature]*
- 24 *[Signature]*
- 25 *[Signature]*
- 26 *[Signature]*
- 27 *[Signature]*
- 28 *T. Duarte*
- 29 *[Signature]*
- 30 ADELMIR SANTANA

- Moço Neto*
- ROMERO JAC
- LEOMAR QUINTANILHA
- ALVALADIAREY
- ALFREDO NARCIMENTO
- GARIBALDI ALVES
- [Signature]*
- JARBAS VASCONCELOS
- Marina Senas
- JOÃO VICENTE
- Neto De Conto
- Walter de Almeida / Wellington*
- T. DUARTE
- OSMAR DIAS
- [Signature]*

31 *Antônio D. Paris* *Francisco*

32 *un + C* *ROZARIO*

33 *[Signature]* *[Signature]*

34 *Serys* *[Signature]*

35

36

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO

DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CAPÍTULO I

Da Organização Político-Administrativa

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. (EC nº 15/96)

§ 1º Brasília é a Capital Federal.

§ 2º Os Territórios Federais integram a União, e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

§ 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

§ 4º A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

SEÇÃO II

Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: (EC nº 19/98, EC nº 32/2001 e EC nº 41/2003)

- I – sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;
- II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;
- III – fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;
- IV – planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;
- V – limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;
- VI – incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;
- VII – transferência temporária da sede do Governo Federal;
- VIII – concessão de anistia;
- IX – organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal;
- X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, “b”;
- XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública;
- XII – telecomunicações e radiodifusão;
- XIII – matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;
- XIV – moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal;
- XV – fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I.

LEI N. 9.709 – DE 18 DE NOVEMBRO DE 1998

Regulamenta a execução do disposto nos incisos I, II e III do artigo 14 da Constituição Federal.

Art. 7º Nas consultas plebiscitárias previstas nos artigos 4º e 5º entende-se por população diretamente interessada tanto a do território que se pretende desmembrar, quanto a do que sofrerá desmembramento; em caso de fusão ou anexação, tan-

to a população da área que se quer anexar quanto a da que receberá o acréscimo; e a vontade popular se aferirá pelo percentual que se manifestar em relação ao total da população consultada.

Art. 8º Aprovado o ato convocatório, o Presidente do Congresso Nacional dará ciência à Justiça Eleitoral, a quem incumbirá, nos limites de sua circunscrição:

I – fixar a data da consulta popular;

II – tornar pública a cédula respectiva;

III – expedir instruções para a realização do plebiscito ou referendo;

IV – assegurar a gratuidade nos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público, aos partidos políticos e às frentes suprapartidárias organizadas pela sociedade civil em torno da matéria em questão, para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Publicado no Diário do Senado Federal, em 10/2/2007

ANEXO D – MANIFESTAÇÕES PRÓ CRIAÇÃO DO MARANHÃO DO SUL



PLEBISCITO JÁ



MARANHÃO DO SUL
PINTE ESTA BANDEIRA

PLEBISCITO JÁ! EU DIGO SIM

27 de outubro
na entrada de Imperatriz
(Ponte do Cacau)



ANEXO E – MANIFESTAÇÕES CONTRA A CRIAÇÃO
DO MARANHÃO DO SUL

